

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONTRATO Nº [●]/[●]

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI [●]/2026

MINUTA DE CONTRATO DE CONCESSÃO

CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A IMPLANTAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, A OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES E DA UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, E A OPERACIONALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ÍNDICE

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	7
1. DEFINIÇÕES.....	7
2. INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO	7
3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO	8
4. ANEXOS	8
CAPÍTULO II – CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.....	9
5. OBJETO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	9
6. PRAZO E CONDIÇÕES DE EFICÁCIA	10
7. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	11
8. REMUNERAÇÃO	12
9. APORTE PÚBLICO	14
10. REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL	15
11. GARANTIA SOBRE A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL	16
12. RECEITAS ACESSÓRIAS.....	20
13. REGIME DE BENS DA CONCESSÃO.....	21
14. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PELA CONCESSIONÁRIA.....	24
15. EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS.....	25
16. FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PELA CONCESSIONÁRIA	26
17. OBRAS E INVESTIMENTOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA	28
18. OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.....	30
19. LICENCIAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL.....	33
20. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PELA CONCESSIONÁRIA.....	34
21. MECANISMOS PARA PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS	34
22. VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE	36
23. MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS	37
CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DAS PARTES E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	39
24. PRINCIPAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA.....	40
A. Desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias	47
25. PRINCIPAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE, DA ARSESP E DA SP ÁGUAS	50
26. ALOCAÇÃO DE RISCOS	53
A. Riscos da Concessionária.....	53
B. Riscos do Poder Concedente	57
27. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	60
28. IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ENSEJADORES DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	63
A. Dos pleitos de Iniciativa da Concessionária.....	63

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

B. Do acesso às informações necessárias para apuração dos desequilíbrios pleiteados	64
C. Dos pleitos de iniciativa da ARSESP ou do Poder Concedente	65
D. Dos eventos ou motivos que não ensejam desequilíbrio do Contrato	65
E. Do reequilíbrio econômico-financeiro cautelar do Contrato	66
29. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	67
A. Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro por Fluxo de Caixa Marginal	68
30. MODALIDADES PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	70
CAPÍTULO IV – INVESTIMENTO CONTINGENTE	71
31. DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTO CONTINGENTE	71
32. PROCEDIMENTO PARA INCORPORAÇÃO DO INVESTIMENTO CONTINGENTE	71
CAPÍTULO V – REVISÕES DO CONTRATO	73
33. REVISÃO ORDINÁRIA DO CONTRATO	73
34. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO	74
CAPÍTULO VI – DA CONCESSIONÁRIA	75
35. DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA	75
A. Da Política de Transações com Partes Relacionadas	76
B. Do Programa de Conformidade da Concessionária	78
36. DA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA	80
37. DA SUBCONTRATAÇÃO	82
38. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA	84
CAPÍTULO VII – SEGUROS E GARANTIAS	84
39. REGRAS GERAIS	84
40. SEGUROS	85
41. GARANTIAS PRESTADAS PELA CONCESSIONÁRIA	89
42. FINANCIAMENTO E GARANTIAS AOS FINANCIADORES	94
A. Do Financiamento	94
B. Do Acordo Tripartite	95
C. Do dever de informação aos Financiadores e ao Agente Fiduciário	95
D. Das garantias constituídas com base nos direitos emergentes da Concessão Administrativa	96
CAPÍTULO VIII – FISCALIZAÇÃO	97
43. DO ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO	97
44. DA FISCALIZAÇÃO EXERCIDA PELA ARSESP E PELA SP ÁGUAS	97
45. DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU DE COMUNICAÇÃO À ARSESP E AO PODER CONCEDENTE	100
A. Hipóteses que demandam anuência prévia da ARSESP e/ou do Poder Concedente	101
B. Operações e situações que devem ser comunicadas à ARSESP	103
46. DAS PENALIDADES	104
CAPÍTULO IX – INTERVENÇÃO	104
47. INTERVENÇÃO	104

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CAPÍTULO X – EXTINÇÃO DO CONTRATO	106
48. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA	106
49. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL	108
50. REGRAMENTO GERAL DE INDENIZAÇÃO	108
51. ENCAMPAÇÃO	112
52. CADUCIDADE	115
53. RESCISÃO	118
A. Resilição amigável	118
B. Resilição unilateral	118
C. Relicitação	119
D. Rescisão via processo arbitral	119
54. ANULAÇÃO	120
55. DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	120
56. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR.....	121
CAPÍTULO XI – DA REVERSÃO	122
57. DA REVERSÃO DE ATIVOS.....	122
58. DA DESMOBILIZAÇÃO.....	123
59. DA TRANSIÇÃO	124
CAPÍTULO XII – DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS.....	125
60. DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS.....	125
CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS.....	125
61. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	125

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

Aos [●] dias do mês de [●] de [●], pelo presente instrumento,

De um lado, na qualidade de PODER CONCEDENTE:

o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de sua SECRETARIA DE PARCERIAS E INVESTIMENTOS, órgão da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Secretário, Sr. [●], portador do RG n.º [●] e inscrito no CPF sob o n.º [●].

De outro lado, na qualidade de **CONCESSIONÁRIA**:

a [SPE], sociedade por ações, sediada no Estado de São Paulo, na [●], inscrita no CNPJ sob o n.º [●], neste ato representada por seu [●], Sr. [●], portador do RG n.º [●] e inscrito no CPF sob o n.º [●], cujos poderes decorrem do seu Estatuto Social.

Com a interveniência-anuência da:

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP, inscrita no CNPJ sob o n.º [●], com sede na Rua Cristiano Viana, 428, Cerqueira César, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [●], portador do RG n.º [●] e CPF n.º [●], doravante denominada simplesmente ARSESP; e

AGÊNCIA DE ÁGUAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – SP-ÁGUAS, inscrita no CNPJ sob o n.º [●], com sede na Rua Boa Vista, 170, Centro Histórico de São Paulo, São Paulo/SP, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, [●], portador do RG n.º [●] e CPF n.º [●], doravante denominada simplesmente SP ÁGUAS.

E na qualidade de **INTERVENIENTE GARANTIDORA**:

a **COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.995.362/0001-46, com sede na Rua Iaiá, 126, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, neste ato representada por seus Diretores [●], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG n.º [●], inscrito no CPF/MF sob o n.º [●] e [●], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador do RG n.º [●], inscrito no CPF/MF sob o n.º [●], ambos com endereço na sede.

CONSIDERANDO QUE:

- A) O ESTADO DE SÃO PAULO instituiu, em 1996, o Programa Estadual de Desestatização, com os seguintes objetivos: (i) reordenar a atuação do ESTADO, possibilitando à iniciativa privada: (i.1) a execução de atividades econômicas exploradas pelo setor público; e (i.2) a prestação de serviços públicos e a execução de obras de infraestrutura, propiciando a retomada de investimentos nessas áreas; (ii) permitir à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: (ii.1) a concentração de esforços e recursos nas atividades em que a presença do ESTADO DE SÃO PAULO for indispensável para a consecução das prioridades de governo, especialmente nas áreas de educação, saúde e segurança pública; e (ii.2) o oferecimento mais eficiente de serviços e equipamentos públicos; e (iii) contribuir para a redução da dívida pública e saneamento das finanças do ESTADO;
- B) Os SERVIÇOS, conforme demonstram os estudos de viabilidade técnica, jurídica e econômico-financeira relacionados à CONCESSÃO, serão otimizados com a participação da iniciativa privada, movimentando a economia regional e efetivamente liberando a atuação do ESTADO DE SÃO PAULO para áreas vitais;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- C) O Conselho Gestor de Parcerias Público Privadas – CGPPP aprovou a modelagem final da CONCESSÃO, conforme atas das Reuniões Ordinárias do CGPPP de número [●];
- D) A proposta de CONCESSÃO da prestação dos SERVIÇOS foi autorizada por meio do Decreto nº [●], publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE/SP, edição de [●], que também aprovou o Regulamento da CONCESSÃO;
- E) O projeto foi apresentado à sociedade em AUDIÊNCIA PÚBLICA realizada em [●], tendo sido devidamente divulgada no DOE, edição do dia [●], e em jornal de grande circulação no Estado de São Paulo, na edição do [●], no dia [●], assim como por via eletrônica, no sítio eletrônico da Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo ([●]) e no sítio para publicação de licitações de âmbito internacional ([●]);
- F) As minutas de EDITAL, do CONTRATO e demais ANEXOS foram submetidos à CONSULTA PÚBLICA, tendo ficado disponíveis para acesso via DATA ROOM da CONCESSÃO, disponibilizado por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo ([●]), durante o período de [●]. O aviso da CONSULTA PÚBLICA foi divulgado no DOE/SP nas edições dos dias [●], [●], e em jornais de grande circulação no Estado de São Paulo, na edição dos [●] no dia [●], assim como por via eletrônica, no sítio eletrônico: [●]. Durante o período da CONSULTA PÚBLICA, foram recebidas contribuições, dúvidas e sugestões às minutas disponibilizadas. Todas as contribuições foram analisadas, sendo as pertinentes incorporadas ao EDITAL, CONTRATO e ANEXOS publicados;
- G) O PODER CONCEDENTE, por intermédio da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, objeto do EDITAL, realizou a LICITAÇÃO, em estrita observância à legislação vigente;
- H) A ADJUDICATÁRIA se sagrou vencedora da LICITAÇÃO, conforme decisão publicada no DOE/SP, na data de [●], sendo-lhe adjudicado o objeto licitado e constituiu a CONCESSIONÁRIA para a celebração do CONTRATO;
- I) A CONCESSIONÁRIA é uma SPE constituída em conformidade com os termos e condições constantes do EDITAL e do CONTRATO; e
- J) Foram cumpridas todas as condições precedentes à assinatura do CONTRATO, previstas no EDITAL.

As PARTES, acima qualificadas, resolvem, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO DE CONCESSÃO, que será regido pelas Cláusulas e condições aqui previstas.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões, quando utilizados neste CONTRATO e ANEXOS e redigidos em caixa alta, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os significados previstos no ANEXO 08 - GLOSSÁRIO, podendo ser utilizados tanto no plural, quanto no singular, sem qualquer alteração de sentido.

2. INTERPRETAÇÃO DO CONTRATO

2.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo nos casos em que haja expressa disposição em contrário:

- 2.1.1. As definições deste CONTRATO, expressas no ANEXO 08 – GLOSSÁRIO, têm os significados atribuídos naquele ANEXO, seja no plural ou no singular;
- 2.1.2. Todas as referências neste CONTRATO para designar cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões referem-se às cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões do corpo deste CONTRATO, salvo quando expressamente se dispuser de maneira diversa;
- 2.1.3. Os pronomes de ambos os gêneros deverão ser compreendidos como abrangendo, conforme o caso, as demais formas pronominais;
- 2.1.4. Todas as referências ao presente CONTRATO, ou a qualquer outro documento relacionado a esta CONCESSÃO, deverão ser compreendidas como abrangendo eventuais alterações e/ou aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;
- 2.1.5. Toda a referência feita à legislação e aos regulamentos deverá ser compreendida como a legislação e os regulamentos vigentes à época do caso concreto, a ele aplicáveis, de qualquer esfera da federação, e consideradas suas eventuais alterações;
- 2.1.6. O uso neste CONTRATO dos termos “incluindo” ou “inclusive” significa “incluindo, mas não se limitando” ou “inclusive, mas sem se limitar a”;
- 2.1.7. Todos os prazos estabelecidos neste CONTRATO deverão ser compreendidos como considerando dias corridos, a não ser quando expressamente indicada a utilização de dias úteis. Quando os prazos se encerrarem em finais de semana, feriados ou dias em que não houver expediente na ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do Estado de São Paulo, o prazo será automaticamente postergado para o primeiro dia útil subsequente;
- 2.1.8. Os prazos contados em meses sempre acompanharão os meses-calendário, sendo computados a partir do dia seguinte ao marco inicial até o dia correspondente do mês subsequente, e assim por diante. Nos casos em que, em determinado mês, não houver o dia correspondente ao do início do prazo, este findará no primeiro dia subsequente;
- 2.1.9. As referências ao CONTRATO remetem tanto ao presente documento, quanto aos demais documentos que figuram como ANEXOS, respeitadas as regras de interpretação estabelecidas nesta Cláusula;
- 2.1.10. A menção, neste CONTRATO ou nos ANEXOS, ao termo ANEXOS, deve ser compreendida como se referindo, sem qualquer distinção, ao conjunto de ANEXOS; e
- 2.1.11. Os títulos das cláusulas deste CONTRATO e dos ANEXOS não devem ser usados na sua aplicação

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ou interpretação.

2.2. Em caso de contradição na interpretação dos dispositivos e/ou documentos relacionados à presente contratação prevalecerá sempre, em primeiro lugar, o CONTRATO e, na sequência, o anexo específico e mais atinente ao tema objeto de dúvida ou controvérsia.

2.3. A inteligência das disposições contratuais deve:

- i. Guardar coerência com a função socioeconômica do CONTRATO, em detrimento do sentido literal da linguagem;
- ii. Priorizar a busca de um resultado equitativo para ambas as PARTES sob o ponto de vista econômico-financeiro;
- iii. Preservar a alocação inicial de riscos do CONTRATO;
- iv. Valorizar o contexto da celebração do CONTRATO e os fins visados pelas PARTES;
- v. Considerar o conjunto das disposições contratuais, ao invés da interpretação isolada de cláusulas específicas; e
- vi. Privilegiar a boa-fé objetiva e o espírito de colaboração entre as PARTES.

3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

3.1. O presente CONTRATO é regido pelas regras estabelecidas no corpo deste texto e nos seus ANEXOS, assim como pela Lei Estadual nº 11.688/2004, pelo Decreto Estadual nº 48.867/2004, pela Lei Estadual nº 7.835/1992, pela Lei Federal nº 11.079/2004, pela Lei Federal nº 8.987/1995. Subsidiariamente, também regem este CONTRATO a Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Estadual nº 6.544/1989, a Lei Estadual nº 9.361/96, a Lei Estadual nº 10.177/1998, e o Decreto Estadual n.º [●] assim como as demais normas vigentes e aplicáveis ao presente caso, especialmente, mas sem se limitar, a regulamentação emanada da ARSESP.

3.2. Salvo disposição em sentido contrário neste CONTRATO, considera-se abril/2025 como DATA-BASE para os valores expressos neste CONTRATO, os quais serão atualizados de acordo com a variação do IPCA ou outro índice que eventualmente o substitua.

4. ANEXOS

4.1. São ANEXOS os seguintes documentos:

ANEXO	TÍTULO
01	Regulamento da Concessão
02	Caderno de Encargos
03	Indicadores de Desempenho
04	Mecanismo de Pagamento

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

05	Acordo Tripartite
06	Penalidades
07	Diretrizes para contratação de Verificador Independente e Certificador Independente
08	Glossário
09	Solução de Divergências
10	Receitas Acessórias
11	Bens Reversíveis
12	Contrato de Administração de Contas
13	Aporte Público
14	Contrato de Fornecimento

CAPÍTULO II – CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

5. OBJETO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

5.1. Constitui objeto do presente CONTRATO a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA para a implantação, operação e manutenção de SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ (Piracicaba – Capivari – Jundiaí), a operação e manutenção das BARRAGENS Pedreira e Duas Pontes e da UNIDADE DE TRATAMENTO DO RIO CAMANDUCAIA, e a operacionalização do fornecimento de água bruta, nos termos das disposições deste CONTRATO e dos ANEXOS.

5.1.1. O SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, as BARRAGENS Pedreira e Duas Pontes e a UTR são compostos pelas especificações contidas no ANEXO 2 – CADERNO DE ENCARGOS e no ANEXO 11 – BENS REVERSÍVEIS.

5.2. Os SERVIÇOS serão prestados em conformidade com as especificações constantes deste CONTRATO e de seus ANEXOS, com a legislação vigente à época de sua execução, as normas e a regulamentação complementares, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE ou, conforme o caso, pela ARSESP e pela SP ÁGUAS.

5.3. Constitui pressuposto da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA a prestação dos SERVIÇOS em observância aos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, e revistos conforme as disposições constantes do presente CONTRATO.

5.4. A CONCESSIONÁRIA, por sua conta e risco, poderá contratar, com terceiros, atividades integrantes dos SERVIÇOS, observado o disposto na Cláusula 14.3 e no artigo 25 da Lei Federal nº 8.987/1995.

5.5. Pela execução do objeto contratual, a CONCESSIONÁRIA terá direito a receber remuneração pela exploração do serviço público concedido, mediante CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA paga pelo PODER CONCEDENTE, nos termos do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, bem como à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

6. PRAZO E CONDIÇÕES DE EFICÁCIA

6.1. O PRAZO DA CONCESSÃO é de 30 (trinta) anos e se inicia com a ORDEM DE INÍCIO, que será emitida, pelo PODER CONCEDENTE, após a satisfação das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA estabelecidas nesta Cláusula, sem prejuízo das demais disposições estabelecidas nos ANEXOS.

6.2. As CONDIÇÕES DE EFICÁCIA deverão ser cumpridas pelas PARTES no prazo de até 90 (noventa) dias contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação de qualquer uma das PARTES.

6.3. São CONDIÇÕES DE EFICÁCIA:

6.3.1. Pela CONCESSIONÁRIA:

6.3.1.1. Contratação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, conforme Cláusula 22 deste CONTRATO e ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE;

6.3.1.2. Contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, conforme Cláusula 22 deste CONTRATO e ANEXO 08 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE;

6.3.1.3. Contratação do SUBCONTRATADO para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional para implantação do SISTEMA, nos termos da Cláusula 37.7.1;

6.3.1.4. Indicação de interesse na constituição de GARANTIA CPP, nos termos da Cláusula 11.2; e

6.3.1.5. Apresentação, à ARSESP, do PLANO DE SEGUROS.

6.3.2. Pelo PODER CONCEDENTE:

6.3.2.1. Instituição da GARANTIA CPP, em havendo a indicação de interesse pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 6.3.1.4.

6.4. Para comprovar o cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, cada PARTE deverá encaminhar à ARSESP os documentos comprobatórios, com cópia à contraparte.

6.4.1. A ARSESP deverá analisar os documentos e atestar o cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, ou indicar ajustes necessários, em até 10 (dez) dias contados do recebimento dos documentos comprobatórios.

6.4.2. Após o cumprimento de todas as CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, o PODER CONCEDENTE emitirá a ORDEM DE INÍCIO em até 10 (dez) dias úteis.

6.5. O PRAZO DA CONCESSÃO poderá ser prorrogado, excepcionalmente, e a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, nas seguintes hipóteses:

6.5.1. Para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;

6.5.2. Para assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nas hipóteses em que não se lograr, previamente ao encerramento do PRAZO DA CONCESSÃO, a conclusão de novo processo licitatório para a CONCESSÃO dos SERVIÇOS, nos termos do artigo 16 da Lei Estadual nº 16.933/2019; ou

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

6.5.3. Para inclusão de INVESTIMENTOS não previstos no CONTRATO e em seus ANEXOS, nos termos dos artigos 4º e seguintes da Lei Estadual nº 16.933/2019, observados os requisitos legais exigidos para prorrogação antecipada do PRAZO DA CONCESSÃO, desde que preservado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

6.5.3.1. A aplicação da Cláusula 6.5.3 não dispensará a exigida qualificação da CONCESSÃO como projeto habilitado à prorrogação antecipada pelo órgão ou entidade competente do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 2º da Lei Estadual nº 16.933/2019.

6.6. Eventual prorrogação do PRAZO DA CONCESSÃO ocorrerá mediante a celebração de termo aditivo, de acordo com a legislação vigente na data de sua celebração.

6.7. O CONTRATO poderá ser extinto antecipadamente por iniciativa de qualquer das PARTES, em caso de eventual configuração das seguintes hipóteses, observado o regramento estabelecido por este CONTRATO:

6.7.1. Não implementação das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, ou atraso que exceda em 180 (cento e oitenta) dias o prazo estabelecido na Cláusula 6.2 para cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA;

6.7.2. Verificação, no 12º (décimo segundo) mês contado da emissão da ORDEM DE INÍCIO, da inviabilidade da contratação do(s) financiamento(s) de longo prazo pela CONCESSIONÁRIA, nos casos em que seja(m) necessário(s) para a viabilidade da CONCESSÃO;

6.7.2.1. A hipótese prevista na Cláusula 6.7.1 não se verificará caso a CONCESSIONÁRIA demonstre que sua estrutura financeira prescinde da obtenção de financiamento(s) de longo prazo.

6.7.3. Materialização de eventos de caso fortuito ou força maior, quando tais eventos não forem seguráveis conforme regramento estabelecido neste CONTRATO, e cujas consequências irreparáveis se estendam por mais de 90 (noventa) dias, ou por período definido de comum acordo entre as PARTES, quando da verificação de que os efeitos possam comprometer de forma irreversível a exploração da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 56 deste CONTRATO; e

6.7.4. Frustração, por qualquer motivo, da GARANTIA CPP, caso seja solicitada sua constituição, conforme previsto na Cláusula 11.2 deste CONTRATO, hipótese em que a CONCESSIONÁRIA poderá extingui-lo unilateralmente.

6.8. A PARTE interessada na extinção antecipada do CONTRATO nas hipóteses previstas na Cláusula 6.7 deverá, em 15 (quinze) dias após a materialização do evento que permite a extinção antecipada, enviar notificação à outra PARTE indicando a intenção de extinguir o CONTRATO antecipadamente.

7. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

7.1. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO é de R\$ [●] na DATA-BASE.

7.2. O VALOR ESTIMADO DO CONTRATO possui caráter meramente referencial, não podendo ser invocado, por qualquer das PARTES ou pela ARSESP, como base para a realização de recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou para qualquer outro fim que implique utilização do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

8. REMUNERAÇÃO

8.1. A remuneração da CONCESSIONÁRIA pelos SERVIÇOS será composta pela CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, devida pelo PODER CONCEDENTE, além de eventuais RECEITAS ACESSÓRIAS.

- 8.1.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA será calculada, nos termos do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, a partir da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, a qual será composta pela PARCELA CAPEX, PARCELA OPEX FIXO, PARCELA OPEX UTR e PARCELA OPEX VARIÁVEL SAR-PCJ.
- 8.1.2. A PARCELA CAPEX será devida a partir da entrada em operação do primeiro tramo do SAR-PCJ ou da unidade administrativa, o que ocorrer primeiro. Será calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO e remunerará os investimentos da CONCESSIONÁRIA nos ativos de infraestrutura que estejam em operação.
- 8.1.3. A PARCELA OPEX FIXO será devida a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO. Será calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO e remunerará os custos operacionais fixos dos ativos de infraestrutura que estejam em operação.
- 8.1.4. A PARCELA OPEX UTR será devida a partir da emissão do TERMO DE ACEITE da UTR. Será calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO e remunerará os custos operacionais fixos da UTR.
- 8.1.5. A PARCELA OPEX VARIÁVEL será devida a partir da entrada em operação do primeiro tramo do SAR-PCJ. Será calculada na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO e remunerará os custos operacionais da adução de água pela CONCESSIONÁRIA nos TRAMOS.

8.2. A CONCESSIONÁRIA fará jus ao recebimento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, que corresponderá ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL com os descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, e do compartilhamento das RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos do ANEXO 10 – RECEITAS ACESSÓRIAS.

- 8.2.1. Os descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO incidirão apenas sobre a PARCELA OPEX FIXO, PARCELA OPEX UTR e PARCELA OPEX VARIÁVEL SAR-PCJ da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, até o limite de 15% (quinze por cento), sem prejuízo do disposto neste CONTRATO, inclusive a aplicação de penalidade pelo não cumprimento das obrigações contratuais.

8.3. O pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA será realizado à CONCESSIONÁRIA diretamente pelo PODER CONCEDENTE, observado o disposto no ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, descontando-se os valores arrecadados na CONTA DE FORNECIMENTO a título de PREÇO DE FORNECIMENTO pelos USUÁRIOS e OPERADORES DE SANEAMENTO.

8.4. Para fins de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, admite-se, além dos descontos decorrentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO, dos valores arrecadados a título de PREÇO DE FORNECIMENTO e do compartilhamento das RECEITAS ACESSÓRIAS, o acréscimo ou a subtração dos seguintes valores, limitados a 5% (cinco por cento) do valor mensal calculado da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, sendo que os valores remanescentes serão descontados nos meses imediatamente subsequentes, observado o limite em questão até a plena quitação do valor devido:

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 8.4.1. Eventuais reequilíbrios econômico-financeiros reconhecidos em favor do PODER CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, conforme o caso, observado o disposto na Cláusula 8.5.5;
- 8.4.2. Eventuais montantes devidos ao PODER CONCEDENTE ou à CONCESSIONÁRIA após decisão final da solução de eventual divergência, nos termos deste CONTRATO, observado o disposto na Cláusula 8.5.5; e
- 8.4.3. Os montantes devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, a qualquer título, já líquidos e exigíveis após a conclusão, se o caso, do correspondente processo administrativo.
- 8.4.3.1. Na hipótese de inviabilidade, por qualquer razão, da realização das deduções mencionadas na Cláusula 8.4.3, os valores serão pagos, pela CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE, por meio de depósito bancário em conta corrente de titularidade do PODER CONCEDENTE.
- 8.5. O valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA corresponderá ao valor indicado no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO para o TRIMESTRE DE PAGAMENTO aprovado pela ARSESP, conforme Cláusula 23.2, assegurado o direito das PARTES ao acionamento dos mecanismos de solução de controvérsias, quando necessário.
- 8.5.1. Os pagamentos serão efetuados pelo PODER CONCEDENTE, após emissão de ORDEM DE PAGAMENTO, nos termos da Cláusula 23.3.1.
- 8.5.2. A ORDEM DE PAGAMENTO deverá ser emitida pelo PODER CONCEDENTE, de acordo com o disposto no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO aprovado pela ARSESP, descontados os valores arrecadados na CONTA DE FORNECIMENTO a título de PREÇO DE FORNECIMENTO, nos termos da Cláusula 8.3.
- 8.5.3. Em caso de emissão de ORDEM DE PAGAMENTO em valor inferior ao valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA indicado no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, com o desconto referido na Cláusula 8.5.2, será caracterizado o inadimplemento do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE, para fins de execução da GARANTIA CPP, nos termos do disposto neste CONTRATO.
- 8.5.4. Emitida a ORDEM DE PAGAMENTO, o PODER CONCEDENTE deverá realizar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis.
- 8.5.4.1. Caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, direta e tempestivamente com recursos orçamentários, a CONCESSIONÁRIA ficará autorizada a executar a GARANTIA CPP, nos termos deste CONTRATO.
- 8.5.5. Eventuais contestações apresentadas pela CONCESSIONÁRIA e/ou pelo PODER CONCEDENTE, conforme os procedimentos para a solução de controvérsias deste CONTRATO, contra o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA para o TRIMESTRE DE PAGAMENTO, não resultarão em desconto, retenção, glosa e/ou represamento do valor até deliberação final da matéria.
- 8.5.6. Emitida deliberação final sobre a divergência a respeito do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, as PARTES deverão adotar as providências pertinentes, inclusive para efeito de definição do valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA devida à CONCESSIONÁRIA no TRIMESTRE DE PAGAMENTO subsequente.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

9. APORTE PÚBLICO

9.1. Nos termos dos artigos 6º, § 2º, e 7º, § 2º, da Lei Federal nº 11.079/2004 e suas alterações, a CONCESSÃO ADMINISTRATIVA contempla o pagamento de APORTE, pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, no valor total de R\$ 139.228.000,00 (cento e trinta e nove milhões e duzentos e vinte e oito mil reais), na DATA-BASE, destinado a custear parcela dos INVESTIMENTOS em BENS REVERSÍVEIS relativos às OBRAS DO SAR-PCJ.

9.2. O pagamento do APORTE devido à CONCESSIONÁRIA observará os termos do cumprimento dos marcos correspondentes previstos no ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO.

9.3. A cada 6 (seis) meses de execução das OBRAS DO SAR-PCJ e após o cumprimento do(s) marco(s) de pagamento do APORTE conforme ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir documento de cobrança correspondente, juntamente com o respectivo relatório de cumprimento das condições exigidas para pagamento, observado o seguinte procedimento:

- 9.3.1. Após a vistoria presencial a ser realizada pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, a documentação comprobatória do cumprimento do marco correspondente e a respectiva cobrança, com a atestação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, deverão ser entregues pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP; e
- 9.3.2. No documento de cobrança deverá ser indicado: (i) o número do CONTRATO; (ii) a descrição do marco efetivamente cumprido, conforme ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO; e (iii) o valor devido.
 - 9.3.2.1. O CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá emitir e apresentar à ARSESP o relatório preliminar no prazo de até 10 (dez) dias contados da apresentação pela CONCESSIONÁRIA dos documentos exigidos. O documento de cobrança para efeito de pagamento do APORTE, caso não aprovado pela ARSESP, será devolvido à CONCESSIONÁRIA para as necessárias correções ou medidas necessárias, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido nesta Cláusula a partir da data de sua reapresentação.
 - 9.3.2.2. A devolução do documento de cobrança em hipótese alguma justificará a suspensão ou interrupção da execução das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.
 - 9.3.2.3. Caso, na análise de que trata a Cláusula 9.3.2.1, a ARSESP identifique a conclusão de apenas parcela dos marcos apontados no documento de cobrança emitido pela CONCESSIONÁRIA, a devolução do documento deverá ser restrita aos marcos não aprovados, procedendo a ARSESP com a aprovação e o pagamento da parcela concluída.
- 9.3.3. Uma vez aprovado, o relatório preliminar do CERTIFICADOR INDEPENDENTE será considerado definitivo para pagamento do APORTE devido à CONCESSIONÁRIA.
 - 9.3.3.1. Na hipótese de ausência de manifestação da ARSESP, no prazo de até 10 (dez) dias, contados do envio do relatório preliminar, pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, o documento será considerado, a título preliminar e precário, para o pagamento do APORTE devido à CONCESSIONÁRIA.
 - 9.3.3.2. Sem prejuízo da consideração, a título preliminar e precário, do documento referido

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

na Cláusula 9.3.3.1, a ARSESP deverá concluir a análise do relatório preliminar enviado pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, sendo que as eventuais divergências identificadas pela ARSESP no relatório produzirão efeitos sobre o valor do APORTE devido à CONCESSIONÁRIA, após a oitiva das PARTES e na(s) parcela(s) seguinte(s) a ser(em) paga(s) pelo PODER CONCEDENTE.

- 9.3.3.3. As PARTES poderão submeter aos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO qualquer divergência a respeito do cumprimento dos marcos para pagamento do APORTE.
- 9.3.4. Aprovado o cumprimento do marco para pagamento do APORTE, o PODER CONCEDENTE deverá proceder ao pagamento devido à CONCESSIONÁRIA em 10 (dez) dias úteis contados da aprovação do relatório do CERTIFICADOR INDEPENDENTE pela ARSESP, observadas as disposições do ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO.
- 9.3.4.1. Havendo atraso no pagamento de qualquer das parcelas do APORTE, por culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE, o valor devido ficará automaticamente acrescido de juros de mora correspondentes à variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento.
- 9.3.4.2. Caso o PODER CONCEDENTE não realize o pagamento de qualquer das parcelas do APORTE direta e tempestivamente com recursos orçamentários, a CONCESSIONÁRIA poderá executar a garantia pública, na forma da Cláusula 11.
- 9.3.4.3. Na hipótese da Cláusula 9.3.4.1, os encargos moratórios deverão ser indicados no corpo do documento de cobrança e cobrados separadamente do valor principal, acompanhados da respectiva memória de cálculo.
- 9.3.4.4. O(s) marco(s) de pagamento do APORTE referente(s) à(s) parcela(s) vencida(s) não executado(s) poderá(ão) ser incluído(s) na(s) parcela(s) subsequente(s) para efeitos de pagamento, quando efetivamente executado(s) e atestado(s), nos termos da Cláusula 9.3 e seguintes.
- 9.3.4.5. Observados os limites semestrais para pagamento do APORTE previstos no ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar tantas solicitações de pagamento de APORTE quantas corresponderem a marcos cumpridos ao longo do semestre, de acordo com o ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO.
- 9.3.4.6. Os valores que ultrapassarem os limites semestrais serão devidos no semestre seguinte, observados os limites semestrais para pagamento do APORTE previstos no ANEXO 13 – APORTE PÚBLICO.

16.4. O APORTE será reajustado anualmente por meio da aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), observados os demais regramentos previstos na Cláusula 10.

10. REAJUSTE DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL

10.1. Os valores base que compõem a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL serão reajustados anualmente, nos termos da Lei Federal nº 9.069/1995, tendo como referência a DATA-BASE, por meio da aplicação do IPCA/IBGE.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 10.1.1. O primeiro reajuste será realizado na data de emissão da ORDEM DE INÍCIO, sendo os subsequentes realizados a cada 12 (doze) meses da data do primeiro reajuste. De forma a assegurar a disponibilidade do índice de reajuste a ser aplicado, o reajuste deverá considerar o índice publicado no segundo mês anterior ao da data em que deve vigorar o valor reajustado.
- 10.1.2. Em caso de extinção do IPCA/IBGE, o índice a ser utilizado deverá ser aquele que o substituir.
 - 10.1.2.1. Caso nenhum índice venha a substituir automaticamente o índice extinto, as PARTES deverão determinar, de comum acordo, o novo índice a ser utilizado.

11. GARANTIA SOBRE A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL

11.1. O PODER CONCEDENTE obriga-se a assegurar os recursos necessários ao pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, bem como a incluir na proposta orçamentária anual dotação específica para o exercício subsequente, vinculada à Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, com valor suficiente.

11.2. A CONCESSIONÁRIA, a seu exclusivo critério, e em caráter facultativo, poderá demandar a constituição da GARANTIA CPP, nos termos da Cláusula 11.3, no prazo estipulado na Cláusula 6.3.1.4, mediante notificação encaminhada à CPP para este fim, com cópia ao PODER CONCEDENTE.

11.3. Em havendo demanda para constituição de garantia, a CPP, na qualidade de interveniente garantidora, assumirá, em caráter irrevogável e irretratável, a obrigação de viabilizar instrumentos de garantia para pagamento devido à CONCESSIONÁRIA a título de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA em caso de inadimplemento do PODER CONCEDENTE, até o montante equivalente a 3 (três) CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS EFETIVAS, considerando a média dos últimos 12 (doze) meses, o qual será ajustado anualmente nas datas previstas para o reajuste da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, de forma a manter a correspondência com a garantia prestada.

- 11.3.1. A GARANTIA CPP vigorará, de acordo com os limites e as condições estabelecidos nesta Cláusula e no respectivo instrumentos de garantia, até a liquidação final, pelo PODER CONCEDENTE, da última parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA.
- 11.3.2. A critério da CPP, poderão ser utilizados múltiplos instrumentos de garantia para constituir a GARANTIA CPP, inclusive CONTRATO DE PENHOR, nos termos previstos pelo presente CONTRATO, que, em conjunto, devem corresponder ao valor total estipulado na Cláusula 11.3.
- 11.3.3. A critério da CPP, os instrumentos de garantia utilizados para constituição de GARANTIA CPP poderão ser substituídos a qualquer tempo, desde que respeitadas as regras do CONTRATO, em especial a Cláusula 11.3.10.
- 11.3.4. A CPP deverá notificar a CONCESSIONÁRIA, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da assinatura do CONTRATO, caso a CONCESSIONÁRIA tenha manifestado interesse na GARANTIA CPP, sobre a estrutura de garantia que pretende implementar, incluindo instrumentos financeiros e seus respectivos lastros, com a indicação se haverá CONTRATO DE PENHOR.
- 11.3.5. A GARANTIA CPP deverá ser instituída no prazo de 30 (trinta) dias da data de assinatura do CONTRATO, ou anteriormente à emissão da ORDEM DE INÍCIO, aplicando-se como prazo limite o período que for mais longo.
- 11.3.6. Para viabilização da GARANTIA CPP, a CPP fará jus a uma remuneração anual no valor

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

correspondente a 0,2% (dois décimos por cento) do valor total estipulado na Cláusula 11.3, a ser pago a partir da assinatura do último instrumento de garantia necessário para compor o montante total de GARANTIA CPP.

- 11.3.7. A CONCESSIONÁRIA deverá arcar com os custos envolvidos na contratação da referida garantia, incluindo o pagamento do valor indicado pela Cláusula 11.3.6 e o reembolso de eventuais custos incorridos pela CPP para a contratação de instrumentos previstos pela Cláusula 11.3.10.
- 11.3.8. A CPP deverá informar a CONCESSIONÁRIA dos valores a serem reembolsados, apresentando os respectivos instrumentos firmados e provas de quitação de prêmios, taxas e quaisquer outros custos associados.
- 11.3.9. A CONCESSIONÁRIA terá os custos decorrentes de eventuais custos incorridos pela CPP para a contratação da GARANTIA CPP reembolsados integralmente pelo PODER CONCEDENTE no pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA do mês subsequente à apresentação, pela CONCESSIONÁRIA, de notificação à ARSESP contemplando as evidências dos pagamentos efetuados no âmbito da GARANTIA CPP. O montante previsto na Cláusula 11.3.6 não será reembolsado.
- 11.3.10. Os instrumentos de garantia utilizados para constituição da GARANTIA CPP poderão ser, a critério da CPP, os seguintes:
- i. CONTRATO DE PENHOR, nos termos das Cláusulas 11.4 e seguintes;
 - ii. Instrumentos de fiança, crédito recorrente (*revolving credit facilities*), *standby letters of credit* ou garantia, incluindo seguro-garantia, desde que contratada com INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/seguradora que tenha nota de classificação de risco, escala local, igual ou superior a AA pela Fitch Ratings ou, equivalente, pela Standard and Poor's (S&P) ou Moody's;
 - iii. Ações de Companhias abertas negociadas em bolsa de valores de titularidade do PODER CONCEDENTE, desde que comprovadamente tenham liquidez compatível com as obrigações a serem adimplidas por meio de sua excussão; e/ou
 - iv. Quaisquer outras modalidades de garantia, desde que aceitas pela CONCESSIONÁRIA, que não poderá recusar sem motivo justificado.
- 11.3.11. As garantias indicadas nos incisos (ii), (iii) e (iv) acima deverão observar o regramento das Cláusulas 11.4 e seguintes, aplicáveis ao CONTRATO DE PENHOR, no que for cabível, incluindo, dentre outros, o processo de execução da garantia, a obrigação de reajuste anual e a obrigação de recomposição da garantia pelo PODER CONCEDENTE em caso de execução.
- 11.4. A GARANTIA CPP poderá ser estruturada, total ou parcialmente, na modalidade CONTRATO DE PENHOR, em que a CPP será responsável pelo fiel cumprimento da obrigação imputável ao PODER CONCEDENTE de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA EFETIVA, no que se refere, exclusivamente, ao valor contratado no CONTRATO DE PENHOR.
- 11.4.1. A CPP renunciará, no CONTRATO DE PENHOR, expressamente, ao benefício previsto no art. 827 do Código Civil.
- 11.4.2. O CONTRATO DE PENHOR será instituído nos termos dos artigos 1.431 e 1.432 do Código Civil Brasileiro, entre a CONCESSIONÁRIA e a CPP, que vigorará, de acordo com os limites e as

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

condições estabelecidos nesta Cláusula e no CONTRATO DE PENHOR, até a liquidação final, pelo PODER CONCEDENTE, da última parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, ou até que seja substituída por outro instrumento de garantia, respeitado o CONTRATO.

- 11.4.3. O CONTRATO DE PENHOR terá por objeto o penhor sobre aplicações financeiras depositadas ou custodiadas em instituição financeira onde a CPP possua suas aplicações, que poderão ser utilizadas de forma isolada ou acumulada, a critério da CPP, tendo como lastro as seguintes opções:
- i. Títulos da dívida pública nacional de titularidade da CPP;
 - ii. Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa, lastreadas em títulos da dívida pública nacional, ou por Certificado de Depósito Bancário – CDB ou outros Títulos de crédito, emitidos por instituição financeira, ou, ainda, em Títulos e Valores Mobiliários, devendo estas últimas três hipóteses de investimento serem classificadas com rating de baixo risco de crédito, com nota de classificação de risco equivalente ou superior a AA em escala nacional, emitida por uma das agências classificadoras de risco de crédito aqui elencadas: Standard and Poor's (S&P), Moody's ou Fitch Ratings;
 - iii. Certificado de Depósito Bancário – CDB, bem como outros títulos emitidos por instituição financeira, cujo rating seja considerado de baixo risco de crédito, com nota de classificação de risco equivalente ou superior a AA em escala nacional, emitida por uma das agências classificadoras de risco de crédito aqui elencadas: Standard and Poor's (S&P), Moody's ou Fitch Ratings.
- 11.4.4. Fica facultado à CPP, a qualquer momento e mediante concordância da CONCESSIONÁRIA, que não poderá recusar sem motivo justificado, substituir o objeto do penhor dentre aqueles previstos na Cláusula 11.3.10.
- 11.4.4.1. Constitui motivo justificado para a não aceitação da proposta da CPP de substituição do objeto do penhor a demonstração, pela CONCESSIONÁRIA, de sua insuficiência, falta de liquidez ou agravamento de risco.
- 11.4.5. Com a finalidade de cumprir as obrigações previstas na Cláusula 11.4, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data em que a CPP notificar a CONCESSIONÁRIA de sua decisão de instituir CONTRATO DE PENHOR, instituição financeira, autorizada pelo Banco Central ou pela CVM, para atuar na qualidade de AGENTE FIDUCIÁRIO, com a função de administrar e gerir a GARANTIA CPP, ficando responsável pela sua execução conforme estabelecido no CONTRATO DE PENHOR e, supletiva e subsidiariamente, no instrumento próprio de sua contratação.
- 11.4.6. A CONCESSIONÁRIA arcará com todas as despesas de contratação, registro do instrumento, nos termos do art. 1.432 do Código Civil Brasileiro, bem como todas as despesas decorrentes de atos ou operações realizadas no interesse da CONCESSIONÁRIA.
- 11.4.7. A CPP poderá vetar a indicação do AGENTE FIDUCIÁRIO, por meio de decisão motivada, sendo que, nesse caso, o prazo para constituição do CONTRATO DE PENHOR previsto na Cláusula 11.4 será passível de prorrogação.
- 11.4.7.1. O CONTRATO DE PENHOR deverá ser firmado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela CPP, de notificação comprobatória da contratação

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

do AGENTE FIDUCIÁRIO pela CONCESSIONÁRIA.

- 11.4.8. Os prazos dispostos nesta Cláusula poderão ser repactuados entre as PARTES e a CPP.
- 11.4.9. Caso a constituição da GARANTIA CPP não ocorra no prazo estabelecido nesta Cláusula, em função de ação, omissão ou não realização de ato imputável à CONCESSIONÁRIA, ainda que a cargo de terceiros, ficará configurada a desistência, pela CONCESSIONÁRIA, da GARANTIA CPP.
 - 11.4.9.1. O disposto na Cláusula 11.4.9 não será aplicável caso a CONCESSIONÁRIA solicite a prorrogação dos prazos definidos nesta Cláusula, com a devida motivação das razões que impedem o cumprimento dos referidos prazos.
- 11.4.10. O valor da GARANTIA CPP a que se refere a Cláusula 11.3, na DATA-BASE, deverá ser reajustado anualmente, nos termos da Cláusula 10.1. Este montante será trazido a valor presente por meio da aplicação da taxa projetada de rendimento esperado da aplicação financeira para o período compreendido entre a constituição da GARANTIA CPP e a data prevista para o vencimento da primeira parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA, rendimento este que, para fins estritamente da projeção em questão, será assumido como no mínimo equivalente à variação projetada da taxa SELIC, deduzida do IPCA/IBGE, para o período, com base nas melhores estimativas publicamente disponíveis.
 - 11.4.10.1. Uma vez efetivado o ajuste de que trata a Cláusula 11.4.10, a incidência do reajuste anual poderá importar, em função dos rendimentos obtidos no período, na complementação da GARANTIA CPP ou no seu levantamento, a fim de que esteja constituído de acordo com o montante necessário para satisfação do disposto na Cláusula 11.4.10.
 - 11.4.10.2. O valor da GARANTIA CPP será ajustado ao valor indicado na Cláusula 11.3 com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data prevista para o vencimento da primeira parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.
- 11.5. Na hipótese de inadimplemento, por parte do PODER CONCEDENTE, do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, a CONCESSIONÁRIA poderá, observada a ordem abaixo:
 - 11.5.1. Caso materializada a hipótese do item 6.5 do EDITAL, enviar notificação ao BANCO DEPOSITÁRIO, com cópia ao PODER CONCEDENTE, solicitando transferência dos recursos da CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS à conta de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme procedimento previsto no ANEXO 12 – CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS.
 - 11.5.2. Caso não materializada a hipótese do item 6.5 do EDITAL, ou constatada insuficiência de saldo na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS, executar a GARANTIA CPP, conforme procedimento previsto nesta Cláusula.
- 11.6. A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar diretamente ao AGENTE FIDUCIÁRIO, investido de poderes de representação conferidos conjuntamente pela CPP e pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do artigo 653 e seguintes do Código Civil, no prazo e conforme disciplinado em instrumento próprio a ser firmado, o resgate do valor necessário para satisfação da obrigação inadimplida e a subsequente transferência dos recursos para a conta de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA.
 - 11.6.1. A transferência dos recursos será concluída no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da solicitação da CONCESSIONÁRIA para tanto, ou em outro prazo acordado entre CPP e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCESSIONÁRIA e previsto no instrumento de garantia aplicável.

11.7. Na hipótese de execução da GARANTIA CPP, a CPP comunicará o fato ao PODER CONCEDENTE com cópia à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias, solicitando o ressarcimento à CPP para a devida recomposição da GARANTIA CPP, no prazo de até 90 (noventa) dias, do montante despendido.

- 11.7.1. Decorrido o prazo indicado na Cláusula 11.7 sem que tenha havido o ressarcimento integral do montante da obrigação solidária adimplida pela CPP, o valor correspondente será acrescido de juros de mora correspondentes à variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar do pagamento efetuado pela CPP à CONCESSIONÁRIA, até a data do efetivo ressarcimento.
- 11.7.2. A GARANTIA CPP será reduzida em valor correspondente ao montante executado pela CONCESSIONÁRIA naquilo em que não for ressarcido nos termos da Cláusula 11.7, até sua eventual extinção, independentemente do prazo de vigência estabelecido na Cláusula 11.3.1.
- 11.7.3. Ocorrendo o ressarcimento pelo PODER CONCEDENTE, total ou parcial, a CPP deverá reestabelecer a GARANTIA CPP, no montante equivalente às parcelas ressarcidas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

11.8. Ocorrendo o inadimplemento do pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA pelo PODER CONCEDENTE e, desde que, a GARANTIA CPP não tenha sido implementada por ação ou omissão da CPP, ainda que após manifestação da CONCESSIONÁRIA ou tenha sido integralmente executada, mas não tenha sido recomposta, deverá ser observado o seguinte regramento:

- 11.8.1. Caso a situação indicada na Cláusula 11.8 persista por 3 (três) meses consecutivos: a Secretaria da Fazenda e Planejamento deverá apresentar ao Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas justificativas circunstanciadas, expondo os motivos do inadimplemento e as medidas adotadas para o seu equacionamento.
- 11.8.2. Caso a situação indicada na Cláusula 11.8 persista por 12 (doze) meses consecutivos: a CONCESSIONÁRIA poderá resilir unilateralmente o CONTRATO, observada a indenização prevista na Cláusula 53.3.4.
 - 11.8.2.1. A resilição a que se refere a Cláusula 11.8.2 poderá ser implementada mediante envio de notificação pela CONCESSIONÁRIA, não dependendo de qualquer decisão arbitral e/ou judicial para tanto.

11.9. Enquanto perdurar a situação indicada na Cláusula 11.8, independente do período: a) o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas e o Conselho Diretor do Programa de Desestatização, ou órgãos que vierem a substituí-los, darão preferência de pauta à proposta do PODER CONCEDENTE ou de Conselheiro para viabilizar o saneamento da situação de inadimplência, e não deliberarão acerca da celebração de novos contratos de parcerias público-privadas; (b) PODER CONCEDENTE permanecerá impossibilitado de celebrar novos contratos de Parceria Público-Privada.

12. RECEITAS ACESSÓRIAS

12.1. A CONCESSIONÁRIA, por sua exclusiva responsabilidade, poderá, direta ou indiretamente, explorar fontes alternativas e complementares de receita, visando à obtenção de RECEITAS ACESSÓRIAS, conforme os critérios estabelecidos no ANEXO 10 – RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que tais atividades não prejudiquem a prestação dos SERVIÇOS e o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, nos termos do CONTRATO, de seus ANEXOS e da

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

legislação vigente.

12.2. A CONCESSIONÁRIA deverá manter contabilidade específica para cada RECEITA ACESSÓRIA, para viabilizar a fiscalização pela ARSESP.

12.3. Sobre as RECEITAS ACESSÓRIAS não incidirá ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO.

13. REGIME DE BENS DA CONCESSÃO

13.1. A CONCESSÃO será integrada pelos BENS DA CONCESSÃO, assim considerados todos os bens, incluindo instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios, dentre outros, empregados na prestação dos SERVIÇOS e na execução deste CONTRATO, sejam estes bens classificados como BENS REVERSÍVEIS ou como BENS PRIVADOS, nos termos das Cláusulas 13.2 e 13.3 deste CONTRATO.

13.2. São BENS PRIVADOS os bens de propriedade exclusiva da CONCESSIONÁRIA não essenciais à prestação dos SERVIÇOS, como as instalações e bens utilizados para fins meramente comerciais e administrativos, incluindo escritórios, depósitos, almoxarifados e pátios de equipamentos, bem como as estruturas e equipamentos relacionados à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, que não sejam considerados essenciais e indispensáveis à prestação dos SERVIÇOS e/ou à execução deste CONTRATO.

13.2.1. Os BENS PRIVADOS poderão ser livremente utilizados, substituídos ou alienados pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do dever de atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais disposições deste CONTRATO.

13.3. São BENS REVERSÍVEIS:

13.3.1. O SISTEMA ADUTOR REGIONAL PCJ, as BARRAGENS e a UTR objeto deste CONTRATO, que compõem o SISTEMA, nos termos do ANEXO 11 – BENS REVERSÍVEIS, e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à implantação, operação e manutenção do SISTEMA transferidos à CONCESSIONÁRIA;

13.3.2. Os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, incorporados, ampliados, instalados, elaborados ou construídos pela CONCESSIONÁRIA, ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, incluindo os edifícios, equipamentos, máquinas, aparelhos, veículos e acessórios, assim como todas as benfeitorias, ainda que úteis ou voluptuárias, acessões físicas ou intelectuais, por força de obras ou investimentos realizados pela CONCESSIONÁRIA, ainda que decorrentes de investimentos não obrigatórios, e que sejam utilizados na implantação, operação e manutenção do SISTEMA.

13.4. A posse, a guarda, a manutenção e a vigilância dos BENS REVERSÍVEIS durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO são de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

13.5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os BENS DA CONCESSÃO, durante o PRAZO DA CONCESSÃO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho dos SERVIÇOS, nos termos previstos neste CONTRATO.

13.5.1. Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos BENS DA CONCESSÃO.

13.6. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela elaboração de INVENTÁRIO, o qual deverá ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, conforme o regramento estabelecido

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

neste CONTRATO e no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

- 13.6.1. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção do INVENTÁRIO em condições atuais, e qualquer ato que possa caracterizar a tentativa ou a consumação de fraude, mediante dolo ou culpa, na caracterização dos BENS REVERSÍVEIS, será considerado infração sujeita às penalidades descritas neste CONTRATO.
 - 13.6.2. A primeira versão do INVENTÁRIO deverá ser elaborada pela CONCESSIONÁRIA em até 180 (cento e oitenta) dias contados da ORDEM DE INÍCIO, abrangendo as OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e as OBRAS DO SAR-PCJ implantadas até então.
 - 13.6.3. A CONCESSIONÁRIA deverá atualizar o INVENTÁRIO anualmente e sempre que uma OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS ou OBRA DO SAR-PCJ seja implantada.
 - 13.6.4. A CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar acesso ao INVENTÁRIO ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP, ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE.
 - 13.6.5. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO ou encerramento da CONCESSÃO em relação a ativos específicos do objeto contratual, os BENS REVERSÍVEIS a eles vinculados deverão ser excluídos do INVENTÁRIO e revertidos à posse direta do PODER CONCEDENTE, observadas as disposições contratuais relativas à reversibilidade dos bens patrimoniais
- 13.7. Ao final da vida útil dos BENS REVERSÍVEIS, a CONCESSIONÁRIA deverá proceder à sua substituição imediata por bens novos e semelhantes, de qualidade igual ou superior, caso necessário, a fim de garantir o atendimento às obrigações de continuidade da prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO e, especialmente, a obrigatória atualização tecnológica e o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO, observadas as disposições contratuais pertinentes.
- 13.7.1. A CONCESSIONÁRIA poderá ser liberada pela ARSESP, mediante decisão devidamente motivada, da obrigação de promover a substituição de alguns dos BENS REVERSÍVEIS ao final da sua vida útil, caso demonstre ser a substituição dispensável para a prestação do SERVIÇO e para o atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 13.8. A substituição dos BENS REVERSÍVEIS ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO não autoriza qualquer pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por qualquer das PARTES, salvo se comprovado que a substituição decorre da materialização de risco alocado ao PODER CONCEDENTE.
- 13.8.1. A CONCESSIONÁRIA declara, na assinatura deste CONTRATO, que todos os valores necessários à reposição, substituição e manutenção ordinária de BENS REVERSÍVEIS já foram considerados em sua PROPOSTA COMERCIAL, razão pela qual concorda que o valor da remuneração nos termos deste CONTRATO é suficiente para tais substituições, reposições ou manutenções ao tempo de suas respectivas vidas úteis.
- 13.9. A alienação, a oneração ou a transferência a terceiros, a qualquer título, dos BENS REVERSÍVEIS, dependerão de anuência prévia da ARSESP, nos termos do presente CONTRATO, salvo para reposição de bens móveis por bens de atualidade tecnológica e condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores às dos bens substituídos, visando à manutenção da respectiva vida útil dentro dos limites previstos no CONTRATO e ANEXOS.
- 13.9.1. Na hipótese de autorização da ARSESP para alienação de BENS REVERSÍVEIS, tais bens deixarão de ser reversíveis, sem prejuízo da reversibilidade dos bens que os substituírem ou os repuserem.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

13.9.2. Os BENS REVERSÍVEIS, incluindo os bens móveis ou imóveis adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, por qualquer forma, para a realização dos SERVIÇOS, afetados à operação, serão considerados bens fora do comércio, não podendo ser, a nenhum título, cedidos, alienados, onerados, arrendados, dados em comodato ou garantia, ou de qualquer outro modo ser permitida a sua ocupação, arrestados, penhorados ou sujeitos a qualquer ônus de mesma natureza, exceto nas hipóteses previstas neste CONTRATO mediante anuência da ARSESP, sendo certo que as restrições aqui enumeradas não se aplicam aos bens substituídos e que não são mais usados pela CONCESSIONÁRIA para a execução contratual.

13.9.3. A ARSESP poderá, ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO, comunicar à CONCESSIONÁRIA situações nas quais é dispensada a anuência prévia de que trata a Cláusula 13.9, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta comunicação.

13.10. A CONCESSIONÁRIA poderá adquirir BENS REVERSÍVEIS necessários à prestação dos SERVIÇOS sob as formas de arrendamento mercantil (*leasing*), financiamento com alienação fiduciária em garantia ou outras formas contratuais de aquisição de ativos em que a CONCESSIONÁRIA não adquira imediatamente a propriedade dos bens, desde que estes bens estejam definitivamente incorporados ao patrimônio da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE antes do término do PRAZO DA CONCESSÃO, resguardando-se, assim, sua reversibilidade.

13.10.1. Os contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA nos termos da Cláusula 13.10 deverão:

- (i) ter prazo inferior ao PRAZO DA CONCESSÃO;
- (ii) conter Cláusula expressa que autorize a sub-rogação, a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, nos direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA, na hipótese de extinção antecipada deste CONTRATO. A sub-rogação poderá ocorrer em favor do próprio PODER CONCEDENTE ou de pessoa jurídica por ele indicada, inclusive futura concessionária. A formalização se dará mediante simples notificação do PODER CONCEDENTE ao arrendador ou financiador; e
- (iii) e ser contabilizados de forma fidedigna nas demonstrações financeiras da CONCESSIONÁRIA.

13.10.1.1. O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a celebração de contratos, dentre os previstos na Cláusula 13.10, com prazo superior ao PRAZO DA CONCESSÃO, mediante solicitação fundamentada da CONCESSIONÁRIA, desde que assegurada a reversibilidade dos bens ao PODER CONCEDENTE ao final da vigência do contrato, devendo o PODER CONCEDENTE constar como interveniente e assumir a posição jurídica de contratante no caso de extinção do CONTRATO.

13.10.2. Em caso de extinção antecipada deste CONTRATO, ou caso tenha início qualquer procedimento concursal envolvendo a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá se sub-rogar nos direitos da CONCESSIONÁRIA de:

- (i) pagar eventuais valores necessários à aquisição definitiva do bem; ou
- (ii) tomar todas as medidas administrativas e judiciais necessárias à manutenção do bem sob posse da CONCESSIONÁRIA ou do próprio PODER CONCEDENTE.

13.11. Os BENS DA CONCESSÃO que forem construídos ou adquiridos pela CONCESSIONÁRIA deverão ser devidamente registrados na sua contabilidade, de modo a permitir a sua fácil identificação pela ARSESP,

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

observadas as normas contábeis vigentes.

13.12. Todos os INVESTIMENTOS previstos originalmente neste CONTRATO e ANEXOS, inclusive a manutenção e a substituição de BENS REVERSÍVEIS, deverão ser depreciados e amortizados pela CONCESSIONÁRIA no PRAZO DA CONCESSÃO, consideradas eventuais prorrogações, não cabendo qualquer pleito ou reivindicação de indenização por eventual saldo não amortizado ao fim do PRAZO DA CONCESSÃO, quanto a esses bens.

13.12.1. Os INVESTIMENTOS que venham a ser incorporados ao CONTRATO nas REVISÕES ORDINÁRIAS ou nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, para manutenção da atualidade e da continuidade do serviço público, e o INVESTIMENTO CONTINGENTE, deverão ser amortizados PRAZO DA CONCESSÃO, levando em conta eventual prorrogação dada para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

13.12.2. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a indenização da CONCESSIONÁRIA pelos investimentos realizados e não amortizados observará o disposto no Capítulo X.

13.13. Todos os negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS REVERSÍVEIS deverão mencionar expressamente a vinculação dos BENS REVERSÍVEIS envolvidos à CONCESSÃO.

13.13.1. Os demais bens empregados ou utilizados pela CONCESSIONÁRIA, que não constem do INVENTÁRIO, na forma da Cláusula 13.6, e que não se qualifiquem como BENS REVERSÍVEIS, serão considerados bens exclusivamente privados e poderão ser livremente utilizados e transferidos pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do dever de atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais disposições deste CONTRATO.

13.14. Todos os direitos de propriedade intelectual relacionados às infraestruturas que compõem o SISTEMA permanecem como propriedade da PARTE que os elaborou.

13.15. A CONCESSIONÁRIA cede, sem ônus e definitivamente, à ARSESP, à SP ÁGUAS, ao PODER CONCEDENTE e às futuras SUCESSORAS, licença para usar os estudos, projetos e outros trabalhos de cunho intelectual criados e utilizados no desenvolvimento da CONCESSÃO e seus respectivos direitos de propriedade intelectual (incluindo o direito de fazer e utilizar trabalhos dele derivados), inclusive em futuros contratos de concessão, e sem quaisquer restrições que condicionem a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, sua atualização e/ou revisão, respeitados os direitos de propriedade intelectual previamente integrantes do patrimônio da CONCESSIONÁRIA, seus acionistas e controladores previamente à assinatura do CONTRATO.

13.15.1. A CONCESSIONÁRIA anui com a utilização, pela ARSESP e pela SP ÁGUAS, de todas as informações compartilhadas e coletadas, no âmbito de suas atividades de fiscalização, para finalidade de pesquisa, desenvolvimento e transparência, além de melhoria nas suas atividades de regulação e fiscalização.

14. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PELA CONCESSIONÁRIA

14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar os PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS e submetê-los à aprovação da ARSESP, conforme conteúdo e procedimento previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

14.2. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os SERVIÇOS, bem como realizar todas as intervenções necessárias ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, do PLANO DE INVESTIMENTOS, dos PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS e das demais especificações técnicas mínimas estabelecidas neste CONTRATO e nos ANEXOS.

14.2.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela operação e manutenção do SISTEMA a partir da

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

emissão do TERMO DE ACEITE de cada OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e OBRA DO SAR-PCJ.

- 14.2.2. O início da operação de cada tramo do SAR-PCJ depende da celebração do CONTRATO DE FORNECIMENTO com o respectivo OPERADOR DE SANEAMENTO, na forma da Cláusula 16.1.

14.3. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS, bem como a implementação de projetos associados.

- 14.3.1. A contratação de terceiros em nada afasta ou restringe a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelo adequado cumprimento do CONTRATO, em conformidade com as especificações técnicas previstas neste CONTRATO e nos ANEXOS.

15. EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS

15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar medidas de prevenção e mitigação dos impactos de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO e realizar obras de manutenção emergencial para a restauração das condições operacionais.

15.2. Para a prevenção de impactos de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO, a CONCESSIONÁRIA deve apresentar RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS em até 180 (cento e oitenta) dias contados da emissão da ORDEM DE INÍCIO.

15.3. O RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS deve garantir o monitoramento contínuo de toda a infraestrutura objeto do presente CONTRATO, identificando eventuais áreas de risco e o tipo de impacto a que estas se encontram expostas, além de propor medidas preventivas de curto, médio e longo prazo, para a redução do risco de danos às infraestruturas.

- 15.3.1. A CONCESSIONÁRIA deve encaminhar ao PODER CONCEDENTE, anualmente, versões atualizadas do RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS, contendo a descrição da metodologia utilizada e a consolidação dos resultados do monitoramento, com a indicação dos riscos identificados e as medidas preventivas propostas.
- 15.3.2. O RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS será elaborado pela CONCESSIONÁRIA sem o prejuízo da execução dos demais relatórios previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
- 15.3.3. O RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS será analisado pelo PODER CONCEDENTE, que poderá determinar a inclusão das medidas preventivas no escopo da CONCESSÃO.
- 15.3.4. As medidas preventivas de curto prazo, se não previstas originalmente como responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, serão incluídas no escopo da CONCESSÃO em processo de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 15.3.5. As medidas preventivas de médio e longo prazo, se não previstas originalmente como de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, terão a sua inclusão no escopo do CONTRATO avaliadas na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente, após a devida priorização técnica perante os demais INVESTIMENTOS demandados durante o CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA.

15.4. A ocorrência de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO no SISTEMA será reconhecida pelo PODER CONCEDENTE, de forma unilateral ou mediante provocação da CONCESSIONÁRIA, em face da identificação de avarias no SISTEMA,

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

em razão do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO, que demandem a realização de obras de manutenção emergencial para a restauração das condições de operação do SISTEMA.

- 15.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE, em até 7 (sete) dias, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa, a contar do reconhecimento do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO, um Plano de Retomada Operacional do SISTEMA, em que deverá especificar o cronograma e as medidas emergenciais necessárias à restauração das condições de operação.

15.5. Em razão dos efeitos do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO sobre o SISTEMA, a ARSESP deverá:

- 15.5.1. Não aplicar penalidades pelo descumprimento de obrigações cujo adimplemento tenha se tornado inviável em razão do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO;
- 15.5.2. Suspender a apuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO cujo cumprimento tenha se tornado inviável em razão do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO; e
- 15.5.3. Dispensar a aprovação dos projetos de engenharia para as obras necessárias à restauração das condições de operação em virtude do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO.

15.6. Os INVESTIMENTOS aprovados pelo PODER CONCEDENTE que sejam realizados pela CONCESSIONÁRIA para a restauração das condições de operação em razão dos impactos do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO serão objeto de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, desde que: (i) não se enquadrem como INVESTIMENTOS obrigatórios da CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO; e (ii) não tenham sido previstos pelo CONTRATO como de risco da CONCESSIONÁRIA.

15.7. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em razão de INVESTIMENTOS necessários para a restauração das condições de operação em razão dos impactos do EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO será realizada em REVISÃO EXTRAORDINÁRIA ou na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente à conclusão de sua implementação, observada a Cláusula 28.2.2.1.

- 15.7.1. Os valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros que abranjam o EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO ou os impactos diretos e indiretos causados por este último serão descontados pela ARSESP do valor da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 15.7.2. A CONCESSIONÁRIA deverá envidar todos os esforços cabíveis para o recebimento das indenizações previstas nos seguros contratados, inclusive mediante a adoção de medidas extrajudiciais, arbitrais ou judiciais, até o esgotamento dos recursos aplicáveis, para assegurar o recebimento destes valores.
- 15.7.3. A CONCESSIONÁRIA deverá comprovar à ARSESP as medidas extrajudiciais, judiciais ou arbitrais adotadas para o recebimento das indenizações previstas pelos seguros contratados, sob pena de tais valores serem descontados da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

16. FORNECIMENTO DE ÁGUA BRUTA PELA CONCESSIONÁRIA

16.1. Como condição para o início da operação de cada tramo do SAR-PCJ, após a conclusão das OBRAS DO SAR-PCJ e a emissão dos respectivos TERMOS DE ACEITE, a CONCESSIONÁRIA deverá celebrar com cada OPERADOR DE SANEAMENTO um CONTRATO DE FORNECIMENTO, conforme modelo correspondente no ANEXO 14 – CONTRATO DE FORNECIMENTO, para disciplinar o fornecimento de água bruta.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 16.1.1. Em contrapartida à operacionalização do fornecimento de água bruta pela CONCESSIONÁRIA por meio dos TRAMOS, os OPERADORES DE SANEAMENTO pagarão ao PODER CONCEDENTE o PREÇO DE FORNECIMENTO, na forma e nas condições previstas no CONTRATO DE FORNECIMENTO.
- 16.1.2. A SP ÁGUAS será parte interveniente-anuente dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO celebrados com os OPERADORES DE SANEAMENTO.
- 16.1.3. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 16.5, a CONCESSIONÁRIA não será penalizada, nos termos deste CONTRATO, quando as condições hidrológicas não permitirem a operacionalização do fornecimento dos volumes mensais previstos nos CONTRATOS DE FORNECIMENTO.
- 16.1.4. Na hipótese de que trata a Cláusula 16.1.3, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar as devidas justificativas à SP ÁGUAS, com cópia ao PODER CONCEDENTE.
- 16.2. Ao longo da vigência do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá celebrar CONTRATOS DE FORNECIMENTO com os USUÁRIOS interessados, até o limite das vazões que lhe foram outorgadas pela SP ÁGUAS e atendidos os critérios e premissas regulados pela SP ÁGUAS.
- 16.2.1. Os USUÁRIOS poderão consistir tanto em usuários de recursos hídricos existentes que venham a requerer vazão adicional para captação de água em quantidade superior à originalmente outorgada pela SP ÁGUAS, quanto em novos usuários que passem a demandar captação de água e não detenham outorga de direito de uso de recursos hídricos vigente.
- 16.2.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela operacionalização do fornecimento de água bruta, a qual poderá ser captada pelo USUÁRIO por meio da utilização de infraestrutura própria ou de terceiros.
- 16.2.3. Em contrapartida à operacionalização do fornecimento de água bruta pela CONCESSIONÁRIA, os USUÁRIOS pagarão ao PODER CONCEDENTE o PREÇO DE FORNECIMENTO, na forma e nas condições previstas no CONTRATO DE FORNECIMENTO.
- 16.3. O USUÁRIO interessado deverá manifestar sua intenção de celebrar o CONTRATO DE FORNECIMENTO com a CONCESSIONÁRIA, apresentando os documentos e informações indicados em normativo da SP ÁGUAS, bem como a respectiva categoria de uso da água.
- 16.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à SP ÁGUAS, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da manifestação do USUÁRIO, a documentação correspondente, acompanhada de sua avaliação de viabilidade, que deverá considerar a capacidade do SISTEMA, os limites de vazão outorgados pela SP ÁGUAS e a regulação setorial aplicável.
- 16.3.2. A SP ÁGUAS deverá se manifestar em até [●] ([●]) dias quanto à viabilidade de celebração do CONTRATO DE FORNECIMENTO com o USUÁRIO.
- 16.3.3. Em caso de manifestação favorável da SP ÁGUAS, nos termos da Cláusula 16.3.2, a CONCESSIONÁRIA deverá celebrar o CONTRATO DE FORNECIMENTO com o USUÁRIO, com interveniência-anuência da SP ÁGUAS.
- 16.4. No âmbito dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela medição, emissão de fatura e cobrança dos PREÇOS DE FORNECIMENTO aos USUÁRIOS e OPERADORES DE SANEAMENTO, sujeitando-se à aplicação das penalidades previstas no ANEXO 06 – PENALIDADES em caso de inadimplemento.
- 16.4.1. Os PREÇOS DE FORNECIMENTO serão pagos pelos USUÁRIOS e OPERADORES DE SANEAMENTO diretamente na CONTA DE FORNECIMENTO DE ÁGUA, de titularidade do PODER CONCEDENTE e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

de movimentação exclusiva pelo BANCO DEPOSITÁRIO.

16.4.2. A CONCESSIONÁRIA deverá implementar as medidas de recuperação de crédito necessárias para reaver os PREÇOS DE FORNECIMENTO e os valores referentes a SERVIÇOS COMPLEMENTARES não pagos tempestivamente pelos USUÁRIOS e/ou pelos OPERADORES DE SANEAMENTO.

16.4.3. A CONCESSIONÁRIA poderá, mediante anuência do PODER CONCEDENTE, exigir, nos CONTRATOS DE FORNECIMENTO, a apresentação de garantia de adimplemento do PREÇO DE FORNECIMENTO pelo USUÁRIO ou pelo OPERADOR DE SANEAMENTO, conforme o caso.

16.5. Sem prejuízo dos volumes de água bruta previstos nos CONTRATOS DE FORNECIMENTO, os volumes a serem geridos pela CONCESSIONÁRIA estarão sujeitos à regulação da SP ÁGUAS, podendo sofrer revisão em situações excepcionais, notadamente nas hipóteses de declaração de situação de escassez hídrica e outras situações emergenciais devidamente reconhecidas pela SP ÁGUAS, nos termos da legislação aplicável.

16.5.1. A CONCESSIONÁRIA não será penalizada nos termos deste CONTRATO caso deixe de fornecer os volumes previstos nos CONTRATOS DE FORNECIMENTO em razão do cumprimento das determinações regulatórias emitidas pela SP ÁGUAS.

17. OBRAS E INVESTIMENTOS DE RESPONSABILIDADE DA CONCESSIONÁRIA

17.1. A CONCESSIONÁRIA se obriga a executar, por sua conta e risco, as OBRAS DO SAR-PCJ compreendidas no presente CONTRATO e nos ANEXOS, especialmente no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, nos prazos e nas condições neles estabelecidos, sem prejuízo de quaisquer outros INVESTIMENTOS que se façam necessários para atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO, ainda que não previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.2. A CONCESSIONÁRIA deverá executar as OBRAS DO SAR-PCJ em consonância com as normas técnicas aplicáveis e em conformidade com os estudos e projetos elaborados sob a sua exclusiva responsabilidade, da maneira que julgar mais eficiente, desde que seja observado o disposto na Cláusula 17.2.1.

17.2.1. Na execução das OBRAS DO SAR-PCJ e na realização dos demais INVESTIMENTOS necessários para execução deste CONTRATO, caberá à CONCESSIONÁRIA atentar-se ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e das demais disposições aplicáveis previstas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, sempre de forma compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados, incluídas as normas especificamente acordadas com organismos internacionais, bem como as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem a integral solidez às obras e aos investimentos de sua responsabilidade.

17.3. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela apresentação de PLANO DE INVESTIMENTOS, que considerará todas as OBRAS DO SAR-PCJ necessárias para a execução das obras e serviços de engenharia, bem como as obrigações e prazos previstos no CONTRATO e nos ANEXOS.

17.3.1. O PLANO DE INVESTIMENTOS terá caráter vinculativo, e deverá ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA com o conteúdo mínimo descrito no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.3.2. O PLANO DE INVESTIMENTOS deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA e submetido à aprovação da ARSESP, nos termos e condições previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.3.3. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar atualização do PLANO DE INVESTIMENTOS em até 2

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

(dois) anos após a entrega da primeira versão, incluindo toda e qualquer alteração e/ou mudança no planejamento das OBRAS DO SAR-PCJ.

- 17.3.4. A CONCESSIONÁRIA poderá solicitar a revisão extraordinária do PLANO DE INVESTIMENTOS, sempre que necessário, a qual estará sujeita à aprovação da ARSESP, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.4. A ARSESP, com assistência do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, acompanhará o PLANO DE INVESTIMENTOS e decidirá quanto à aprovação dos INVESTIMENTOS e obras na forma prevista no CONTRATO e no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.5. Por ocasião da inclusão de novos INVESTIMENTOS ou do INVESTIMENTO CONTINGENTE em sede de REVISÕES ORDINÁRIAS ou REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS do presente CONTRATO, serão elaborados, pela CONCESSIONÁRIA, PLANOS DE INVESTIMENTOS ou revistos os PLANOS DE INVESTIMENTOS já existentes, cujos cronogramas passarão, mediante a aprovação da ARSESP e a assinatura de Termo Aditivo Modificativo correspondente, a ter caráter vinculante.

17.6. A aprovação ou recebimento, pela ARSESP, dos projetos ou estudos apresentados pela CONCESSIONÁRIA, certificados ou não, não implica qualquer responsabilidade para a ARSESP ou para o PODER CONCEDENTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das suas obrigações decorrentes deste CONTRATO ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes, permanecendo responsável pelas eventuais imperfeições do projeto ou da qualidade dos serviços realizados.

- 17.6.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE e/ou à ARSESP quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, de suas obrigações contratuais, com base em fatos que resultem das relações contratuais estabelecidas com eventuais subcontratados.

17.7. O atraso no prazo estabelecido para a realização das OBRAS DO SAR-PCJ, conforme o ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS e o PLANO DE INVESTIMENTOS, ensejará a aplicação das pertinentes penalidades à CONCESSIONÁRIA, conforme o estabelecido no ANEXO 06 - PENALIDADES, salvo nos casos em que restar verificada inexigibilidade de conduta diversa por parte da CONCESSIONÁRIA ou na hipótese de o atraso decorrer de riscos que tenham sido expressamente alocados à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE.

17.8. Juntamente com a elaboração ou revisão dos PLANOS DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá atualizar os respectivos PLANOS DE SEGUROS, que apontarão a lista de providências e instrumentos que deverão ser celebrados pela CONCESSIONÁRIA, para assegurar, incondicionalmente, o cumprimento das suas obrigações e INVESTIMENTOS.

- 17.8.1. A contratação dos seguros correspondentes é condição para início da execução de cada etapa de realização das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.9. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar, para aprovação da ARSESP, com o apoio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, os PROJETOS EXECUTIVOS de cada uma das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.10. A CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar à ARSESP e ao PODER CONCEDENTE, após a conclusão de cada uma das OBRAS DO SAR-PCJ, e exclusivamente para fins de registro técnico, 3 (três) exemplares completos dos AS BUILT, definitivos, relativos às OBRAS DO SAR-PCJ executadas, em meios eletrônico, que permitam a sua reprodução, de acordo com as normas técnicas aplicáveis, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

17.11. Uma vez concluídas as etapas das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

e conforme previstas no PLANO DE INVESTIMENTOS, a CONCESSIONÁRIA deverá notificar o CERTIFICADOR INDEPENDENTE para:

- 17.11.1. Vistoriar o(s) local(ais) da(s) obra(s), em até 5 (cinco) dias úteis contados da notificação encaminhada pela CONCESSIONÁRIA, com o objetivo de verificar a conformidade da obra executada, devendo ser realizados testes de funcionamento dos equipamentos, quando aplicável.
- 17.11.2. Manifestar-se, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data da vistoria realizada nos termos da Cláusula 17.11.1, acerca do cumprimento dos requisitos estabelecidos para a emissão, pela ARSESP, do TERMO DE ACEITE das obras, podendo indicar ajustes, correções ou outras providências por parte da CONCESSIONÁRIA.
- 17.11.3. Após a manifestação favorável do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, a ARSESP terá 5 (cinco) dias úteis para emitir o TERMO DE ACEITE.
- 17.11.4. O TERMO DE ACEITE indica que a respectiva OBRA DO SAR-PCJ está apta a iniciar a operação, ainda que sejam necessários ajustes, correções ou outras providências por parte da CONCESSIONÁRIA, conforme indicação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, desde que estes não impeçam a operação.
- 17.11.5. O CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá estabelecer prazo para que sejam concluídos os ajustes, correções ou outras providências por parte da CONCESSIONÁRIA, de que tratam a Cláusula 17.11.4.
- 17.11.6. Caso os ajustes, correções ou outras providências indicadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE impeçam o início da operação da respectiva OBRA DO SAR-PCJ, a CONCESSIONÁRIA deverá realizá-los e notificar o CERTIFICADOR INDEPENDENTE para que seja realizada nova vistoria, conforme procedimento descrito nas Cláusulas 17.11.1 a 17.11.5.

17.12. O início da operação de cada OBRA DO SAR-PCJ estará condicionado à celebração do CONTRATO DE FORNECIMENTO, conforme modelo indicado no ANEXO 14 – CONTRATO DE FORNECIMENTO, entre a CONCESSIONÁRIA e o OPERADOR DE SANEAMENTO, com interveniência-anuência da SP ÁGUAS.

18. OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS

18.1. A SP ÁGUAS deverá:

- (i) executar as OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS; e
- (ii) disponibilizar as OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS à CONCESSIONÁRIA, após a sua conclusão, nos termos desta Cláusula 18.

18.2. A SP ÁGUAS será a única responsável pela elaboração dos projetos de engenharia, pela obtenção dos recursos financeiros e pela obtenção das autorizações, outorgas, permissões e LICENÇAS AMBIENTAIS, que venham a ser necessários para a execução e operação das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.

- 18.2.1. A SP ÁGUAS deverá disponibilizar à CONCESSIONÁRIA todos os documentos, informações e o suporte técnico demandados pela CONCESSIONÁRIA para que esta possa realizar a operação da infraestrutura e dos ativos resultantes das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.

18.3. Enquanto não forem concluídas pela SP ÁGUAS e recebidas pela CONCESSIONÁRIA cada uma das OBRAS

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, a CONCESSIONÁRIA não poderá:

- (i) sofrer qualquer penalização em decorrência do eventual descumprimento de suas obrigações contratuais que se relacionem diretamente com a OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO; e
- (ii) não poderá sofrer qualquer desconto sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL por descumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO que se relacionarem diretamente com a OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão.

18.4. As OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS serão recebidas pela CONCESSIONÁRIA após a emissão da LICENÇA AMBIENTAL de operação pela SP ÁGUAS.

18.5. Para fins do recebimento das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS:

- 18.5.1. Com 30 (trinta) dias de antecedência em relação à data estimada para conclusão de cada uma das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, a SP ÁGUAS deverá: (i) notificar formalmente a CONCESSIONÁRIA, a ARSESP, o PODER CONCEDENTE e o CERTIFICADOR INDEPENDENTE acerca da proximidade da conclusão da obra; (ii) encaminhar à CONCESSIONÁRIA, ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE e à ARSESP os projetos, estudos e demais documentos técnicos pertinentes, relativos à OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, incluindo projetos de engenharia, especificações técnicas, manuais de equipamentos, “databooks”, LICENÇAS AMBIENTAIS, autorizações e outorgas, inclusive ambientais, referentes às fases de projetos e instalação da OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão; e (iii) indicar à CONCESSIONÁRIA, à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE e ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE a data em que será realizada a vistoria conjunta da OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, que deverá contar com a participação da CONCESSIONÁRIA, do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, da SP ÁGUAS e da ARSESP.
- 18.5.2. Caso a SP ÁGUAS não tenha realizado, no momento do recebimento da OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS pela CONCESSIONÁRIA, o comissionamento e/ou a operação assistida da respectiva OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, a CONCESSIONÁRIA poderá participar do(s) procedimento(s) referido(s), nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
- 18.5.3. A vistoria referida na Cláusula 18.5.1 terá como finalidade a verificação, pela CONCESSIONÁRIA e pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, da conformidade das obras, dos serviços e das instalações executados pela SP ÁGUAS, relacionados à OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, inclusive levando em consideração a necessidade de atendimento, pela CONCESSIONÁRIA dos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 18.5.4. A vistoria referida na Cláusula 18.5.1 somente poderá ser realizada após a conclusão, pela SP ÁGUAS, de todas as obras, serviços e instalações relacionados à OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, incluindo obras civis e montagens eletrônicas, bem como após a emissão da LICENÇA AMBIENTAL de operação.
- 18.5.5. Na vistoria referida na Cláusula 18.5.1, deverão ser realizados testes de funcionamento dos equipamentos relacionados à OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, quando aplicável, os quais deverão ser assistidos pela CONCESSIONÁRIA e pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 18.5.6. No prazo de até 15 (quinze) dias contados da realização da vistoria referida na Cláusula 18.5.1, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE emitirá relatório, com cópia para a CONCESSIONÁRIA, para a SP ÁGUAS e para o PODER CONCEDENTE, indicando eventuais inconsistências ou falhas identificadas, em relação aos projetos de engenharia, às normas técnicas aplicáveis e/ou às exigências previstas neste CONTRATO e em seus respectivos ANEXOS.
- 18.5.7. A CONCESSIONÁRIA e a SP ÁGUAS poderão se manifestar sobre o relatório referido na Cláusula 18.5.6 no prazo de 30 (trinta) dias contados de seu recebimento, cabendo ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE avaliar tais manifestações em até 15 (quinze) dias, emitir seu relatório final e encaminhá-lo à CONCESSIONÁRIA, à SP ÁGUAS e ao PODER CONCEDENTE.
- 18.5.8. Em não havendo manifestações apresentadas pela CONCESSIONÁRIA ou pela SP ÁGUAS no prazo indicado na Cláusula 18.5.7, o relatório do CERTIFICADOR INDEPENDENTE referido na Cláusula 18.5.6 será considerado final.
- 18.5.9. A SP ÁGUAS deverá realizar as correções determinadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, não podendo a CONCESSIONÁRIA ser penalizada pelo descumprimento de qualquer obrigação que envolva a OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS em questão, inclusive no que se refere ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO a ela relacionados, até que todas as correções sejam devidamente concluídas, no prazo acordado junto ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE.
- 18.6. Após a realização das correções determinadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, de que trata a Cláusula 18.5.9, devidamente atestadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, a ARSESP emitirá TERMO DE ACEITE referente à respectiva OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.
- 18.7. No prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da emissão do TERMO DE ACEITE referente a cada OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, a SP ÁGUAS deverá fornecer à CONCESSIONÁRIA 3 (três) mídias eletrônicas completas dos AS BUILT, definitivos, relacionados à respectiva OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, em material que permita a sua reprodução e com a utilização em meio eletrônico.
- 18.8. A partir da emissão do TERMO DE ACEITE para cada uma das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, a infraestrutura e os ativos delas resultantes serão incorporados ao objeto da CONCESSÃO, e passarão a ser operados, mantidos e conservados pela CONCESSIONÁRIA, nas condições previstas neste CONTRATO.
- 18.9. A CONCESSIONÁRIA não será obrigada a pagar qualquer tipo de indenização à SP ÁGUAS em razão dos INVESTIMENTOS efetuados para execução das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.
- 18.10. O PODER CONCEDENTE poderá, mediante indicação da SP ÁGUAS, exigir que a CONCESSIONÁRIA assuma a execução ou conclusão de uma ou mais OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, a partir do último ponto a ser medido pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE, mediante o correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, sob pena de, em não o fazendo, sujeitar-se ao disposto na Cláusula 18.3.
- 18.10.1. Na hipótese da Cláusula 18.10, aplicar-se-á o seguinte:
- 18.10.1.1. A CONCESSIONÁRIA apresentará à SP ÁGUAS e ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE os projetos e estudos necessários para assumir a execução ou conclusão das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS;
- 18.10.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO devido à CONCESSIONÁRIA considerará: (i) os custos necessários à elaboração dos novos projetos e estudos necessários para assumir a execução ou conclusão das OBRAS DE

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS; e (ii) os custos necessários para a execução ou conclusão das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS;

- 18.10.1.3. Todas as obrigações contratuais direta e comprovadamente impactadas pelo atraso atribuído à SP ÁGUAS nas OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS terão o seu prazo de cumprimento estendido por período equivalente ao necessário para a conclusão da respectiva OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.

19. LICENCIAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL

19.1. A SP ÁGUAS será responsável pela obtenção das autorizações, outorgas, permissões e LICENÇAS AMBIENTAIS, inclusive ambientais, necessários para a execução e operação das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.

- 19.1.1. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela manutenção e renovação tempestiva dos documentos referidos na Cláusula 19.1, que venham a ser necessários para a operação das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, por todo o PRAZO DA CONCESSÃO.
- 19.1.2. A CONCESSIONÁRIA será responsável pela emissão das outorgas de direito de uso de recursos hídricos relativas ao aumento da vazão disponibilizada pelas OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.

19.2. A SP ÁGUAS será responsável pela obtenção da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA para as OBRAS DO SAR-PCJ.

19.3. É de única e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA obter, por sua conta e risco, em tempo hábil, e manter vigentes, todas as LICENÇAS AMBIENTAIS, autorizações, certidões e alvarás, de qualquer natureza, exigidos por órgãos públicos municipais, estaduais e federais para execução deste CONTRATO, inclusive aquelas que venham a ser requeridas futuramente, em razão de modificações normativas, e LICENÇAS AMBIENTAIS, em atendimento à legislação ambiental, por todo o PRAZO DA CONCESSÃO, ressalvado o disposto nas Cláusulas 19.1 e 19.2.

19.4. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARSESP, no PLANO DE INVESTIMENTOS mencionado na Cláusula 16, o cronograma para obtenção das licenças edilícias, ambientais, operacionais, alvarás, autorizações e demais documentos pertinentes, observado o disposto no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

- 19.4.1. O PODER CONCEDENTE e a ARSESP, sem prejuízo à alocação de riscos e responsabilidades definidas nas Cláusulas 25 e 26 deste CONTRATO e nos ANEXOS, enviarão todos os esforços para auxiliar a obtenção tempestiva das autorizações e licenças necessárias e, para tanto, prestarão apoio institucional à CONCESSIONÁRIA junto aos órgãos ou entidades de controle ambiental do Estado de São Paulo e municípios no processo de obtenção, manutenção e renovação das LICENÇAS AMBIENTAIS.

19.5. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelos custos e pela adoção de todas as providências ambientais necessárias ao atendimento da Lei Estadual nº 13.798/2009, que institui a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, bem como ao Decreto Estadual nº 68.308/2024, que regulamenta a Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC.

19.6. Todos os passivos ambientais identificados pela CONCESSIONÁRIA, apontados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS, elaborado nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, deverão ser tratados e recuperados pela CONCESSIONÁRIA, assegurando-se o reequilíbrio econômico-financeiro deste CONTRATO nas

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

hipóteses em que o risco tenha sido assumido pelo PODER CONCEDENTE.

20. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA PELA CONCESSIONÁRIA

20.1. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar os PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS e submetê-los à aprovação da ARSESP, conforme conteúdo e procedimento previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

20.2. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar os SERVIÇOS, bem como realizar todas as intervenções necessárias ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, do PLANO DE INVESTIMENTOS, dos PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS e das demais especificações técnicas mínimas estabelecidas neste CONTRATO e nos ANEXOS.

20.2.1. A partir da assinatura da ORDEM DE INÍCIO, a CONCESSIONÁRIA será responsável pela operação e manutenção do SISTEMA.

20.3. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos SERVIÇOS, bem como a implementação de projetos associados, nos termos da Cláusula 14.3.

20.3.1. A contratação de terceiros em nada afasta ou restringe a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelo adequado cumprimento do CONTRATO, em conformidade com as especificações técnicas previstas neste CONTRATO e nos ANEXOS.

20.4. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar, anualmente, o PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO, contendo as previsões de vazão e volume mínimo e máximo a serem utilizados nos TRAMOS no ano seguinte, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, o qual deverá ser aprovado pela SP ÁGUAS conforme rito previsto no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

20.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá seguir o disposto no PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO aprovado pela SP ÁGUAS, o qual terá vigência de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro e terminando em 31 de dezembro.

20.5. O PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO poderá ser revisto, a qualquer tempo, por determinação da SP ÁGUAS, de ofício ou em decorrência de provocação dos OPERADORES DE SANEAMENTO ou de outras autoridades públicas.

20.5.1. Na hipótese de que trata a Cláusula 20.5, o PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO deverá ser revisado pela CONCESSIONÁRIA e encaminhado à SP ÁGUAS para aprovação, no prazo de 15 (quinze) dias.

20.5.2. O prazo de que trata a Cláusula 20.5.1 poderá ser prorrogado, mediante pedido justificado da CONCESSIONÁRIA, considerando a complexidade dos ajustes solicitados.

20.6. Sem prejuízo da revisão de que trata a Cláusula 20.5, o PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO poderá ser revisto extraordinariamente, pela CONCESSIONÁRIA, nas situações previstas no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

21. MECANISMOS PARA PRESERVAÇÃO DA ATUALIDADE NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E INCORPORAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS

21.1. A CONCESSIONÁRIA deverá observar a atualidade tecnológica na execução das obras e serviços objeto deste CONTRATO, assim caracterizada pela preservação da modernidade e atualização dos equipamentos, das instalações

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

e das técnicas da prestação dos serviços de implantação, operação e manutenção do SISTEMA, desde que a atualidade tecnológica seja necessária diante da (i) obsolescência dos BENS DA CONCESSÃO, previstos na Cláusula 13, ou (ii) necessidade de cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais exigências estabelecidas neste CONTRATO e seus ANEXOS.

21.2. A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, independentemente de determinação do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP, todas as medidas necessárias para o cumprimento de suas obrigações contratuais, inclusive em relação aos INDICADORES DE DESEMPENHO, observado o disposto neste CONTRATO e seus ANEXOS.

21.3. A CONCESSIONÁRIA deverá levar em consideração a vida útil dos BENS DA CONCESSÃO e o seu adequado aproveitamento e funcionamento, devendo, quando necessário, proceder à sua substituição por outros bens e equipamentos que apresentem atualidade tecnológica e condições de operação e funcionamento idênticas ou superiores às dos substituídos, independentemente de determinação do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP.

21.4. Estão compreendidas no conceito de obrigação de atualidade tecnológica as situações nas quais a CONCESSIONÁRIA, observado o disposto na Cláusula 21.3, com a finalidade de atender aos INDICADORES DE DESEMPENHO e as demais exigências estabelecidas no CONTRATO e seus ANEXOS, realiza atualizações e melhorias dos BENS DA CONCESSÃO quando disponibilizadas pelos respectivos fabricantes.

21.5. Será caracterizada a obsolescência tecnológica dos BENS DA CONCESSÃO quando constatada, no decorrer do PRAZO DA CONCESSÃO, a perda relevante de suas funções iniciais, assim compreendida quando os BENS DA CONCESSÃO não mais se mostrarem aptos a cumprir, de modo adequado, o desempenho para o qual foram desenvolvidos, ou, ainda, se mostrarem incapazes para atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais exigências estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS.

21.5.1. Se caracterizada a obsolescência, a CONCESSIONÁRIA deverá propor prazo para atendimento das referidas exigências, a ser aprovado pela ARSESP em bases de razoabilidade e levando em conta as respectivas vidas úteis e/ou prazos para substituição, bem como condições de operação e segurança hídrica, devendo, em qualquer hipótese, a substituição ocorrer, no máximo, até o termo final de vigência do CONTRATO.

21.6. Exclui-se do disposto na Cláusula 21.5 a hipótese de má conservação ou ausência de manutenção, pela CONCESSIONÁRIA, dos BENS DA CONCESSÃO, regendo-se tais situações pelas regras específicas previstas neste CONTRATO e seus ANEXOS.

21.7. As despesas e os INVESTIMENTOS da CONCESSIONÁRIA que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a atualidade da CONCESSÃO, incluindo o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais exigências estabelecidas no CONTRATO e nos ANEXOS, deverão estar amortizados dentro do PRAZO DA CONCESSÃO, não fazendo a CONCESSIONÁRIA jus a qualquer direito de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro, salvo se tais despesas ou INVESTIMENTOS decorrerem de evento cujo risco tenha sido alocado ao PODER CONCEDENTE.

21.8. O disposto nas Cláusulas 21.1 a 21.7 deste CONTRATO não se confunde com a possibilidade de adoção e incorporação de inovações tecnológicas pela CONCESSIONÁRIA, observado o disposto nas Cláusulas 21.10 e 21.11.

21.9. Observada a alocação de riscos prevista na Cláusula 26, são consideradas inovações tecnológicas, para os fins do CONTRATO, as tecnologias que, cumulativamente: (i) à época de sua eventual adoção e incorporação pela CONCESSIONÁRIA, constituam o estado da arte tecnológica; (ii) não tenham uso difundido no setor de infraestrutura hídrica nacional; e (iii) cuja utilização, não obstante tenha potencial de proporcionar ganhos de eficiência e produtividade no âmbito da CONCESSÃO, seja prescindível para o atendimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e demais elementos inicialmente previstos no CONTRATO e respectivos ANEXOS.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

21.10. A CONCESSIONÁRIA terá ampla liberdade para incorporar, ao longo da CONCESSÃO, inovações tecnológicas no âmbito do desenvolvimento dos SERVIÇOS, observado o disposto nesta Cláusula, somente dando ensejo ao reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO aquelas que sejam previamente submetidas à aprovação da ARSESP e do PODER CONCEDENTE.

21.11. A incorporação de inovações tecnológicas pela CONCESSIONÁRIA, quando recomendada pela ARSESP e a critério do PODER CONCEDENTE, somente poderá ocorrer no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS ou, excepcionalmente, em REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, e ensejará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da Cláusula 26.7.5, observado o disposto na Cláusula 21.12.

- 21.11.1. Na hipótese prevista na Cláusula 21.11 acima, os INDICADORES DE DESEMPENHO poderão ser atualizados pela ARSESP de modo a contemplar as melhorias de performance, caso existentes, relacionadas à incorporação da inovação tecnológica determinada.
- 21.11.2. A atualização dos INDICADORES DE DESEMPENHO, tratada na Cláusula 21.11.1 acima, não retroagirá os seus efeitos, incidindo apenas sobre as atividades executadas após a implementação da inovação tecnológica.

21.12. O disposto nesta Cláusula não afasta a obrigação da CONCESSIONÁRIA de adotar, implementar e custear toda e qualquer medida procedimental e/ou operacional, inclusive aquelas de natureza tributária, trabalhista e/ou ambiental determinadas por agentes fiscalizadores distintos da ARSESP, que não sejam específicas à CONCESSÃO ou à CONCESSIONÁRIA, não fazendo a CONCESSIONÁRIA jus a qualquer direito de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro, salvo se tais determinações representarem fator de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP.

22. VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE

22.1. A CONCESSIONÁRIA deverá contratar empresa(s) ou consórcio(s) de empresas para atuar como VERIFICADOR INDEPENDENTE e CERTIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos deste CONTRATO e do ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE.

- 22.1.1. As remunerações do VERIFICADOR INDEPENDENTE e do CERTIFICADOR INDEPENDENTE serão de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e estarão condicionadas somente ao regular e adequado desempenho de suas funções, descritas neste CONTRATO e no ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE.
- 22.1.2. O CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser contratado pela CONCESSIONÁRIA no prazo previsto na Cláusula 6.2 do CONTRATO para o acompanhamento e aprovação das OBRAS DO SAR-PCJ e para o recebimento das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, e deverá permanecer contratado, resguardada a sua substituição nos termos do ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE, até o encerramento das OBRAS DO SAR-PCJ e das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS.
- 22.1.3. O VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá ser contratado pela CONCESSIONÁRIA no prazo previsto na Cláusula 6.2, e deverá permanecer contratado, resguardada a sua substituição nos termos do ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE, até o encerramento do PRAZO DA CONCESSÃO.
- 22.1.4. O VERIFICADOR INDEPENDENTE e CERTIFICADOR INDEPENDENTE são terceiros isentos e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

independentes das PARTES, dotados de capacidade técnica para dar apoio e acompanhar a fiscalização e a execução dos SERVIÇOS de forma independente, não substituindo ou condicionando a atuação do PODER CONCEDENTE e da ARSESP.

- 22.1.5. Observadas as disposições deste CONTRATO, são atribuições do VERIFICADOR INDEPENDENTE e do CERTIFICADOR INDEPENDENTE aquelas estabelecidas no ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE.
- 22.1.6. Resguardadas as obrigações específicas deste CONTRATO e ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE, são atribuições do VERIFICADOR INDEPENDENTE atuar como avaliador independente do cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 22.1.7. Todos os documentos produzidos pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE e pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE deverão ser encaminhados, em conjunto e ao mesmo momento, à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE e à CONCESSIONÁRIA, na periodicidade definida contratualmente, não podendo ser exigida prévia ciência ou aprovação de seu conteúdo pelo PODER CONCEDENTE, pela ARSESP e/ou pela CONCESSIONÁRIA.

23. MENSURAÇÃO DO DESEMPENHO DA CONCESSIONÁRIA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

23.1. O desempenho da CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS será determinado pela mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO nos termos desta Cláusula e do ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.

- 23.1.1. O desempenho da CONCESSIONÁRIA será mensurado pela ARSESP, com o apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, observados os parâmetros definidos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, e será registrado por meio do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO.
- 23.1.2. Os INDICADORES DE DESEMPENHO serão mensurados e aferidos desde a emissão do primeiro TERMO DE ACEITE.
- 23.1.3. Em caso de descumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA sofrerá desconto, na forma detalhada no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO e no ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO.
- 23.1.4. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 23.1.2, a mensuração do ÍNDICE DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS (IQS) a que se refere o ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO somente passará a incidir sobre a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL a partir de 90 (noventa) dias após a emissão (i) do primeiro TERMO DE ACEITE de OBRA DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, com relação aos INDICADORES DE DESEMPENHO aplicáveis às OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, e (ii) do primeiro TERMO DE ACEITE de OBRA DO SAR-PCJ, com relação aos INDICADORES DE DESEMPENHO aplicáveis às OBRAS DO SAR-PCJ.
 - 23.1.4.1. Uma vez iniciada a aplicação do IQS nos termos citados na Cláusula 23.1.4 acima, sua aplicação incidirá automaticamente para as OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e as OBRAS DO SAR-PCJ que forem concluídas após a emissão do primeiro TERMO DE ACEITE, não havendo novos períodos de carência em favor da CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

23.1.4.2. O contrato do VERIFICADOR INDEPENDENTE deverá determinar, de forma expressa, que, durante os períodos de carência indicado na Cláusula 23.1.4, deverá ser realizada a medição dos INDICADORES DE DESEMPENHO nos termos do ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, ainda que não incidam os descontos correspondentes sobre o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL.

23.2. Os RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO serão produzidos durante o TRIMESTRE DE APURAÇÃO pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos termos descritos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, e deverão conter, além das observações quanto ao cumprimento e descumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e o cálculo do IQS, a indicação da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA devida pelo PODER CONCEDENTE, conforme a metodologia de cálculo prevista no ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO.

23.2.1. O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO conclui o TRIMESTRE DE APURAÇÃO e será válido para o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA devida à CONCESSIONÁRIA para o TRIMESTRE DE PAGAMENTO subsequente.

23.2.1.1. O TRIMESTRE DE PAGAMENTO se iniciará no mês subsequente ao de encerramento do TRIMESTRE DE APURAÇÃO, nos termos do ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, sendo que o pagamento deverá ser feito nos termos deste CONTRATO.

23.2.2. O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO deverá ser concluído pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE até o 10º (décimo) dia do mês imediatamente subsequente ao término do TRIMESTRE DE APURAÇÃO, observado o disposto no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.

23.2.3. A ARSESP deverá analisar o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de seu recebimento, apontando, caso verificada, a existência de:

- i. Erro material no cálculo e aplicação do IQS;
- ii. Inobservância da metodologia de aferição do desempenho ou da realização das vistorias indicadas no Plano de Trabalho e disciplina no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO; e/ou
- iii. Desconformidade do conteúdo do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO com as exigências do modelo apresentado no Plano de Trabalho.

23.2.4. A ausência de objeção por parte da ARSESP nos termos da Cláusula 23.2.3 será considerada, a título preliminar e precário, como anuência integral ao conteúdo do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, devendo ser emitida a ORDEM DE PAGAMENTO pelo PODER CONCEDENTE.

23.2.4.1. Sem prejuízo da aplicação, a título preliminar e precário, do disposto na subcláusula 23.2.4, a ARSESP deverá concluir a análise do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, sendo que as eventuais divergências identificadas pela ARSESP no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO deverão produzir efeitos sobre o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA devida à CONCESSIONÁRIA referente ao TRIMESTRE DE PAGAMENTO seguinte e após a oitava das PARTES.

23.2.5. As PARTES terão o prazo de até 10 (dez) dias para, se quiserem, manifestar-se sobre o conteúdo do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO aprovado pela ARSESP, apresentando eventuais divergências de forma fundamentada.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 23.2.6. A ARSESP decidirá sobre as divergências em relação ao conteúdo do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo solicitar informações adicionais ao VERIFICADOR INDEPENDENTE.
- 23.2.7. Em caso de discordância entre as PARTES a respeito da decisão da ARSESP, prevista na Cláusula 23.2.6, poderão ser instaurados os procedimentos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO, sem prejuízo do pagamento integral do valor constante do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO aprovado pela ARSESP, devendo eventuais efeitos sobre o valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA decorrentes de divergências identificadas, pela ARSESP, no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, ser refletidas, após a oitiva das PARTES e decisão da ARSESP, no valor da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA referente ao TRIMESTRE DE PAGAMENTO seguinte.
- 23.3. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar para o PODER CONCEDENTE, com cópia para a ARSESP, até o 5º dia útil de cada mês: (i) documento de cobrança mensal emitido contra o PODER CONCEDENTE, indicando o número do CONTRATO e o período de apuração; (ii) memória de cálculo que indique o valor de cada componente da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA.
- 23.3.1. Deverá ser emitida a ORDEM DE PAGAMENTO pelo PODER CONCEDENTE em até 05 (cinco) dias corridos do recebimento da documentação prevista na Cláusula 23.3.
- 23.3.2. Caso o prazo previsto na Cláusula acima não se encerre em dia útil, a ORDEM DE PAGAMENTO deverá ser emitida no dia útil subsequente ao previsto.
- 23.4. Quando, por motivo não imputável à CONCESSIONÁRIA, for manifestamente impossível promover a avaliação de qualquer um dos componentes dos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, serão realizadas as seguintes adaptações nos cálculos:
- 23.4.1. Será atribuída nota 1 (um) ao(s) componente(s) afetado(s), se a impossibilidade de mensuração for imputável ao PODER CONCEDENTE; ou
- 23.4.2. O(s) peso(s) do(s) componente(s) afetado(s) será(ão) redistribuído(s) de forma proporcional entre os demais componentes do respectivo INDICADOR DE DESEMPENHO, se a impossibilidade não for imputável a nenhuma das PARTES e a mensuração não puder ser realizada extemporaneamente.
- 23.5. Se a impossibilidade de avaliação decorrer de motivo imputável à CONCESSIONÁRIA, inclusive nos casos em que for responsável pela ausência de contratação de VERIFICADOR INDEPENDENTE, o INDICADOR DE DESEMPENHO será avaliado com nota 0 (zero) e será aplicado o desconto máximo a ele correspondente na forma prevista no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 23.6. O VERIFICADOR INDEPENDENTE poderá solicitar, da CONCESSIONÁRIA, quaisquer informações que julgue necessárias para elaboração do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO, devendo, a CONCESSIONÁRIA, apresentar as informações solicitadas no prazo de 2 (dois) dias, ressalvada prorrogação devidamente justificada.
- 23.6.1. A não apresentação das informações, a falta de informações e/ou a apresentação de informações em dissonância ao solicitado, poderá importar na inviabilização do cálculo do INDICADOR DE DESEMPENHO, com as consequências previstas na Cláusula 23.5.

CAPÍTULO III – OBRIGAÇÕES DAS PARTES E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

24. PRINCIPAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

24.1. Constituem os principais direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, nos ANEXOS e na legislação aplicável, podendo seu descumprimento acarretar a sujeição às penalidades cabíveis de acordo com o regramento estabelecido por este CONTRATO e pelo ANEXO 06 - PENALIDADES:

- 24.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes deste CONTRATO e ANEXOS, em conformidade com as disposições legais e regulamentares;
- 24.1.2. Cumprir todas as normas editadas pela ARSESP e pela SP ÁGUAS para a regulação dos SERVIÇOS, sob pena de, não o fazendo, sofrer a incidência das penalidades previstas neste CONTRATO e no ANEXO 06 – PENALIDADES;
- 24.1.3. Assegurar a prestação dos SERVIÇOS de maneira adequada, sem interrupção, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, cumprindo e fazendo cumprir integralmente o CONTRATO, com zelo e diligência, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e as determinações do PODER CONCEDENTE e da ARSESP;
- 24.1.4. Manter, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, as CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação dos SERVIÇOS, observada a compatibilidade com o momento de execução contratual e, em especial, renovar, anualmente, os documentos de regularidade relativos ao INSS e ao FGTS, bem como de regularidade para com as Fazendas Federal e Municipal, durante toda a vigência deste CONTRATO, encaminhando-os à ARSESP;
- 24.1.5. Cooperar e apoiar o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização da ARSESP, e terceiros por ela autorizados, nos termos deste CONTRATO e dos ANEXOS, bem como assegurar, a qualquer momento, o livre acesso às pessoas encarregadas pela fiscalização, ou de qualquer maneira indicadas pela ARSESP, às suas instalações e aos locais onde sejam desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto da CONCESSÃO, observadas as normas de segurança do SISTEMA;
- 24.1.6. Fornecer e comprovar à ARSESP, quando solicitada, e no prazo de até 10 (dez) dias úteis, todos e quaisquer esclarecimentos, documentos, informações pertinentes à prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, inclusive contratos e acordos de qualquer natureza firmados com terceiros e quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo que se referir aos serviços de operação e outros de sua responsabilidade (inclusive contribuições devidas ao INSS, FGTS, bem como taxas e impostos pertinentes), franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e à realização de auditorias, bem como quaisquer documentos ou decisões produzidos em processos judiciais ou arbitrais relacionados, direta ou indiretamente, às atividades executadas pela CONCESSIONÁRIA no âmbito do CONTRATO, ainda que não tenha o PODER CONCEDENTE e a ARSESP como partes;
 - 24.1.6.1. Na hipótese de atribuição de sigilo aos documentos referidos na Cláusula 24.1.6, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a transferência do sigilo à ARSESP, que deverá resguardá-lo na forma da legislação vigente.
- 24.1.7. Informar o PODER CONCEDENTE e a ARSESP, quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;

- 24.1.8. Manter o PODER CONCEDENTE e a ARSESP livres de qualquer litígio decorrente de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO, assumindo, quando aceito pelo Poder Judiciário, a posição de parte, e, quando indeferida a substituição processual ou mantida solidariamente, assumindo a condução do processo e o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros;
- 24.1.9. Ressarcir ou indenizar e manter o PODER CONCEDENTE e a ARSESP indenidos em razão de qualquer demanda ou prejuízo que venham a sofrer em virtude de atos ou fatos de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, incluindo:
- 24.1.9.1. desembolsos decorrentes de determinações judiciais ou arbitrais de qualquer espécie, bem como de decisões de órgãos de controle e fiscalização, mesmo que acrescido de juros e encargos legais, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e terceiros;
 - 24.1.9.2. ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada;
 - 24.1.9.3. questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionadas aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados;
 - 24.1.9.4. danos ambientais causados pela CONCESSIONÁRIA na implantação e na execução dos SERVIÇOS e das atividades geradoras de RECEITAS ACESSÓRIAS; e
 - 24.1.9.5. despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas na Cláusula 24.1.9.5.
- 24.1.10. Prestar prontamente todas as informações e os esclarecimentos requisitados pela ARSESP ou pelas demais autoridades, inclusive as municipais, no prazo por estes determinado, ou, na ausência de indicação, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados do recebimento da solicitação, conforme o procedimento aplicável, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas à ARSESP e, conforme o caso, às autoridades solicitantes;
- 24.1.11. Atender às solicitações da PODER CONCEDENTE quanto à substituição dos colaboradores alocados, no prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução dos SERVIÇOS, conforme descrito neste CONTRATO e no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS;
- 24.1.12. Zelar pela integridade dos BENS DA CONCESSÃO, devendo reparar todos e quaisquer danos causados no SISTEMA, bem como em quaisquer bens de terceiros, em decorrência da exploração do objeto da CONCESSÃO, podendo solicitar, nas hipóteses em que os danos sejam causados por culpa ou dolo da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, ou decorram de fatores de risco ou responsabilidade destes, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão dos custos associados a tal reparação;
- 24.1.13. Elaborar e manter atualizado o INVENTÁRIO durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, bem como regularmente escriturados os seus livros contábeis e organizados os arquivos, documentos e

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

anotações, com as informações pertinentes;

- 24.1.14. Realizar a manutenção preventiva e corretiva dos BENS DA CONCESSÃO, de modo a mantê-los em plena operação e capacidade para o cumprimento das disposições do CONTRATO;
- 24.1.15. Realizar as atividades necessárias às REVISÕES ORDINÁRIAS para recebimento, gestão e definição de demandas por novos INVESTIMENTOS, do INVESTIMENTO CONTINGENTE e/ou adequação de INVESTIMENTOS, bem como executar os projetos necessários e a orçamentação dos novos INVESTIMENTOS e do INVESTIMENTO CONTINGENTE;
- 24.1.16. Adotar as melhores práticas definidas pela Lei Federal nº 12.846/2013, inclusive implementando os mecanismos de integridade na forma descrita nos artigos 41 e 42 do Decreto Federal nº 11.129/2022 ou outra lei ou regramento que os substituam ou alterem;
- 24.1.17. Acordar regras de convivência com as equipes envolvidas do PODER CONCEDENTE e da ARSESP, bem como de outros agentes em serviços e obras a serem executados em áreas compartilhadas, respeitando na íntegra as condições estabelecidas neste CONTRATO;
- 24.1.18. Não infringir quaisquer patentes, marcas e direitos autorais dos bens, dos serviços e das informações fornecidos em decorrência do CONTRATO;
- 24.1.19. Atender a regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintas da ARSESP, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO;
 - 24.1.19.1. A adequação à regulação superveniente à data de entrega das PROPOSTAS prevista no EDITAL será realizada pela CONCESSIONÁRIA de acordo com cronograma aprovado pela ARSESP, para a implementação das intervenções necessárias ao atendimento da regulação, o qual será analisado e definido pela ARSESP sempre em prazo compatível com as intervenções necessárias, salvo nos casos em que a própria regulação estabeleça cronograma específico, e sem prejuízo da observância da alocação de riscos prevista neste CONTRATO.
- 24.1.20. Disponibilizar, para acervo da ARSESP e do PODER CONCEDENTE, o original de todos os projetos, planos, plantas e outros documentos, de qualquer natureza, que se revelem necessários ao desempenho do objeto do CONTRATO, e que tenham sido especificamente adquiridos ou criados no desenvolvimento das atividades integradas na CONCESSÃO, inclusive os referentes à execução de INVESTIMENTOS adicionais e do INVESTIMENTO CONTINGENTE;
- 24.1.21. Contratar e remunerar o VERIFICADOR INDEPENDENTE e o CERTIFICADOR INDEPENDENTE, de acordo com o ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA A CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE;
- 24.1.22. Elaborar e apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP o PLANO DE INVESTIMENTOS, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS;
- 24.1.23. Elaborar e apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP os PLANOS TÉCNICOS E OPERACIONAIS, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS;
- 24.1.24. Elaborar e apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP o RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE RISCOS CLIMÁTICOS, nos termos da Cláusula 15.2;
- 24.1.25. Elaborar e enviar ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, nos termos da Cláusula 58;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 24.1.26. Arcar com todos os custos de energia elétrica, de água e de todas as utilidades públicas incidentes sobre o SISTEMA, a partir da assinatura da emissão da ORDEM DE INÍCIO;
- 24.1.27. Relatar ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos SERVIÇOS, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, quando viável, inclusive qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos SERVIÇOS;
- 24.1.28. Paralisar, por determinação do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 24.1.29. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo PODER CONCEDENTE e/ou ARSESP, os SERVIÇOS efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 24.1.30. Reparar quaisquer danos causados em vias de comunicação, tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos, bem como em quaisquer bens de terceiros, e quaisquer outras INTERFERÊNCIAS, em decorrência da execução de serviços de sua responsabilidade, podendo solicitar, nas hipóteses em que os danos sejam causados por culpa ou dolo da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, ou decorram de fatores de risco ou responsabilidade destes, o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão dos custos associados a tal reparação;
- 24.1.31. Realizar as atividades pertinentes para a remoção das INTERFERÊNCIAS que sejam necessárias para a execução do objeto deste CONTRATO;
- 24.1.32. Realizar todas as atividades e os INVESTIMENTOS necessários ao perfeito cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, observadas as disposições deste CONTRATO e ANEXOS;
- 24.1.33. Manter, para todas as atividades relacionadas à execução dos SERVIÇOS, notadamente nos segmentos de engenharia, a regularidade perante os conselhos profissionais e órgãos reguladores competentes, inclusive em relação às atividades e serviços prestados por terceiros contratados;
- 24.1.34. Manter livre, desimpedido e desembaraçado o SISTEMA, incluindo áreas desapropriadas, devendo zelar para que não haja ocupações irregulares no SISTEMA, inclusive por meio do acionamento de força policial e da adoção de medidas judiciais, caso necessário, a partir da assinatura da ORDEM DE INÍCIO;
- 24.1.35. Efetuar as desapropriações, desocupações, instituição de servidões administrativas e ocupações temporárias, quando necessárias à realização dos serviços objeto desta CONCESSÃO, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável;
- 24.1.36. Apresentar à ARSESP, com pelo menos 90 (noventa) dias de antecedência da data planejada para realização das desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias, todos os elementos e documentos necessários à expedição da competente DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA junto ao PODER CONCEDENTE;
- 24.1.37. Transferir ao PODER CONCEDENTE, ou entidade/órgão competente, a titularidade de eventuais áreas desapropriadas, ao final dos processos judiciais, arbitrais e/ou administrativos que versem sobre as desapropriações, desocupações, instituição de servidões administrativas e ocupações temporárias, necessárias à realização dos serviços objeto desta CONCESSÃO, às suas expensas e sob sua responsabilidade, com obediência às disposições da legislação aplicável;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 24.1.38. Realizar, por vias próprias ou mediante contratação de terceiros, todas as OBRAS DO SAR-PCJ especificadas neste CONTRATO, responsabilizando-se integralmente e impedindo que qualquer responsabilização recaia sobre a ARSESP, SP ÁGUAS ou o PODER CONCEDENTE, inclusive mediante a assunção das despesas e encargos decorrentes dessa responsabilização, mesmo nos casos em que as obras e investimentos não sejam diretamente executados pela CONCESSIONÁRIA, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos neste CONTRATO e o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese de assunção de custos em decorrência da materialização de risco alocado ao PODER CONCEDENTE;
- 24.1.39. Refazer, adequar ou corrigir, direta ou indiretamente, sem qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP ou à execução dos serviços objeto deste CONTRATO, toda e qualquer obra ou serviço, expressamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA ou que decorram de obrigações por ela assumidas no CONTRATO, que tenham sido realizados de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS, sempre que a inadequação ou desconformidade for apurada em processo administrativo, observando-se os prazos definidos na decisão correspondente;
- 24.1.40. Elaborar todos os estudos, projetos e demais documentos necessários ao cumprimento do objeto deste CONTRATO, obtendo a necessária certificação destes, conforme o caso, inclusive corrigindo-os, quando necessário, observados os prazos definidos pela ARSESP e de acordo com as disposições deste CONTRATO e ANEXOS;
- 24.1.41. Responder perante o PODER CONCEDENTE, a ARSESP e terceiros pela qualidade e segurança dos INVESTIMENTOS e das obras realizados pela CONCESSIONÁRIA, incluindo eventuais INVESTIMENTOS adicionais e o INVESTIMENTO CONTINGENTE, responsabilizando-se integralmente por eles, pela sua durabilidade com plenas condições de funcionamento e operacionalidade, diante das exigências estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e pela ARSESP em razão do CONTRATO, responsabilizando-se, ainda, por quaisquer danos deles decorrentes, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO;
- 24.1.42. Obter tempestiva e regularmente, manter e renovar, todas as LICENÇAS AMBIENTAIS, autorizações, permissões, dentre outras exigências necessárias junto às autoridades municipais, estaduais ou federais porventura envolvidas na implantação das OBRAS DO SAR-PCJ e na prestação dos SERVIÇOS, incluindo as relacionadas ao atendimento da legislação ambiental, ressalvadas as LICENÇAS AMBIENTAIS relativas às OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e a LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA das OBRAS DO SAR-PCJ, bem como manter vigentes os programas ambientais impostos pela autoridade ambiental em qualquer fase de licenciamento e atender às determinações, condicionantes e medidas mitigadoras estabelecidos pelos órgãos ambientais competentes;
- 24.1.43. Informar imediatamente quando da identificação de passivos e/ou irregularidades socioambientais que sejam de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, com a devida comprovação desta responsabilidade;
- 24.1.44. Zelar pela proteção do meio ambiente e comunicar as autoridades competentes, imediatamente e assim que tomar conhecimento, sobre quaisquer ocorrências no exercício de suas atividades que coloquem em risco a integridade ambiental do SISTEMA;
- 24.1.45. Cumprir e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, tomando as medidas

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

necessárias à prevenção e/ou correção de eventuais danos ambientais, independentemente de o fato gerador ter se consumado antes ou após a emissão da ORDEM DE INÍCIO;

- 24.1.46. Comunicar imediatamente à ARSESP e adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse geológico ou arqueológico, bem como superveniências de caráter ambiental ou de INTERFERÊNCIAS com outras concessionárias de serviços públicos;
- 24.1.47. Tomar as providências associadas à prospecção, escavação e ao resgate de artefatos arqueológicos ou paleológicos, em conformidade com a legislação vigente, mediante o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 24.1.48. Obter, aplicar e gerir todos os recursos financeiros necessários à execução das atividades e INVESTIMENTOS previstos no escopo deste CONTRATO;
- 24.1.49. Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária, inclusive quando se tratar da exploração de atividades que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, buscando meios mais eficientes, conforme os mecanismos disponíveis na legislação;
- 24.1.50. Promover todas as atividades e arcar com os INVESTIMENTOS necessários para viabilizar os registros, informações, memórias de cálculo, notificações e demais exigências pertinentes, relacionados ao cômputo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, nos termos do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO;
- 24.1.51. Receber a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, nos termos da Cláusula 8 e do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO;
- 24.1.52. Cumprir determinações legais relativas à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, bem como assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação com seus empregados e terceirizados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada nas atividades de operação e de manutenção, além das demais por ela praticadas em razão da CONCESSÃO, bem como pelas determinações legais relativas a seguro e acidente de trabalho;
- 24.1.53. Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE, a ARSESP e terceiros, desde que demonstrado o nexo de causalidade, por meio de processo administrativo prévio, por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CONTRATO pela ARSESP;
- 24.1.54. Prever a responsabilização de seus agentes por danos que causarem a terceiros e, quando for o caso, ao Poder Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;
- 24.1.55. Responder pela conduta de seus empregados e de terceiros contratados, quanto à segurança das atividades em curso, determinando o adequado uso de equipamentos de proteção individual e de equipamentos de proteção coletiva, uniforme e crachá, nas funções e condições em que forem

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

exigidos, e instruindo os empregados quanto à sua utilização e quanto aos riscos nos locais de trabalho;

- 24.1.56. Possuir serviço especializado em engenharia, segurança e medicina do trabalho, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho, assim como instituir comissão interna de prevenção de acidentes, nos termos regulamentares;
- 24.1.57. Entregar à ARSESP cópia das apólices de seguros, mantendo-a informada sobre a manutenção de suas vigências, nos termos deste CONTRATO;
- 24.1.58. Contratar e manter atualizadas, às suas expensas, as apólices de seguro exigidas no PLANO DE SEGUROS e na Cláusula 40, devendo as apólices ser emitidas de acordo com o quanto determinado na referida Cláusula;
- 24.1.59. Quando exigido pelo PODER CONCEDENTE, contratar e manter atualizadas as apólices de seguro para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento do INVESTIMENTO CONTINGENTE;
- 24.1.60. Responsabilizar-se, em relação aos valores previstos quando da conclusão do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO relativo à inclusão do INVESTIMENTO CONTINGENTE, pelas variações nos valores de investimentos, custos, insumos, despesas, atividades, ações e serviços necessários à plena execução do INVESTIMENTO CONTINGENTE, inclusive pela obtenção de todos os recursos financeiros necessários, resguardada eventual disposição em contrário neste CONTRATO, observado o disposto nas Cláusulas 31 e 32;
- 24.1.61. Instalar sistemas de monitoramento eletrônico (CFTV, alarmes e sensores de presença) para cobrir o SISTEMA, observado o previsto no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.
 - 24.1.61.1. Conforme disposto no Artigo 13 do Decreto Estadual nº 68.828, de 04 de setembro de 2024, a CONCESSIONÁRIA deverá integrar as câmeras do sistema de monitoramento eletrônico ao Programa Muralha Paulista.
- 24.1.62. Elaborar relatórios trimestrais contendo as principais informações de andamento das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS; e
- 24.1.63. Participar em quaisquer reuniões demandadas pelo PODER CONCEDENTE, ARSESP e/ou CERTIFICADOR INDEPENDENTE para discussão das intervenções relacionadas às OBRAS DO SAR-PCJ;
- 24.1.64. Celebrar, como condição para o início da operação dos TRAMOS, CONTRATOS DE FORNECIMENTO com os OPERADORES DE SANEAMENTO, nos termos da Cláusula 16;
- 24.1.65. Celebrar CONTRATOS DE FORNECIMENTO com os USUÁRIOS, mediante demanda destes, nos termos da Cláusula 16;
- 24.1.66. Cumprir os CONTRATOS DE FORNECIMENTO celebrados com os USUÁRIOS e os OPERADORES DE SANEAMENTO, sob pena de aplicação das penalidades previstas no ANEXO 06 – PENALIDADES;
- 24.1.67. Realizar a cobrança do PREÇO DE FORNECIMENTO e dos valores referentes aos SERVIÇOS COMPLEMENTARES, no âmbito dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO celebrados com os USUÁRIOS e OPERADORES DE SANEAMENTO, incluindo a execução de medidas de recuperação de crédito de que tratam a Cláusula 16.4.2.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

24.2. A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pelas obrigações decorrentes deste CONTRATO perdurará mesmo depois de encerrado o CONTRATO, observados os prazos decadenciais e prescricionais da legislação aplicável, podendo, tanto o PODER CONCEDENTE, como a ARSESP, pleitear o ressarcimento por eventuais prejuízos decorrentes das obrigações previstas neste CONTRATO.

24.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá ser liquidada enquanto perdurarem responsabilidades oriundas das obrigações previstas nesta Cláusula 24, mesmo depois de encerrado o CONTRATO.

24.4. A obrigação da CONCESSIONÁRIA de tratar quaisquer INTERFERÊNCIAS, prevista nas Cláusula 24.1.30, 24.1.31 e 24.1.46, não prejudica o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro na hipótese em que o risco da respectiva INTERFERÊNCIA esteja alocado ao PODER CONCEDENTE na forma da Cláusula 26.7.10, desde que observados os demais pressupostos do reequilíbrio.

24.5. Caso seja materializada a hipótese prevista no item 6.5 do EDITAL, a CONCESSIONÁRIA deverá, como condição para assinatura do CONTRATO, ter realizado a abertura da CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS, mantida junto ao BANCO DEPOSITÁRIO, na qual serão depositados os RECURSOS VINCULADOS, nos termos do item 16.5. "vi" do EDITAL.

24.5.1. Os RECURSOS VINCULADOS deverão ser utilizados para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA ou do APORTE à CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento do PODER CONCEDENTE, na forma da Cláusula 11.5.1.

24.5.2. Os RECURSOS VINCULADOS poderão ser utilizados para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, na forma da Cláusula 30.2.4.

24.5.3. Na hipótese da Cláusula 24.5.1, acima, o BANCO DEPOSITÁRIO poderá transferir recursos para a conta de livre movimentação da CONCESSIONÁRIA, mediante notificação da CONCESSIONÁRIA para esse fim, a qual deverá ser instruída com a comprovação de vencimento de prazo para pagamento e do valor devido a título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, nos termos deste CONTRATO.

24.5.4. Caso exista saldo na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS ao fim do prazo de vigência do CONTRATO e/ou sua liquidação integral, o que ocorrer por último, este poderá ser utilizado para realizar o pagamento de valores devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA e, caso ainda exista saldo remanescente, o mesmo deverá ser transferido em até 2 (dois) dias para conta a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE.

A. Desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias

24.6. A CONCESSIONÁRIA será responsável pelas desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias necessárias à realização dos INVESTIMENTOS compreendidos na CONCESSÃO e de eventual INVESTIMENTO CONTINGENTE e, a seu exclusivo critério, optará pela opção amigável ou pela via judicial, submetendo-se, em qualquer das hipóteses, a princípios de transparência e publicidade quanto às informações relacionadas aos processos expropriatórios.

24.7. Serão sub-rogados à CONCESSIONÁRIA todos os direitos e prerrogativas necessários para promoção das desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias em consonância com as DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA publicadas pelo PODER CONCEDENTE.

24.8. Caberá ao PODER CONCEDENTE publicar as DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA necessárias para que a CONCESSIONÁRIA promova as desapropriações, no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento da integralidade das informações a que se refere a Cláusula 24.10.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

24.9. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos necessários à promoção das desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias por via judicial ou amigável, incluindo os seguintes custos:

- 24.9.1. Todos os custos associados aos acordos ou às ações judiciais ajuizadas para as desapropriações, desocupações, servidões administrativas ou ocupações temporárias, incluindo custos para preparação e condução das ações, custas processuais, depósitos para obtenção da posse ou domínio sobre as áreas, sucumbência e honorários advocatícios;
- 24.9.2. Todos os custos associados a processos diversos das ações de desapropriação, mas diretamente decorrentes das desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias, a exemplo de ações judiciais indenizatórias propostas por expropriados ou ocupantes dos imóveis privados, incluindo custos para defesa nas ações, pagamento de indenizações judiciais, custas processuais e honorários advocatícios.

24.10. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar à ARSESP, com a antecedência prevista na Cláusula 24.8, todos os elementos e documentos necessários para emissão das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA dos imóveis a serem desapropriados, incluindo os seguintes documentos:

- i. Descrição e levantamento das áreas a serem desapropriadas;
- ii. Apontamento dos respectivos proprietários;
- iii. Indicação da destinação dos imóveis;
- iv. Designação do PODER CONCEDENTE como adjudicatário e da CONCESSIONÁRIA como responsável pela condução do processo de desapropriação;
- v. Disciplina sobre a assunção das despesas com a desapropriação dos imóveis;
- vi. Indicação dos dispositivos legais aplicáveis;
- vii. Planta cadastral (ou desenho) subscrita pelo responsável;
- viii. Laudo Macro de Avaliação e laudo individualizado, acompanhados dos anexos que tenham sido mencionados, subscritos pelo responsável e datados;
- ix. Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que não há incidência de área municipal, estadual ou federal, nas áreas a serem desapropriadas;
- x. Declaração, subscrita pelo responsável da CONCESSIONÁRIA, de que não há sobreposição de áreas entre aquelas descritas na minuta prevista no item (xiii) desta Cláusula, e qualquer outro decreto de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA;
- xi. Memoriais descritivos individualizados das áreas a serem desapropriadas, datados e subscritos pelo responsável da CONCESSIONÁRIA;
- xii. Cópia(s) atualizada(s) da(s) matrícula(s), ou transcrição de registros pelo cartório competente, se for o caso, tendo-se como base do critério de atualidade a data de apreciação do documento pelo PODER CONCEDENTE; e
- xiii. Minuta de decreto de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, elaborada de acordo com o modelo anexado à Resolução PGE nº 9, de 16 de março de 2018, ou outra que a substitua, contendo, em especial, as exigências constantes dos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v) e (vi) acima.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 24.10.1. Após a análise dos documentos enviados pela CONCESSIONÁRIA, a ARSESP os encaminhará ao PODER CONCEDENTE para a emissão das DECLARAÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.
- 24.11. Em caso de descumprimento do prazo estabelecido na Cláusula 24.8, o PODER CONCEDENTE assumirá o risco dos impactos daí diretamente decorrentes, exceto se demonstrado que a CONCESSIONÁRIA não apresentou todas as informações necessárias para emissão da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, conforme indicado na Cláusula 24.10.
- 24.12. Publicada a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, a CONCESSIONÁRIA deverá:
- 24.12.1. Em até 20 (vinte) dias, proceder à realização do cadastro físico do imóvel em cartório, obtendo os dados cadastrais pertinentes com a qualificação do imóvel e sua avaliação física e/ou identificação prévia junto ao Município; e
 - 24.12.2. Em até 60 (sessenta) dias, comprovar ao PODER CONCEDENTE a propositura das ações judiciais pertinentes para promoção das desapropriações, desocupações, servidões administrativas e ocupações temporárias, devendo a CONCESSIONÁRIA conduzir tais ações diligentemente, ou então a adoção das medidas necessárias para obter acordos extrajudiciais com os responsáveis pelas áreas.
- 24.13. Nas ações de desapropriação, desocupação, servidão administrativa e ocupação temporária, a CONCESSIONÁRIA deverá encontrar solução que minimize o impacto econômico da desapropriação, considerando, inclusive, aspectos sociais e propostas com soluções tecnicamente viáveis, com o melhor aproveitamento dos terrenos constantes da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.
- 24.14. O PODER CONCEDENTE e/ou a ARSESP poderão solicitar, a qualquer tempo, documentos e informações relacionadas aos processos de desapropriação.
- 24.15. Sem prejuízo da Cláusula 24.14 acima, a CONCESSIONÁRIA apresentará relatórios mensais à ARSESP e ao PODER CONCEDENTE, circunstanciando o status de cada imóvel e contemplando as seguintes informações: (i) no caso de ações judiciais, a evolução dos valores, desde a oferta inicial até o montante arbitrado para imissão de posse, o valor do laudo definitivo, para fins de monitoramento, pelo PODER CONCEDENTE, da evolução dos valores e da condução do pleito judicial pela CONCESSIONÁRIA, incluindo os valores decorrentes de pleitos indenizatórios, considerando o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO; e (ii) no caso de acordos amigáveis, os valores negociados, aderentes às práticas de mercado e com respeito a legislação aplicável e aos INDICADORES DE DESEMPENHO.
- 24.16. A CONCESSIONÁRIA deverá solicitar, em até 30 (trinta) dias, contados da expedição da carta de adjudicação do imóvel que tenha sido desapropriado ou submetido à servidão administrativa, ou da conclusão do processo de desapropriação amigável ou aquisição negociada, às suas expensas, o registro da propriedade do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis, em nome do PODER CONCEDENTE.
- 24.17. Caso verificada pela CONCESSIONÁRIA a necessidade de utilização de áreas que não estejam contempladas na DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA e que sejam necessárias à realização das intervenções, verificadas no avanço das obras, ou a necessidade de retificação das áreas já contempladas na DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARSESP, para encaminhamento ao PODER CONCEDENTE, todos os elementos e documentos necessários para a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA dos imóveis a serem desapropriados, desocupados ou sobre os quais serão instituídas servidões administrativas ou ocupações temporárias, incluindo o Laudo Macro de Avaliação ou laudo individualizado, se for o caso.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

25. PRINCIPAIS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE, DA ARSESP E DA SP ÁGUAS

25.1. Constituem os principais direitos e obrigações da ARSESP, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- 25.1.1. Encaminhar para providências do PODER CONCEDENTE solicitação de emissão da DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, com a documentação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, para que, após emissão dos referidos atos pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA conduza as desapropriações das áreas necessárias à exploração dos serviços e realização dos INVESTIMENTOS integrantes do objeto da CONCESSÃO;
- 25.1.2. Emitir os TERMOS DE ACEITE para as OBRAS DO SAR-PCJ e OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, após o processo de recebimento previsto nas Cláusulas 17 e 18, respectivamente;
- 25.1.3. Zelar pela adequada execução deste CONTRATO, com imparcialidade e isonomia em suas decisões, sempre visando ao sucesso da parceria entre as PARTES para a consecução dos objetivos deste CONTRATO;
- 25.1.4. Fiscalizar o cumprimento das obrigações, de normas e regulamentos atinentes à execução do objeto da CONCESSÃO, bem como monitorar o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, com apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE;
- 25.1.5. Realizar auditorias periódicas na CONCESSIONÁRIA e nos BENS DA CONCESSÃO, inclusive, se assim julgar conveniente, por meio de empresa de auditoria especializada, de modo a prevenir a ocorrência de situações que possam comprometer a prestação dos SERVIÇOS;
- 25.1.6. Fiscalizar a condução, pela CONCESSIONÁRIA, dos processos de desapropriação, desocupações, de ocupações temporárias ou de instituição de servidões, incluindo as ações judiciais e acordos firmados com este fim, bem como fiscalizar a condução das ações de reassentamento;
- 25.1.7. Fundamentar devidamente suas decisões, autorizações, aprovações, pedidos ou demais atos praticados no âmbito deste CONTRATO;
- 25.1.8. Acompanhar, de acordo com programa estabelecido em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, a elaboração dos projetos e estudos de engenharia das obras a serem executadas no SISTEMA, para fins de comprovação do adequado cumprimento da execução do objeto da CONCESSÃO, exigindo as modificações que se revelarem necessárias para o atendimento do CONTRATO e ANEXOS, com apoio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE;
- 25.1.9. Aprovar os PROJETOS EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA para cada uma das OBRAS DO SAR-PCJ, com apoio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE;
- 25.1.10. Envidar seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das LICENÇAS AMBIENTAIS e autorizações necessárias à CONCESSIONÁRIA, para que possa cumprir com o objeto deste CONTRATO, inclusive com a participação conjunta em reuniões e envio de manifestações eventualmente necessárias;
- 25.1.11. Envidar seus melhores esforços e colaborar com a CONCESSIONÁRIA em temas e aspectos relacionados com ações judiciais, processos administrativos ou arbitragens relacionadas à CONCESSÃO ou ao SISTEMA, dos quais não seja parte, prestando informações necessárias, apresentando documentos ou participando de reuniões, audiências ou oitivas, quando pertinente, sempre com o intuito de assegurar a continuidade da prestação do SERVIÇO adequado e a

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

manutenção do CONTRATO em seus termos e condições;

- 25.1.12. Evitar seus melhores esforços para minimizar os prazos de aprovações dos projetos relativos à CONCESSÃO, pleitos, e demais pedidos apresentados pela CONCESSIONÁRIA;
 - 25.1.13. Dar apoio institucional, junto a outros órgãos públicos, sempre que a execução dos serviços de responsabilidade destes interfira nas atividades previstas no objeto do CONTRATO, sem que haja qualquer alteração dos riscos assumidos por cada uma das PARTES, nos termos deste CONTRATO;
 - 25.1.14. Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observando, entre outros, a necessidade de se preservar a solvência e a liquidez da CONCESSIONÁRIA, quando da imposição de obrigações não originalmente previstas no CONTRATO e na implementação das recomposições de equilíbrio econômico-financeiro, observadas as competências do PODER CONCEDENTE;
 - 25.1.15. Analisar o RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO apresentado pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE, bem como decidir sobre as divergências em relação ao conteúdo do RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO aprovado;
 - 25.1.16. Promover os reajustes na CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
 - 25.1.17. Conduzir as REVISÕES ORDINÁRIAS e as REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS;
 - 25.1.18. Receber queixas e reclamações da população e de terceiros afetados pela prestação do SERVIÇO, inclusive relativas à execução de atividades que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, encaminhando-as à ouvidoria instituída pela CONCESSIONÁRIA, a qual adotará todas as providências pertinentes para a resolução das questões e enviará relatório a respeito do atendimento à ARSESP;
 - 25.1.19. Rejeitar ou sustar qualquer obra ou serviço em execução que ponha em risco a segurança pública ou os bens de terceiros;
 - 25.1.20. Promover estudos técnicos com vistas ao aperfeiçoamento dos SERVIÇOS;
 - 25.1.21. Fornecer à CONCESSIONÁRIA todas as informações e os elementos técnicos disponíveis necessários para a prestação dos SERVIÇOS e execução dos INVESTIMENTOS, bem como de eventuais INVESTIMENTOS adicionais e do INVESTIMENTO CONTINGENTE;
 - 25.1.22. Comunicar à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA ou seguradora responsável pela prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO, bem como as entidades financiadoras da CONCESSIONÁRIA, sempre que for instaurado processo para decretar a intervenção, encampação ou caducidade;
 - 25.1.23. Colaborar, nos limites de sua atuação institucional, com os FINANCIADORES da CONCESSIONÁRIA, prestando as informações e esclarecimentos para contribuir com a viabilidade do financiamento dos INVESTIMENTOS, de forma a possibilitar a execução integral do objeto da CONCESSÃO;
 - 25.1.24. Aplicar as penalidades legais e regulamentares, independentemente de previsão contratual, e as contratuais, conforme previsto no CONTRATO e nos seus ANEXOS;
 - 25.1.25. Inspecionar todas as instalações com o objetivo de verificar a plena conservação do patrimônio concedido, além de avaliar os recursos técnicos utilizados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS;
 - 25.1.26. Regular a prestação dos SERVIÇOS visando à adequação ao interesse público, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 25.2. Constituem os principais direitos e obrigações do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais obrigações

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

expressas no CONTRATO em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- 25.2.1. Emitir a ORDEM DE INÍCIO da CONCESSÃO, após o cumprimento das CONDIÇÕES DE EFICÁCIA, nos termos da Cláusula 6;
- 25.2.2. Envidar seus melhores esforços para colaborar com a obtenção das LICENÇAS AMBIENTAIS e autorizações necessárias à CONCESSIONÁRIA, para que possa cumprir com o objeto deste CONTRATO, inclusive com a participação conjunta em reuniões e envio de manifestações eventualmente necessárias;
- 25.2.3. Envidar seus melhores esforços e colaborar com a CONCESSIONÁRIA em temas e aspectos relacionados com ações judiciais, processos administrativos ou arbitragens relacionadas à CONCESSÃO ou ao SISTEMA, dos quais não seja parte, prestando informações necessárias, apresentando documentos ou participando de reuniões, audiências ou oitivas, quando pertinente, sempre com o intuito de assegurar a continuidade da prestação do SERVIÇO adequado e a manutenção do CONTRATO em seus termos e condições;
- 25.2.4. Alterar unilateralmente o CONTRATO, nos termos legais e observadas as disposições deste CONTRATO, mantido o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- 25.2.5. Determinar e fiscalizar a execução, se for o caso, do INVESTIMENTO CONTINGENTE por parte da CONCESSIONÁRIA, conforme disposições deste CONTRATO;
- 25.2.6. Intervir na prestação dos SERVIÇOS, retomá-lo e extinguir a CONCESSÃO, nos casos previstos em lei e conforme disposições deste CONTRATO;
- 25.2.7. Emitir a DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA para que a CONCESSIONÁRIA conduza as desapropriações das áreas necessárias à exploração dos serviços e realização dos INVESTIMENTOS integrantes do objeto da CONCESSÃO, conforme aplicável;
- 25.2.8. Efetuar o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA à CONCESSIONÁRIA, observado o regramento previsto na Cláusula 8 e no ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO;
- 25.2.9. Efetuar o pagamento da cobrança pelo uso da água relativamente às outorgas de direito de uso de recursos hídricos emitidas pela SP ÁGUAS para operação do SISTEMA;
- 25.2.10. Manter vigente a GARANTIA CPP durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 11.3.1;
- 25.2.11. Colaborar, nos limites de suas atribuições institucionais, para viabilizar o cumprimento, pela ARSESP, das obrigações previstas na Cláusula 25.1.

25.3. Constituem os principais direitos e obrigações da SP ÁGUAS, sem prejuízo das demais obrigações expressas neste CONTRATO, em seus ANEXOS e na legislação aplicável:

- 25.3.1. Elaborar os projetos de engenharia, obter os recursos financeiros e as autorizações, outorgas, permissões e LICENÇAS AMBIENTAIS, que venham a ser necessários para a execução e operação das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS;
- 25.3.2. Concluir as OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e entregá-las à CONCESSIONÁRIA, conforme procedimento descrito neste CONTRATO;
- 25.3.3. Realizar a vistoria conjunta para recebimento das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, realizando os testes de funcionamento dos equipamentos relacionados, quando aplicável;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 25.3.4. Realizar as correções eventualmente determinadas pelo CERTIFICADOR INDEPENDENTE nas OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS;
- 25.3.5. Disponibilizar à CONCESSIONÁRIA todos os documentos, informações e o suporte técnico demandados pela CONCESSIONÁRIA para que esta possa realizar a operação da infraestrutura e dos ativos resultantes das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS;
- 25.3.6. Obter a LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA para as OBRAS DO SAR-PCJ;
- 25.3.7. Transferir à CONCESSIONÁRIA as LICENÇAS AMBIENTAIS que necessárias para a operação das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS e a LICENÇA PRÉVIA AMBIENTAL para as OBRAS DO SAR-PCJ;
- 25.3.8. Realizar a regulação e fiscalização setorial, conforme suas competências institucionais, nos termos da legislação aplicável;
- 25.3.9. Aprovar o PLANO DE GESTÃO DA OPERAÇÃO, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS;
- 25.3.10. Manifestar-se sobre a viabilidade de celebração dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO com os USUÁRIOS, nos termos da Cláusula 16.3.2;
- 25.3.11. Celebrar, como interveniente-anuente, os CONTRATOS DE FORNECIMENTO com os USUÁRIOS e os OPERADORES DE SANEAMENTO.

26. ALOCAÇÃO DE RISCOS

A. Riscos da Concessionária

26.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à realização de INVESTIMENTOS, execução das obras, implantação, operação e manutenção dos SERVIÇOS previstos no objeto deste CONTRATO, excetuados unicamente aqueles alocados de maneira diversa por disposição expressa deste CONTRATO e incluindo os principais riscos relacionados a seguir:

- 26.1.1. A aprovação, junto à ARSESP, dos PROJETOS EXECUTIVOS necessários à realização das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS;
- 26.1.2. A obtenção das LICENÇAS AMBIENTAIS cabíveis, bem como sua manutenção, e dos prazos e custos envolvidos com os processos, nos limites estabelecidos no CONTRATO, salvo nos casos em que sejam exigidos no processo de licenciamento ambiental (i) novos INVESTIMENTOS não previstos no EVTE ou (ii) métodos construtivos não convencionais, sendo que, para este último observar-se-á o disposto na Cláusula 28.3;
- 26.1.3. A obtenção e/ou conclusão da transferência de autorizações, LICENÇAS AMBIENTAIS e/ou permissões a serem emitidas por autoridades administrativas, exigidas para execução das atividades previstas no objeto da CONCESSÃO e cuja obtenção seja de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, nos termos deste CONTRATO, bem como os prazos e custos envolvidos com o processo;
- 26.1.4. A realização das obras e INVESTIMENTOS previstos neste CONTRATO para a viabilização da exploração do SISTEMA;
- 26.1.5. Passivos e/ou irregularidades ambientais, em qualquer dos seguintes casos: (i) aqueles aparentes

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

não identificados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS, elaborado nos termos da Cláusula 19.6 e do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS; ou (ii) cujo fato gerador seja posterior à transferência dos referidos bens para a guarda e operação pela CONCESSIONÁRIA;

- 26.1.6. Variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, INVESTIMENTOS ou qualquer outro custo incorrido pela CONCESSIONÁRIA na execução do objeto contratual, ao longo do tempo ou em relação ao previsto na PROPOSTA COMERCIAL ou em outra projeção, da CONCESSIONÁRIA, da ARSESP, da SP ÁGUAS e/ou do PODER CONCEDENTE, ressalvadas variações decorrentes de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE;
- 26.1.7. Problemas, atrasos ou inconsistências no fornecimento de insumos necessários à prestação dos SERVIÇO, incluindo no fornecimento de utilidades públicas, exceto se decorrentes de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE;
- 26.1.8. Os riscos associados a quaisquer INVESTIMENTOS, custos e/ou despesas decorrentes da execução de serviços que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, a não ser nos casos de exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS, mediante prévia anuência da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, com regras de compartilhamento dos riscos pré-definidas;
- 26.1.9. Frustração ou variação nas RECEITAS ACESSÓRIAS em relação às estimadas pela CONCESSIONÁRIA, inclusive quando em decorrência de criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias, observado o disposto na Cláusula 26.1.8 e ressalvados os impactos na exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS;
- 26.1.10. Atraso no cumprimento do prazo final para conclusão das OBRAS DO SAR-PCJ, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, não ensejando a aplicação de penalidade à CONCESSIONÁRIA nos casos em que restar verificada inexigibilidade de conduta diversa por parte da CONCESSIONÁRIA;
- 26.1.11. Tratamento das INTERFERÊNCIAS e todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus, custos e prazos, decorrentes da necessidade de remoção ou deslocamento e demais custos associados às providências eventualmente necessárias, tais como aquelas relacionadas aos projetos de engenharia e INVESTIMENTOS associados, ressalvadas as hipóteses da Cláusula 26.7.10, nas quais o risco é assumido pelo PODER CONCEDENTE;
- 26.1.12. Riscos relacionados à contratação dos seguros e garantias obrigatórios, respeitando os prazos, os limites e as regras estabelecidas neste CONTRATO e nos respectivos PLANOS DE SEGUROS, inclusive risco de eventual dificuldade ou inviabilidade de execução de seguros e garantias pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE nas hipóteses que ensejariam direito à sua execução;
- 26.1.13. Erros, vícios, omissões, inadequações ou inconformidades de projeto, erro na estimativa de custos e/ou gastos, independentemente da aprovação pela ARSESP;
- 26.1.14. Erros na realização das obras e dos INVESTIMENTOS previstos neste CONTRATO para a viabilização da execução do CONTRATO, e falhas na prestação dos SERVIÇOS, no que se incluem danos decorrentes de falha na segurança no local de sua realização, erro na estimativa de tempo para conclusão de obras, erros no planejamento e na execução das atividades objeto da CONCESSÃO, inclusive em obras ou equipamentos, bem como erros ou falhas causados pela CONCESSIONÁRIA, pelos terceirizados ou subcontratados;
- 26.1.15. Quaisquer problemas decorrentes da relação da CONCESSIONÁRIA com seus contratados de

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

qualquer natureza;

- 26.1.16. Todos os riscos inerentes à prestação dos SERVIÇOS, incluindo, entre outros, variações nos INVESTIMENTOS, custos ou despesas necessárias para o atendimento aos INDICADORES DE DESEMPENHO vigentes e regras contratuais, observado o disposto na Cláusula 21;
- 26.1.17. Invasões, roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos locais de obras ou em seus ativos, cuja materialização não tenha sido provocada pelo PODER CONCEDENTE, pela ARSESP ou pela SP ÁGUAS, ou esteja relacionada a risco assumido pelo PODER CONCEDENTE;
- 26.1.18. Segurança e saúde dos trabalhadores do SISTEMA que estejam subordinados à CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceirizados;
- 26.1.19. Greves, gerais ou locais, e dissídios coletivos de funcionários da CONCESSIONÁRIA, de seus fornecedores, subcontratados ou terceirizados, ressalvado, exclusivamente, o disposto na Cláusula 26.7.18;
- 26.1.20. Responsabilidade civil, administrativa, ambiental e penal por danos que possam ocorrer nos BENS REVERSÍVEIS ou a terceiros, sejam estes terceiros pessoas que trabalhem para a CONCESSIONÁRIA, incluindo seus empregados, prepostos, terceirizados ou empresas subcontratadas, decorrentes da execução das atividades objeto da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA ou por seus SUBCONTRATADOS;
- 26.1.21. Alteração do cenário macroeconômico e alteração de taxas de juros praticados no mercado;
- 26.1.22. Variação nas taxas de câmbio;
- 26.1.23. Adequação à regulação exercida pela ARSESP, pela SP ÁGUAS e outros agentes, órgãos ou entidades fiscalizadoras, incluindo os impactos decorrentes de alterações do marco regulatório, quando meramente procedimentais;
- 26.1.24. Adequação à regulação exercida por quaisquer outros órgãos ou entidades distintas da ARSESP, cuja competência inclua as atividades objeto deste CONTRATO, observado o disposto na Cláusula 21.12 e sem prejuízo de hipóteses que estejam expressamente ressalvadas nos ANEXOS;
- 26.1.25. Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis e de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que sejam objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil há pelo menos 2 (dois) anos contados de sua materialização e por pelo menos 2 (duas) empresas seguradoras, em condições normais de mercado, até o limite da média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticadas no mercado, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;
- 26.1.26. Planejamento empresarial, financeiro, econômico, tributário e contábil da CONCESSIONÁRIA;
- 26.1.27. Capacidade financeira e/ou de captação de recursos da CONCESSIONÁRIA, assim como variação nos custos de capital próprio e de empréstimos e financiamentos obtidos para arcar com as obrigações decorrentes deste CONTRATO;
- 26.1.28. Decisões judiciais ou administrativas que impactem ou suspendam as OBRAS DO SAR-PCJ, os INVESTIMENTOS adicionais ou o INVESTIMENTO CONTINGENTE, a prestação dos SERVIÇOS, ou que interrompam, suspendam ou reduzam o pagamento do APORTE ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, bem como, em qualquer dos casos, seu reajuste ou revisão, decorrentes de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA, devidamente comprovados pelo PODER CONCEDENTE, que estejam em desacordo com o previsto neste CONTRATO;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 26.1.29. Atualidade empregada pela CONCESSIONÁRIA na CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 21;
 - 26.1.30. Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das próprias atividades da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do objeto deste CONTRATO;
 - 26.1.31. Constatação superveniente de falhas, erros ou omissões na PROPOSTA COMERCIAL, no PLANO DE INVESTIMENTOS, bem como nos PROJETOS EXECUTIVOS apresentados pela CONCESSIONÁRIA relacionados a cada investimento, ou em qualquer outra projeção ou premissa da CONCESSIONÁRIA, inclusive nos levantamentos que o subsidiaram, mesmo aqueles necessários para aferir os dados e projetos divulgados pelo PODER CONCEDENTE, ARSESP ou SP ÁGUAS;
 - 26.1.32. Variação nos custos, prazos ou quaisquer outras circunstâncias relacionadas à imissão na posse ou à condução e conclusão dos processos relativos às desapropriações, desocupações e servidões administrativas dos imóveis necessários à execução das atividades de exploração do SISTEMA, ressalvado o caso de atraso na expedição de DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA, por culpa exclusiva da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, ou em razão de risco alocado ao PODER CONCEDENTE, não ensejando penalidade em caso de inexigibilidade de conduta diversa da CONCESSIONÁRIA;
 - 26.1.33. Custos diretos e indiretos, e eventuais riscos de descumprimento de prazos/cronogramas associados à solução de eventuais invasões, reassentamentos e demais ocupações regulares ou irregulares de imóveis sob posse da CONCESSIONÁRIA;
 - 26.1.34. Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais ou da regulação tributária que incidam sobre a renda;
 - 26.1.35. Atraso na emissão da ORDEM DE INÍCIO por até 180 (cento e oitenta) dias contados do prazo previsto na Cláusula 6.2, ou até a efetivação da emissão, caso a CONCESSIONÁRIA não opte pela extinção antecipada do CONTRATO diante da verificação da hipótese prevista na Cláusula 6.7.1;
 - 26.1.36. Custos decorrentes de ações judiciais de terceiros ajuizadas contra o PODER CONCEDENTE, a ARSESP, a CONCESSIONÁRIA ou subcontratados, fornecedores, terceirizados e prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa, natural ou jurídica, vinculada à CONCESSIONÁRIA, decorrentes da execução do objeto do CONTRATO, inclusive condenações de dano moral e/ou material de terceiros, salvo se por fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP;
 - 26.1.37. Custos diretos e indiretos e prazos de solução de invasões, reassentamentos, realocações e demais ocupações regulares ou irregulares de imóveis de posse da CONCESSIONÁRIA, quando a ocupação tenha ocorrido após a ORDEM DE INÍCIO;
- 26.2. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o levantamento pormenorizado e o conhecimento dos riscos por ela assumidos, na execução de suas atribuições no âmbito deste CONTRATO, devendo adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos assumidos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.
- 26.3. Em relação aos prazos para obtenção de LICENÇAS AMBIENTAIS, autorizações, permissões e atos correlatos referidos nos 26.1.2 e 26.1.3, a CONCESSIONÁRIA não será responsabilizada ou penalizada nos casos em que: (i) havendo prazos de análise regulamentares ou legais, tais prazos não sejam cumpridos pelos órgãos competentes; ou (ii) seja demonstrada inexigibilidade de conduta diversa a ser avaliada pela ARSESP em regular processo administrativo.
- 26.4. A partir da vigência de eventuais alterações legislativas de caráter tributário, inclusive as consequências

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

decorrentes da Emenda Constitucional nº 132 e da Lei Complementar nº 214/2025, que impactem o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, as PARTES deverão proceder à sua revisão, observando-se ainda os termos dos artigos 373 a 377 da Lei Complementar nº 214/2025, e também o previsto na Cláusula 30.3.

26.5. Sem prejuízo da oportuna revisão de que trata a Cláusula 26.4 acima, será admitida a implementação de medidas cautelares de reequilíbrio para a mitigação do impacto eventualmente gerado por alterações legislativas de caráter tributário, observando-se, no que couber, o regramento estabelecido na Resolução SPI nº 19/2023, ou outra que a substitua.

26.6. Eventuais impactos decorrentes de alterações legislativas de caráter tributário que não tenham sido neutralizados, nos termos das Cláusulas 26.4 e 26.5, deverão ser recompostos no âmbito da REVISÃO ORDINÁRIA subsequente, quando deverão ser feitos os ajustes necessários, observados os termos deste CONTRATO..

B. Riscos do Poder Concedente

26.7. Sem prejuízo de outros riscos expressamente assumidos pelo PODER CONCEDENTE em outras Cláusulas deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assume os seguintes riscos relacionados à CONCESSÃO:

- 26.7.1. Decisões judiciais ou administrativas que impactem ou suspendam as OBRAS DO SAR-PCJ, os INVESTIMENTOS adicionais ou o INVESTIMENTO CONTINGENTE, ou a prestação dos SERVIÇOS, ou que interrompam, suspendam ou reduzam o pagamento do APORTE ou da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, bem como, em qualquer dos casos, seu reajuste ou revisão, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão ou na hipótese de haver previsão neste CONTRATO que aloque o risco associado à CONCESSIONÁRIA;
- 26.7.2. Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA, ou alteração do seu resultado econômico ou financeiro, comprovadamente causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE, da ARSESP ou da SP ÁGUAS na realização das atividades e obrigações a eles atribuídas neste CONTRATO;
- 26.7.3. Atraso ou inexecução das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS, que comprovadamente desequilibre a equação econômico-financeira original do CONTRATO, desde que a CONCESSIONÁRIA não seja culpada pela inexecução ou atraso;
- 26.7.4. Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que para os quais não houvesse cobertura de seguro oferecido no Brasil há pelo menos 2 (dois) anos contados de sua materialização, por pelo menos duas empresas seguradoras, em condições normais de mercado, ou com relação à parcela que supere média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticadas no mercado, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado, nos termos da Cláusula 26.1.25;
- 26.7.5. Passivos e/ou irregularidades ambientais e sociais, em qualquer dos seguintes casos: (i) aqueles identificados no RELATÓRIO DE PASSIVOS AMBIENTAIS, elaborado nos termos da Cláusula 19.6 e do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS; ou (ii) cujo fato gerador seja anterior à transferência dos referidos bens para a guarda e operação pela CONCESSIONÁRIA;
- 26.7.6. Danos causados ao SISTEMA, aos BENS DA CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros, em decorrência da materialização dos riscos atribuídos ao PODER CONCEDENTE ou quando causados por sua culpa, inclusive quando em decorrência da realização das OBRAS DE RESPONSABILIDADE DA SP ÁGUAS;
- 26.7.7. Descobertas arqueológicas ou paleológicas nas áreas envolvidas com a CONCESSÃO, incluídos os

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

custos e impactos no cronograma de execução dos INVESTIMENTOS, observado o disposto nas Cláusulas 24.1.46 e 24.1.47;

- 26.7.8. Vícios ocultos nos BENS REVERSÍVEIS, ou passivos e/ou irregularidades ambientais e sociais ocultos, não causados pela CONCESSIONÁRIA, identificados em até 12 (doze) meses contados da transferência dos referidos bens para a guarda e operação pela CONCESSIONÁRIA;
- 26.7.9. Criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais ou da regulação tributária, com exceção daqueles que incidam sobre a renda;
- 26.7.9.1. Para fins do risco descrito neste inciso, a efetiva implementação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, será considerada como criação, extinção ou alteração de tributos, devendo a CONCESSIONÁRIA considerar como premissa contratual, inclusive para efeitos de eventual reequilíbrio, a incidência tributária sem as modificações introduzidas pela emenda;
- 26.7.9.2. Os riscos descritos nesta Cláusula 26.7.9 não serão assumidos pelo PODER CONCEDENTE no que disser respeito à exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS e atividades relacionadas, as quais serão realizadas e exploradas sob responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA, sendo o risco tributário a ela atribuído, a não ser nas hipóteses expressamente ressalvadas neste CONTRATO e nas hipóteses de exploração de NEGÓCIOS PÚBLICOS.
- 26.7.10. Custos e prazos envolvidos com o tratamento, pela CONCESSIONÁRIA, das INTERFERÊNCIAS eventualmente identificadas e de todas as consequências a elas relacionadas, inclusive ônus decorrente da necessidade de remoção ou deslocamento e demais custos associados às providências eventualmente necessárias, desde que reste comprovado que tais INTERFERÊNCIAS já existiam antes da emissão da ORDEM DE INÍCIO;
- 26.7.11. Impactos decorrentes da criação, revogação ou revisão das normas exaradas pela ARSESP ou pela SP ÁGUAS sobre as atividades objeto deste CONTRATO, exceto as meramente procedimentais;
- 26.7.12. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO;
- 26.7.13. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído específica e expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO;
- 26.7.14. Modificações promovidas nos INDICADORES DE DESEMPENHO previstos no ANEXO 03 – INDICADORES DE DESEMPENHO, que causem comprovado e efetivo impacto nos encargos da CONCESSIONÁRIA, superior àquele experimentado na hipótese de os SERVIÇOS serem desempenhados em condições de atualidade e adequação;
- 26.7.15. Determinação à CONCESSIONÁRIA para a incorporação de novas tecnologias, nos termos da Cláusula 21.11, salvo se a incorporação da nova tecnologia decorrer de obrigação legal ou contratual da CONCESSIONÁRIA.
- 26.7.16. Variação de custos, de encargos setoriais ou de receitas, gerados em face da materialização de algum dos riscos alocados expressamente ao PODER CONCEDENTE;
- 26.7.17. Mudanças nos PROJETOS EXECUTIVOS e/ou nas OBRAS DO SAR-PCJ por solicitação do PODER

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCEDENTE, da ARSESP, da SP ÁGUAS ou de outras entidades públicas, salvo se tais mudanças decorrerem da não- conformidade do PROJETO EXECUTIVO e/ou das OBRAS DO SAR-PCJ com a legislação em vigor à época da realização do INVESTIMENTO ou com as informações contidas no CONTRATO e seus ANEXOS;

- 26.7.18. Greves de trabalhadores, de qualquer setor, incluindo os agentes públicos do PODER CONCEDENTE, da ARSESP ou da SP ÁGUAS que comprovadamente impactem a prestação dos SERVIÇOS;
- 26.7.19. Conflitos e manifestações sociais e/ou públicas que comprovadamente impeçam, atrasem, dificultem ou onerem a prestação do cumprimento do objeto do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA;
- 26.7.20. Impactos decorrentes do atraso ou da não obtenção de LICENÇAS AMBIENTAIS, autorizações e/ou permissões, inclusive ambientais, necessárias à execução do objeto do CONTRATO, nos casos em que tiver ocorrido a inobservância dos prazos legais e regulamentares por parte das autoridades administrativas e, cumulativamente, a CONCESSIONÁRIA demonstrar que tomou todas as medidas cabíveis para evitar o atraso e que não concorreu culpa ou dolosamente para provocá-lo;
- 26.7.21. Suficiência de recursos para pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA, do APORTE e de outros valores devidos à CONCESSIONÁRIA no âmbito deste CONTRATO;
- 26.7.22. INVESTIMENTOS não previstos nos ANEXOS necessários para a restauração dos SERVIÇOS em função de EVENTO CLIMÁTICO EXTREMO, observado o regramento da Cláusula 15.4.
- 26.7.23. Atos ou fatos ocorridos antes da emissão da ORDEM DE INÍCIO, mesmo que de conhecimento posterior à emissão da ORDEM DE INÍCIO, que afetem a execução do CONTRATO ou onerem os custos, as despesas ou os INVESTIMENTOS da CONCESSIONÁRIA, ou, ainda, que reduzam sua receita, ressalvados os riscos expressamente alocados à responsabilidade da CONCESSIONÁRIA no CONTRATO;
 - 26.7.23.1. Danos, passivos e irregularidades ambientais serão alocados conforme as Cláusulas 26.7.5 e 26.7.8.
- 26.7.24. Inclusão de INVESTIMENTOS CONTINGENTES:
 - 26.7.24.1. Sem prejuízo das providências para a mensuração definitiva do desequilíbrio contratual e respectivo reequilíbrio, é viável a implementação de medidas cautelares de mitigação do desequilíbrio reconhecido a partir da inclusão de INVESTIMENTOS CONTINGENTES, incluindo eventuais custos operacionais decorrentes de tais investimentos, observando-se, no que couber, o regramento estabelecido na Resolução nº 19, de 29 de maio de 2023, da Secretaria de Parcerias em Investimentos, ou outra que a substitua.
 - 26.7.24.2. A implementação de reequilíbrio cautelar, nos termos da Cláusula 26.7.24.1, dar-se-á, preferencialmente, por intermédio da revisão dos valores contratualmente devidos à CONCESSIONÁRIA, inclusive a título de APORTE ou de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA.
- 26.7.25. Decisão administrativa ou judicial que passe a determinar a incidência de IPTU e/ou ISS, neste último caso especificamente sobre as parcelas recebidas pela CONCESSIONÁRIA a título de APORTE, devendo a CONCESSIONÁRIA não considerar como premissa contratual o recolhimento

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

de tais verbas;

- 26.7.25.1. A CONCESSIONÁRIA deverá demonstrar que tomou todas as providências ao seu alcance, em âmbito administrativo e judicial, inclusive com a interposição de todos os recursos cabíveis, para ver afastada a tributação de modo distinto do previsto na Cláusula 26.7.24, conforme tais providências sejam cabíveis à luz da lei e/ou orientações normativas, posicionamentos doutrinários, pareceres da advocacia pública ou precedentes judiciais e administrativos vigentes.
- 26.7.26. Exigência, por parte dos órgãos ambientais, de implementação de métodos construtivos não convencionais, fora dos padrões determinados em normativos técnicos e/ou regramento estabelecido no CONTRATO ou em seus ANEXOS, observada a Cláusula 28.3;
- 26.7.27. Frustração do mecanismo de garantia pública, entendido como qualquer ação ou omissão que viole a suficiência e a incolumidade da GARANTIA CPP ou outra que venha a substituí-la;
- 26.7.28. Atraso na emissão da ORDEM DE INÍCIO por culpa exclusiva do PODER CONCEDENTE;
- 26.7.29. Aumento da demanda por recursos hídricos que exija a ampliação de capacidade do SAR-PCJ;
- 26.7.30. Não obtenção da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA do SAR-PCJ pela SP ÁGUAS;
- 26.7.31. Revisão da cobrança pelo uso da água que impacte a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL;
- 26.7.32. Não celebração, pelo OPERADOR DE SANEAMENTO e/ou pela SP ÁGUAS, do CONTRATO DE FORNECIMENTO, conforme previsto na Cláusula 17.12;
- 26.7.33. Recebimento, na UTR, de água com qualidade incompatível com a tecnologia e a capacidade operacional da UTR para tratamento de água, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS;
- 26.7.34. Disputas administrativas e/ou judiciais envolvendo temas de propriedade intelectual e/ou industrial da UTR;
- 26.7.35. Inadimplemento do PREÇO DE FORNECIMENTO pelos USUÁRIOS e OPERADORES DE SANEAMENTO, no âmbito dos CONTRATOS DE FORNECIMENTO celebrados com a CONCESSIONÁRIA.
- 26.8. Havendo a concretização de risco não previsto nas Cláusulas 26.1 e 26.7, que não seja inerente a aspectos relacionados à gestão ou à prestação dos SERVIÇOS e que resulte em variação significativa de custos, despesas, INVESTIMENTOS ou receitas, de forma a desequilibrar o CONTRATO, poderá ser requerida a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO à ARSESP, mediante pedido fundamentado.
- 26.8.1. A ARSESP, ao avaliar o pedido a que se refere a Cláusula 26.8, decidirá de forma motivada, considerando as justificativas apresentadas para o pleito de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, com base na legislação e regulamentação vigentes.

27. MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 27.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, e respeitada a alocação de riscos inicialmente estabelecida, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 27.2. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

PARTES sofrer os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado, que comprovadamente promova desbalanceamento da equação econômico-financeira do CONTRATO.

- 27.2.1. Reputar-se-á como desequilibrado o CONTRATO nos casos em que qualquer das PARTES aufera benefícios em decorrência do descumprimento, ou atraso no cumprimento, das obrigações a ela alocadas.
- 27.2.2. Para além das hipóteses previstas nas Cláusulas 27.2 e 27.2.1, também será cabível a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO na hipótese de modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE e/ou pela ARSESP, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração dos custos ou das receitas da CONCESSIONÁRIA, para mais ou para menos.
- 27.2.3. Diante da materialização de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO com relação à parcela do desequilíbrio pleiteado cuja exata medida for comprovada pelo pleiteante, ainda que se valendo de estimativas para demonstrar o efetivo impacto do evento quando inexistir dados que permitam sua precisa mensuração.
- 27.2.4. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO e restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado neste CONTRATO, considerando-se, para o atingimento da neutralização pretendida, os efeitos econômico-financeiros, tributários e contábeis decorrentes da medida de reequilíbrio eleita.
- 27.2.5. A definição da PARTE responsável por arcar com os efeitos, positivos ou negativos, da materialização de riscos relacionados ao objeto deste CONTRATO, seguirá o disposto nesta Cláusula.
- 27.2.6. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva por suportar os efeitos, positivos ou negativos, provenientes da materialização dos riscos que lhe foram, de maneira expressa, atribuídos na Cláusula 26.1 e nas demais Cláusulas deste CONTRATO.
- 27.2.7. O PODER CONCEDENTE é responsável exclusivo por suportar os efeitos, positivos ou negativos, provenientes da materialização dos riscos que lhe foram, de maneira expressa, atribuídos na Cláusula 26.7 e nas demais Cláusulas deste CONTRATO.
- 27.2.8. Na interpretação e aplicação do disposto nas Cláusulas 27.2.6 e 27.2.7 acima, assim como em toda e qualquer situação, no âmbito deste CONTRATO, na qual seja necessária a avaliação acerca da PARTE à qual tenha sido alocado determinado risco inerente à CONCESSÃO, é necessário que se considere o regramento contratual de forma abrangente e contextualizada, de modo que os riscos alocados contratualmente sejam compreendidos como gêneros e suas derivações, e detalhamentos ou espécies deverão ser consideradas como parte integrante do referido risco analisado.
 - 27.2.8.1. As PARTES concordam que, na avaliação abrangente dos riscos alocados contratualmente a cada uma das PARTES, na forma da Cláusula 27.2.8 acima, considerar-se-ão como integrantes de um mesmo risco as situações semelhantes, entendidas como aquelas nas quais haja equivalência de natureza ou características, assim como nas quais haja similaridade em relação às condições de enfrentamento e mitigação do referido risco em análise, em relação a riscos previstos expressamente

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

no texto deste CONTRATO.

- 27.2.8.2. Os riscos cuja alocação seja extraída do disposto na Cláusula 27.2.8, ainda que indiretamente, são considerados, para todos os fins, como riscos originalmente alocados nos termos do CONTRATO, devendo a PARTE à qual alocado o risco assumir todos os efeitos e lidar com sua eventual materialização, nos limites previstos neste CONTRATO.
- 27.2.8.3. As disposições desta Cláusula não poderão, em hipótese alguma, ser interpretadas ou aplicadas com a finalidade de alterar a alocação de riscos iniciais deste CONTRATO, derivada da alocação de riscos expressa na Cláusula 26 e do critério interpretativo estabelecido na Cláusula 27.2.8.
- 27.2.9. Nos casos em que, por omissão ou indeterminação contratual acerca da alocação de riscos, ou que não tenha sido possível alocar o risco com base no regramento das Cláusulas 27.2.6, 27.2.7 e 27.2.8, o risco residual deverá ser considerado alocado à PARTE que tenha melhores condições de evitar sua materialização e/ou gerenciar os efeitos provenientes de sua materialização.
- 27.2.9.1. Para efeitos do disposto na Cláusula 27.2.9, as PARTES deverão, no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da materialização do risco residual, definir, de comum acordo, observadas as diretrizes previstas na Cláusula 27.2.9, a alocação do referido risco.
- 27.2.9.2. Caso as PARTES não definam a alocação do risco residual, de comum acordo, no prazo estabelecido na Cláusula 27.2.9.1, a ARSESP deverá, em até 15 (quinze) dias contados do término do prazo previsto na Cláusula 27.2.9.1, alocar o risco a uma das PARTES, podendo decidir, inclusive, pelo compartilhamento do risco, observado o disposto na Cláusula 27.2.9.
- 27.2.9.3. A decisão da ARSESP deverá ocorrer de forma motivada, amparada nas melhores práticas e com a devida justificativa para a alocação, especialmente considerando a PARTE que tenha melhores condições de evitar sua materialização e/ou gerenciar os efeitos provenientes de sua materialização.
- 27.2.9.4. Caso uma das PARTES não concorde com a decisão da ARSESP, poderá se valer das soluções de divergências previstas neste CONTRATO e no ANEXO 09 – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS.
- 27.2.9.5. Caso a ARSESP não se manifeste no prazo previsto na Cláusula 27.2.9.2, a CONCESSIONÁRIA assumirá os impactos e as consequências da materialização do risco até a efetiva decisão da ARSESP sobre o tema, sem prejuízo do acionamento dos mecanismos de soluções de divergências previstos neste CONTRATO e no ANEXO 09 – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, observado equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 27.2.9.6. Caso o risco seja alocado ao PODER CONCEDENTE, poderá ser determinado que a CONCESSIONÁRIA implemente as medidas de mitigação do risco, observado o dever de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 27.2.9.7. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 28.9.1 e da Cláusula 34, na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente o risco residual materializado será tratado como EVENTO DE

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

DESEQUILÍBRIO, podendo as PARTES, ainda, acordar pela inclusão do risco na matriz original do CONTRATO, mediante celebração de Termo Aditivo.

28. IDENTIFICAÇÃO DOS EVENTOS ENSEJADORES DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

28.1. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE ou por determinação da ARSESP, sendo que àquele que instaurar esse procedimento caberá a demonstração tempestiva da ocorrência e identificação de EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.1.1. O responsável pela instauração do procedimento deverá identificar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e apresentar à ARSESP pleito devidamente instruído, nos termos das Cláusulas 28.2 ou 28.7, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias contados de sua materialização, com vistas a resguardar a contemporaneidade das relações contratuais, bem como possibilitar o adequado gerenciamento das consequências do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.1.1.1. Nos casos em que houver a identificação de vício oculto, o prazo identificado na Cláusula anterior será contado a partir da data em que se teve conhecimento do vício oculto.

28.1.1.2. No prazo previsto na Cláusula 28.1.1, aquele que identificar o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO deverá comunicar à ARSESP, ainda que indicando valores provisórios e estimativas sujeitas a revisão, sem prejuízo da possibilidade de complementação da instrução do processo posteriormente a este prazo, nas hipóteses em que o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO perdurar por longo período de tempo, ou, por qualquer outra razão, não se mostrar possível a apresentação do pedido de recomposição instruído com todos os documentos exigidos nas Cláusulas 28.2 ou 28.7.

28.1.1.3. A não observância do prazo mencionado na Cláusula 28.1.1 não importará em renúncia ou decadência do direito das PARTES, sendo certo que o prazo prescricional observará a legislação aplicável.

A. Dos pleitos de Iniciativa da Concessionária

28.2. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pela CONCESSIONÁRIA, deverá ser realizado por meio de requerimento fundamentado e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto a:

28.2.1. Identificação precisa do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, acompanhada, quando pertinente, de evidência de que a responsabilidade está alocada ao PODER CONCEDENTE;

28.2.2. Solicitação, se o caso, de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, desde que demonstrado o potencial comprometimento da solvência da CONCESSIONÁRIA ou da continuidade da execução/prestação dos serviços pela CONCESSIONÁRIA decorrente da materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.2.2.1. Será demonstrado o potencial comprometimento da solvência da CONCESSIONÁRIA ou da continuidade da execução/prestação dos serviços da CONCESSIONÁRIA, entre outras hipóteses que deverão ser avaliadas pela ARSESP, quando, em decorrência da materialização de riscos alocados ao PODER CONCEDENTE ou circunstâncias não

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

imputáveis à CONCESSIONÁRIA:

- i. houver risco de descumprimento iminente de obrigações, vencimento antecipado ou aceleração do vencimento nos financiamentos contratados junto aos FINANCIADORES; ou
 - ii. a materialização de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO com impacto agregado superior a 5% (cinco por cento) da receita bruta acumulada nos 12 (doze) meses anteriores à referida materialização..
- 28.2.3. Quantitativos dos desequilíbrios efetivamente identificados no fluxo de caixa, com a data de ocorrência de cada um deles, ou a estimativa, em caso de novos INVESTIMENTOS ou de inclusão do INVESTIMENTO CONTINGENTE, para o cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 28.2.4. Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo os regimes contábil e tributário aplicáveis às receitas ou custos supostamente desequilibrados.
- 28.2.5. Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios com reflexos futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO sobre o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.
- 28.3. Caso, no processo de aprovação de LICENÇAS AMBIENTAIS, seja exigida a implementação de métodos construtivos não convencionais, fora dos padrões determinados em normativos técnicos e/ou regramento estabelecido no CONTRATO ou em seus ANEXOS, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar (i) a natureza da determinação, caracterizando-a, fundamentadamente, como fora dos padrões construtivos esperados; e o (ii) impacto direto de referida exigência para fins de solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro.
- 28.4. Diante do pleito apresentado pela CONCESSIONÁRIA, a ARSESP deverá, no prazo de até 60 (sessenta) dias, manifestar-se a respeito do cabimento do pleito, bem como avaliar se o procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO poderá ser processado em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 28.4.1. Quando não justificada ou acolhida, motivadamente, pela ARSESP a justificativa de urgência no tratamento do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, este deverá ser tratado na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente.
 - 28.4.2. A decisão pelo processamento do pleito em REVISÃO ORDINÁRIA não afasta o dever da CONCESSIONÁRIA de instruir adequadamente o pleito, nos termos da Cláusula 28.2 ou 28.7.
 - 28.4.3. O prazo de que trata a Cláusula 28.4 poderá ser prorrogado mediante justificativa, podendo ser interrompida a contagem de prazo caso seja necessário solicitar adequação ou complementação da instrução processual.

B. Do acesso às informações necessárias para apuração dos desequilíbrios pleiteados

28.5. Na avaliação do pleito, as PARTES e a ARSESP poderão, a qualquer tempo, solicitar o apoio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE e/ou do VERIFICADOR INDEPENDENTE, bem como contratar laudos técnicos e/ou econômicos específicos.

- 28.5.1. A critério da PARTE demandada ou da ARSESP, poderá ser realizada, por intermédio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE e/ou do VERIFICADOR INDEPENDENTE, ou de entidade

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

especializada e com capacidade técnica notoriamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, com a devida participação das PARTES e da ARSESP e com a transparência que lhes permita, diretamente ou por entidade equivalente, o contraditório técnico, sendo os custos assumidos por aquele que houver contratado a entidade especializada, independentemente do resultado do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro.

28.6. A ARSESP, ou quem por ela indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado pela CONCESSIONÁRIA em eventual pleito de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado.

C. Dos pleitos de iniciativa da ARSESP ou do Poder Concedente

28.7. O pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pela ARSESP, em relação a desequilíbrios causados ao PODER CONCEDENTE ou à CONCESSIONÁRIA, deverá ser objeto de notificação às PARTES, e o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de comunicação à ARSESP e à CONCESSIONÁRIA, em ambos os casos acompanhado de cópia dos laudos e estudos pertinentes, incluindo, se o caso, a proposição de processamento do pleito em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

28.7.1. Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro deflagrados pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE, que tenham a CONCESSIONÁRIA como PARTE demandada, recebida a notificação sobre o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, a CONCESSIONÁRIA terá 60 (sessenta) dias para apresentar manifestação fundamentada quanto ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO apresentado pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE em notificação, sob pena de consentimento tácito do pedido, cabendo-lhe, ainda, na mesma oportunidade, manifestar-se a respeito da proposição de processamento do pedido em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

28.7.2. Em consideração à resposta da CONCESSIONÁRIA ao pedido da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, a ARSESP terá 30 (trinta) dias para avaliar o cabimento da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e de seu eventual processamento em sede da REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

28.7.3. Para os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, deflagrados pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE, aplica-se a disciplina prevista nas Cláusulas 28.2 a 28.5, devendo ser sempre devidamente fundamentados e instruídos.

D. Dos eventos ou motivos que não ensejam desequilíbrio do Contrato

28.8. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:

28.8.1. Quando os prejuízos sofridos derivarem da ocorrência de negligência, imprudência, imperícia, inépcia ou omissão na exploração dos serviços objeto da CONCESSÃO e no tratamento dos riscos a ela alocados, devidamente comprovada por meio de processo administrativo próprio em decisão definitiva, observado o contraditório e ampla defesa;

28.8.2. Quando, de qualquer forma e em qualquer medida, a CONCESSIONÁRIA tenha comprovadamente concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio, verificado por meio de processo administrativo próprio; ou

28.8.3. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ensejar efetivo impacto nas condições contratuais e não acarretar efetivo prejuízo decorrente do desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO.

28.9. As PARTES deverão envidar seus melhores esforços para evitar a ocorrência dos eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou, quando não for possível evitá-los, minimizar seus impactos.

28.9.1. No decorrer da análise dos pedidos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, pela ARSESP, ficam mantidas integralmente todas as obrigações da CONCESSIONÁRIA, inclusive as relativas ao pagamento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO, sem prejuízo da possibilidade de aplicação de medidas cautelares de reequilíbrio, nos termos da Resolução SPI n.º 19/2023 ou outra que a substitua.

28.10. Uma vez verificada a materialização de quaisquer dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO associados aos riscos listados na Cláusula 26, as PARTES deverão negociar de boa-fé as medidas apropriadas à mitigação das perdas causadas e à prevenção/contenção dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.

28.10.1. As medidas adotadas para a mitigação das perdas causadas e à prevenção/contenção dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, nos termos da Cláusula 28.10, poderão ser adotadas cautelarmente, ao longo do processamento administrativo do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, e deverão ser consideradas em sua mensuração, assegurado à ARSESP a propositura de medidas que visem minimizar o impacto gerado pelo EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

28.10.2. Caso o EVENTO DE DESEQUILÍBRIO de que trata a Cláusula 28.10 requeira a tomada de providências imediatas, ou caso as PARTES não logrem êxito na negociação de medidas acima referidas, as PARTES deverão tomar as medidas razoáveis que estejam a seu alcance.

28.10.2.1. Para os fins da Cláusula 28.10, consideram-se medidas razoáveis, no caso da CONCESSIONÁRIA, aquelas esperadas de uma empresa atuando de forma diligente em situações similares.

28.10.2.2. Caso fique comprovado, após o regular processo administrativo, que a PARTE deixou de tomar as medidas mitigatórias de perdas a que se referem as Cláusulas 28.10, 28.10.1 e 28.10.2, observado o disposto na Cláusula 28.10.2.1, o valor das perdas que, de forma comprovada, poderiam ter sido evitadas caso tais medidas fossem tomadas, será descontado dos valores devidos pela outra PARTE a título de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro.

28.11. Caso fique comprovado que mais de uma PARTE tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, por negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverá considerar apenas o valor do prejuízo que persistiria, não fosse a conduta indevida da PARTE prejudicada.

E. Do reequilíbrio econômico-financeiro cautelar do Contrato

28.12. O PODER CONCEDENTE poderá, nas hipóteses descritas na Resolução SPI nº 19/2023, ou norma que venha a substituí-la, realizar o reequilíbrio econômico-financeiro cautelar do CONTRATO, mediante aplicação de alguma das medidas previstas na Cláusula 30.1, independentemente da prévia condução de procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA ou de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

28.12.1. Após a aplicação de medida de reequilíbrio econômico-financeiro cautelar do CONTRATO, o cálculo definitivo dos valores associados ao correspondente EVENTO DE DESEQUILÍBRIO deverá

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ser apurado em REVISÃO ORDINÁRIA ou, nas hipóteses descritas na Cláusula 28.2.2, em REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.

29. RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

29.1. Por ocasião de cada REVISÃO ORDINÁRIA, serão contemplados conjuntamente os pleitos já apresentados no CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA de ofício pela ARSESP, ou mediante provocação de quaisquer das PARTES, considerados cabíveis, de forma a compensar os impactos econômico-financeiros positivos e negativos decorrentes dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.

29.1.1. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em favor de uma das PARTES, deverá necessariamente considerar eventuais impactos em favor da outra PARTE, bem como os impactos positivos em favor da PARTE pleiteante.

29.2. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO como um todo, ou em relação a determinado EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, será realizada de forma a se obter o Valor Presente Líquido dos saldos do Fluxo de Caixa igual a zero, considerando-se a TIR respectiva à natureza de cada EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, conforme determinado a seguir:

29.2.1. Na ocorrência dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO decorrentes de cancelamentos, postergações, atrasos ou antecipações dos INVESTIMENTOS previstos no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS, a recomposição será realizada levando-se em consideração os valores atribuídos aos INVESTIMENTOS no EVTE, bem como a Taxa Interna de Retorno Real (WACC) de 9,99% (nove vírgula noventa e nove por cento).

29.2.1.1. Nas hipóteses da Cláusula 29.2.1, o desequilíbrio econômico-financeiro será apurado considerando o impacto econômico-financeiro líquido do cancelamentos, postergações, atrasos ou antecipações de INVESTIMENTOS, e os correspondentes custos e receitas.

29.2.1.2. O reequilíbrio econômico-financeiro de que trata a Cláusulas 29.2.1 deverá ser realizado, quando for (i) decorrente de antecipações de INVESTIMENTOS que resultar de fatores de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE ou de responsabilidade da ARSESP ou (ii) decorrente de apresentação de pedido formal de antecipação pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP.

29.2.1.3. O reequilíbrio econômico-financeiro de que trata a Cláusula 29.2.1, na hipótese de postergações ou atrasos em INVESTIMENTOS, que decorram de fatores de risco ou responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, será realizado exclusivamente se o impacto econômico-financeiro líquido do atraso for benéfico à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no CONTRATO e no ANEXO 06 – PENALIDADES, não se realizando qualquer reequilíbrio econômico-financeiro se a postergação ou o atraso no INVESTIMENTO resultar em impacto econômico-financeiro líquido prejudicial à CONCESSIONÁRIA.

29.2.1.4. Na hipótese de postergações ou atrasos em INVESTIMENTOS, que decorram de fatores de risco ou responsabilidade do PODER CONCEDENTE, o reequilíbrio econômico-financeiro tratado na Cláusula 29.2.1 deverá ocorrer, independentemente da constatação de benefícios ou prejuízos.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

29.2.2. Na ocorrência de quaisquer outros EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO, não disciplinados pela Cláusula 29.2.1, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro se dará por meio da elaboração do fluxo de caixa marginal, considerando: (i) os fluxos de caixa marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem EVENTO DE DESEQUILÍBRIO; (ii) os fluxos de caixa marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro; e (iii) a Taxa Interna de Retorno calculada conforme disposto na Cláusula 29.4.3.

29.2.2.1. Os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO consistentes em novos INVESTIMENTOS ou na incorporação do INVESTIMENTO CONTINGENTE considerarão, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa Interna de Retorno calculada em no máximo 6 (seis) meses de antecedência em relação à assinatura do respectivo Termo Aditivo Modificativo.

29.2.2.2. Todas as demais hipóteses de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO considerarão, para cálculo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a Taxa Interna de Retorno calculada na data da materialização do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO, nos termos da Cláusula 29.4.3.

29.3. A cada recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será definida a Taxa Interna de Retorno, definitiva para todo o PRAZO DA CONCESSÃO, de acordo com as taxas aplicáveis para os respectivos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO nela considerados.

A. Recomposição do Equilíbrio Econômico-Financeiro por Fluxo de Caixa Marginal

29.4. Para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro decorrente dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO descritos na Cláusula 29.2, os seguintes procedimentos deverão ser observados na elaboração do Fluxo de Caixa Marginal:

29.4.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido do Fluxo de Caixa Marginal projetado em razão do evento que ensejou a recomposição, considerando, na mesma data base, (i) os fluxos de caixa marginais resultantes do evento que deu origem à recomposição, e (ii) os fluxos de caixas marginais resultantes da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

29.4.2. Para fins de determinação dos fluxos de caixa dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis para retratar as reais e efetivas condições atuais, para estimar o valor dos INVESTIMENTOS, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do EVENTO DE DESEQUILÍBRIO.

29.4.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar estimativas da medida do desequilíbrio, mesmo nos casos em que o pleito seja de iniciativa do PODER CONCEDENTE ou deflagrado pela ARSESP, utilizando, para tanto, as melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito.

29.4.2.2. A ARSESP poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA demonstre que os valores necessários para realização de novos INVESTIMENTOS serão calculados com base em valores de mercado considerando o custo global de obras ou atividades semelhantes no Brasil ou com base em sistemas de custos que utilizem como insumo valores de mercado do setor específico do projeto, aferidos, em qualquer caso, mediante orçamento sintético, elaborado por meio de metodologia expedita ou paramétrica.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 29.4.3. A Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do Valor Presente de que tratam as Cláusulas 29.2 e 29.2.2.1 será composta pela média diária no período dos últimos 12 (doze) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros Semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 15/05/2060 ou vencimento mais compatível com a data do termo contratual, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada no início de cada ano contratual, acrescida de um spread ou sobretaxa sobre os juros equivalente a 3,03% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.
- 29.4.4. Independentemente do resultado do cálculo indicado na Cláusula acima, a Taxa de Desconto real anual a ser utilizada no cálculo do Valor Presente não poderá ser inferior a 0%.
- 29.5. Nas hipóteses de recomposição do equilíbrio do CONTRATO por meio de prorrogação do PRAZO DA CONCESSÃO, a metodologia para aferição de receitas e despesas para o prazo estendido considerará:
- 29.5.1. Para a projeção de receitas e definição de entrada de caixa será considerado o montante previstos para a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL. Para cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL deverão ser considerados os componentes do cálculo da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL previstos no ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO, verificados nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, realizando, se pertinente, ajustes para adequação das projeções.
- 29.5.1.1. A projeção de receita indicada na Cláusula 29.5.1 deverá ser substituída pela receita real efetivamente auferida, verificada periodicamente, na forma do ANEXO 04 – MECANISMO DE PAGAMENTO e de acordo com o Termo Aditivo a ser firmado.
- 29.5.2. Para projeção de RECEITAS ACESSÓRIAS, deverá ser considerada, como premissa, a média histórica dos 5 (cinco) anos anteriores à assinatura do aditivo relativo aos novos INVESTIMENTOS e serviços, ou a média histórica que esteja disponível.
- 29.5.2.1. A projeção de RECEITAS ACESSÓRIAS será substituída pelas RECEITAS ACESSÓRIAS reais efetivamente arrecadadas, verificadas, periodicamente, de acordo com o Termo Aditivo a ser firmado.
- 29.5.3. Para o cálculo da projeção de custos e despesas da CONCESSIONÁRIA e definição do fluxo de saída de caixa, contados a partir do prazo inicial do fluxo de caixa marginal, incluindo as extensões de prazo já formalizadas, serão considerados, para efeito de apuração do prazo a ser estendido:
- 29.5.3.1. Os valores relativos aos custos e despesas contabilizados pela CONCESSIONÁRIA entre os cinco anos imediatamente anteriores à data base do fluxo de caixa, ou o período disponível.
- 29.5.3.2. A média dos valores servirá como base para extensão do PRAZO DA CONCESSÃO, não sofrendo variações ou qualquer tipo de alteração.
- 29.5.4. Os custos e as despesas relativos à conservação e manutenção das novas obras também deverão ser considerados para efeito do cálculo do Fluxo de Caixa Marginal.
- 29.5.5. Os valores projetados para os custos e despesas serão considerados como risco da CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 29.5.6. Para efeito do Fluxo de Caixa Marginal, o cálculo de Amortização e Depreciação deverá ser realizado de acordo com as normas e legislação aplicáveis.
- 29.5.7. Com o advento do termo contratual, deve ser apurado se o Valor Presente Líquido (VPL) do somatório dos fluxos de caixa é igual a zero, considerando a(s) taxa(s) interna(s) de retorno aplicáveis.
- 29.5.7.1. Em caso de se verificar que o VPL é diferente de zero, aplicam-se as formas de reequilíbrio previstas neste CONTRATO.
- 29.5.8. A obrigação de pagamento das parcelas de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO previstas no CONTRATO deverão ser mantidas ao longo do período de prorrogação, salvo se utilizado como modalidade para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos da Cláusula 30.1.6.
- 29.6. Deverão ser considerados os efeitos dos tributos diretos e indiretos efetivamente incidentes.
- 29.6.1. Serão considerados, para efeito de reequilíbrio econômico-financeiro causado por eventos outros que não a alteração de legislação tributária ou contábil, os tributos e implicações contábeis de qualquer natureza que efetivamente incidirem durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, incluindo-se as extensões de prazo formalizadas, independentemente da PARTE que tenha assumido o risco de alteração da legislação tributária ou contábil.

30. MODALIDADES PARA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

30.1. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher a modalidade pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, dentre as seguintes modalidades:

- 30.1.1. Revisão dos valores de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA;
- 30.1.2. Revisão do APORTE;
- 30.1.3. Ressarcimento ou indenização;
- 30.1.4. Alteração das obrigações ou prazos previstos neste CONTRATO e nos ANEXOS;
- 30.1.5. Prorrogação ou antecipação do termo final do PRAZO DA CONCESSÃO, observados os limites legais;
- 30.1.6. Revisão dos valores do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;
- 30.1.7. Combinação das modalidades anteriores.

30.2. Além das modalidades listadas na Cláusula 30, a implementação da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO também poderá se dar pelas seguintes modalidades, nestes casos dependendo de prévia concordância da CONCESSIONÁRIA:

- 30.2.1. Dação em pagamento de bens e/ou cessão de receitas patrimoniais;
- 30.2.2. Assunção por uma PARTE de custos atribuídos pelo CONTRATO à outra PARTE;
- 30.2.3. Exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS para além do prazo de vigência do CONTRATO e/ou alteração nos padrões de compartilhamento de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos previstos neste CONTRATO e nos ANEXOS;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

30.2.4. Utilização dos RECURSOS VINCULADOS depositados na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS, caso materializada a hipótese do item 6.5 do EDITAL;

30.2.5. Combinação das modalidades anteriores ou outras permitidas pela legislação.

30.3. Na escolha do meio destinado a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a solvência da CONCESSIONÁRIA para fazer jus às obrigações decorrentes desse CONTRATO e a sua capacidade para cumprir com suas obrigações perante os FINANCIADORES, especialmente aquelas relacionadas ao pagamento do serviço da dívida e o cumprimento de obrigações assumidas nos instrumentos financeiros de que a CONCESSIONÁRIA seja PARTE, relacionados aos INVESTIMENTOS e à operação do SERVIÇO, principalmente aquelas cujo descumprimento pode dar causa à obrigação de aporte de capital ou reforço de garantia pelos acionistas da CONCESSIONÁRIA, aceleração de dívida, ou vencimento antecipado de contrato.

30.4. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, mesmo aquela que seja decorrente do procedimento das REVISÕES ORDINÁRIAS ou REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, será formalizada em Termo Aditivo ao presente CONTRATO.

CAPÍTULO IV – INVESTIMENTO CONTINGENTE

31. DEFINIÇÃO DE INVESTIMENTO CONTINGENTE

31.1. Considera-se INVESTIMENTO CONTINGENTE passível de incorporação ao CONTRATO, como encargo da CONCESSIONÁRIA, a ampliação da capacidade do TRAMO CENTRAL do SAR-PCJ para atender à vazão máxima de 2,000 m³/s (dois metros cúbicos por segundo).

31.2. O INVESTIMENTO CONTINGENTE deverá ser obrigatoriamente realizado pela CONCESSIONÁRIA mediante solicitação do PODER CONCEDENTE, a seu critério e a qualquer momento, observado o rito previsto na Cláusula 32.

32. PROCEDIMENTO PARA INCORPORAÇÃO DO INVESTIMENTO CONTINGENTE

32.1. Para fins de incorporação do INVESTIMENTO CONTINGENTE ao CONTRATO, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA, com cópia à ARSESP ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE.

32.2. A partir do recebimento da notificação de que trata a Cláusula 32.1, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARSESP, com cópia ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, em até 120 (cento e vinte) dias, proposta contendo:

- i. detalhamento do INVESTIMENTO CONTINGENTE a ser realizado, incluindo estimativa preliminar dos impactos técnicos e econômico-financeiros na CONCESSÃO, bem como de cronograma de execução, dos prazos e custos para implantação do referido INVESTIMENTO CONTINGENTE; e
- ii. apresentação do respectivo PROJETO BÁSICO.

32.2.1. Em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da proposta de que trata a Cláusula 32.2, o CERTIFICADOR INDEPENDENTE deverá apresentar manifestação quanto à adequação do PROJETO BÁSICO apresentado pela CONCESSIONÁRIA, incluindo a confirmação da compatibilidade dos valores apontados com aqueles praticados no mercado, observando os

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

parâmetros legais ou melhores práticas vigentes para aferição do valor de mercado de obras, aquisição de bens e prestação de serviços, podendo recomendar que sejam feitas alterações.

32.2.2. A ARSESP terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da manifestação do CERTIFICADOR INDEPENDENTE, para (i) aprovar o PROJETO BÁSICO apresentado, ou (ii) determinar que sejam feitas alterações pela CONCESSIONÁRIA.

32.2.3. Na hipótese da Cláusula 32.2.2, “ii”, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar, às suas expensas, os ajustes determinados pela ARSESP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, devendo a CONCESSIONÁRIA resubmeter o projeto para avaliação da ARSESP, com cópia ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, após a realização dos ajustes, observado o procedimento disposto nas Cláusulas 32.2.1 e 32.2.2.

32.2.4. A manifestação da ARSESP em relação ao PROJETO BÁSICO apresentado pela CONCESSIONÁRIA não eximirá a responsabilidade desta quanto aos erros e defeitos técnicos porventura identificados em tais documentos ou mesmo nas obras do INVESTIMENTO CONTINGENTE executadas.

32.3. Em até 180 (cento e oitenta) dias contados da aprovação do PROJETO BÁSICO para implantação do INVESTIMENTO CONTINGENTE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARSESP, com cópia ao CERTIFICADOR INDEPENDENTE e ao PODER CONCEDENTE, sua proposta final para incorporação do INVESTIMENTO CONTINGENTE ao CONTRATO, contendo:

- i. apresentação do PROJETO EXECUTIVO do objeto do INVESTIMENTO CONTINGENTE; e
- ii. demonstração da eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nos termos das Cláusulas 32.6 e seguintes.

32.3.1. Aplicar-se-á o procedimento previsto nas Cláusulas 32.2.1 a 32.2.4 para fins de aprovação, pela ARSESP, do PROJETO EXECUTIVO apresentado pela CONCESSIONÁRIA.

32.4. Após a aprovação do PROJETO EXECUTIVO pela ARSESP, nos termos da Cláusula 32.3.1, o PODER CONCEDENTE autorizará que a CONCESSIONÁRIA execute o INVESTIMENTO CONTINGENTE.

32.4.1. A autorização de que trata a Cláusula 32.4 será formalizada por meio de termo aditivo ao CONTRATO, no qual deverá ser definida a forma de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, além de poder conter disciplina específica para alocação de riscos e responsabilidade entre as PARTES, de penalizações cabíveis pelo descumprimento de prazos e de outras condições estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE, caso a disciplina geral prevista neste CONTRATO não for adequada ao INVESTIMENTO CONTINGENTE a ser realizado, dentre outros assuntos que demandem previsão específica.

32.5. Caso o PODER CONCEDENTE decida não prosseguir com a realização do INVESTIMENTO CONTINGENTE, esta será ressarcida de todos os custos comprovadamente incorridos com a apresentação dos projetos de que trata esta Cláusula 32.

32.6. A inclusão do INVESTIMENTO CONTINGENTE, na forma prevista neste CONTRATO, importará na prévia análise de eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em decorrência da alteração, a qual deverá se dar concomitantemente à inclusão do INVESTIMENTO CONTINGENTE, devendo ser considerada, necessariamente, a integralidade dos investimentos e custos de qualquer natureza, diretos e indiretos, inclusive de mobilização, incorridos pela CONCESSIONÁRIA, bem como eventuais receitas proporcionadas pelo INVESTIMENTO CONTINGENTE.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 32.6.1. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar os documentos necessários à mensuração do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO decorrente da inclusão do INVESTIMENTO CONTINGENTE no objeto do CONTRATO juntamente com sua proposta final para esses investimentos, 32.3, “ii”.
- 32.6.2. Os custos de licenciamento das obras, intervenções e instalações também serão considerados no cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro devido à CONCESSIONÁRIA em razão da realização do INVESTIMENTO CONTINGENTE.

CAPÍTULO V – REVISÕES DO CONTRATO

33. REVISÃO ORDINÁRIA DO CONTRATO

33.1. A cada ciclo quinquenal, a partir da data de emissão da ORDEM DE INÍCIO, serão conduzidos os processos de REVISÕES ORDINÁRIAS da CONCESSÃO, tendo por objetivo avaliar e, se for o caso, implementar:

- 33.1.1. A revisão do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO relativa a eventos ocorridos no ciclo quinquenal antecedente que não tiverem sido apurados em sede de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA;
- 33.1.2. A revisão do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS; e
- 33.1.3. A revisão dos INDICADORES DE DESEMPENHO, das metas estabelecidas e dos valores de desconto previstos para cada indicador, a fim de adaptá-los às modificações ou alterações que tenham sido percebidas em cada CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e as demais normas contratuais pertinentes.

33.2. No âmbito da REVISÃO ORDINÁRIA, as PARTES realizarão avaliação conjunta dos INDICADORES DE DESEMPENHO vigentes, incluindo as metas por eles estabelecidas e os pesos previstos para cada indicador, levando em conta a busca da melhoria contínua da prestação dos SERVIÇOS, estabelecendo-se prazo razoável para adequação dos novos padrões exigidos, culminando:

- 33.2.1. Na reformulação, substituição ou supressão de INDICADORES DE DESEMPENHO que se mostrarem ineficazes para incentivar que as atividades e SERVIÇOS da CONCESSIONÁRIA sejam desempenhados em atendimento à qualidade exigida pelo PODER CONCEDENTE e pela ARSESP;
- 33.2.2. Na revisão dos pesos previstos para cada INDICADOR DE DESEMPENHO, nas hipóteses em que a disciplina vigente se mostrar excessiva ou insuficiente para estimular o esforço necessário da CONCESSIONÁRIA para o cumprimento do nível de serviço exigido, respeitada, em qualquer hipótese, a dedução máxima de remuneração prevista no ANEXO 04 - MECANISMO DE PAGAMENTO; e/ou
- 33.2.3. Na criação de novos INDICADORES DE DESEMPENHO, nas hipóteses de exigência, pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARSESP, de novos padrões de desempenho, motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou adequações a padrões nacionais ou internacionais.

33.3. As demandas por novos INVESTIMENTOS ou pela incorporação do INVESTIMENTO CONTINGENTE na CONCESSÃO deverão prioritariamente ser implementadas durante as REVISÕES ORDINÁRIAS, de modo a aprimorar o planejamento e a execução dos novos INVESTIMENTOS e do INVESTIMENTO CONTINGENTE, mesmo no caso em que decorram de eventos ocorridos ou identificados em momentos anteriores ao processamento das REVISÕES ORDINÁRIAS.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 33.3.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 33.3, todos os pleitos relativos a, incluindo, mas sem se limitar, eventos, atos, fatos ou circunstâncias, identificados, pelas PARTES e/ou pela ARSESP, ao longo de cada CICLO DE REVISÃO ORDINÁRIA, deverão ser processados e implementados, conforme o caso, no âmbito das respectivas REVISÕES ORDINÁRIAS, caso não o sejam em REVISÃO EXTRAORDINÁRIA.
- 33.3.2. Caso existam demandas urgentes que, por razões técnicas, econômico-financeiras, de segurança ou de interesse público, demandem intervenção imediata, sem que se possa aguardar a REVISÃO ORDINÁRIA subsequente, proceder-se-á à implementação de tais novos INVESTIMENTOS e do INVESTIMENTO CONTINGENTE via REVISÃO EXTRAORDINÁRIA, que observará os termos e procedimentos previstos neste CONTRATO.
- 33.4. A REVISÃO ORDINÁRIA deverá ocorrer, preferencialmente, de forma a anteceder as discussões relativas à elaboração da Lei do Orçamento Anual (LOA) que vigorará no ano subsequente à REVISÃO ORDINÁRIA.
- 33.5. Finalizado o procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA, após o transcurso de regular processo administrativo, no qual será franqueada ampla participação e contraditório à CONCESSIONÁRIA, caberá ao PODER CONCEDENTE fixar as novas diretrizes contratuais, observados os limites e procedimentos previstos nesta Cláusula, cabendo à CONCESSIONÁRIA, em caso de discordância, valer-se dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.
- 33.6. O resultado do processo de REVISÃO ORDINÁRIA de que trata esta Cláusula poderá ensejar o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, cujo procedimento de recomposição observará o regramento previsto na Cláusula 29.
- 33.6.1. A REVISÃO ORDINÁRIA não poderá alterar ou desconsiderar a alocação de riscos estabelecida neste CONTRATO, ressalvadas alterações consensuais entre as PARTES, ou que decorram do exercício da prerrogativa de alteração unilateral do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE.

34. REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONTRATO

- 34.1. Qualquer das PARTES poderá pleitear a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO em face da materialização concreta ou iminente de evento cujas consequências sejam suficientemente gravosas a ponto de ensejar a necessidade de avaliação e tomada de providências urgentes, aplicando-se à REVISÃO EXTRAORDINÁRIA as disposições previstas na Cláusula 29.
- 34.1.1. As PARTES se comprometem em rever o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO preferencialmente em sede de REVISÃO ORDINÁRIA, sendo sua tramitação em regime extraordinário medida de exceção, quando cumpridos os requisitos expressamente previstos neste CONTRATO.
- 34.2. Caso o processo de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA seja iniciado por solicitação da CONCESSIONÁRIA, esta deverá encaminhar os subsídios necessários para demonstrar à ARSESP que o não tratamento imediato do evento acarretará agravamento extraordinário e suas consequências danosas, observados os requisitos da Cláusula 28.2.2.
- 34.2.1. A ARSESP terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados da formalização da solicitação apresentada pela CONCESSIONÁRIA, para avaliar se os motivos apresentados justificarão o tratamento imediato e se a gravidade das consequências respaldará a não observância do procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, motivando a importância de não

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

aguardar o lapso temporal necessário até o processamento da REVISÃO ORDINÁRIA subsequente.

34.2.1.1. O prazo previsto na Cláusula 34.2.1 poderá ser prorrogado, mediante justificativa, podendo ser interrompida a contagem do prazo caso seja necessário solicitar adequação e complementação da instrução do pleito.

34.2.2. Caso o pleito de REVISÃO EXTRAORDINÁRIA não seja acolhido pela ARSESP, este deverá ser tratada na REVISÃO ORDINÁRIA subsequente.

34.3. Caso a REVISÃO EXTRAORDINÁRIA do CONTRATO ocorra antes da finalização das OBRAS DO SAR-PCJ, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARSESP o PLANO DE INVESTIMENTOS devidamente revisado, nos termos do ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS.

CAPÍTULO VI – DA CONCESSIONÁRIA

35. DA ESTRUTURA JURÍDICA DA CONCESSIONÁRIA

35.1. O objeto social da CONCESSIONÁRIA, específico e exclusivo, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, indicado em seu ato constitutivo, será a prestação do objeto desta CONCESSÃO, tendo sede e foro no Estado de São Paulo.

35.2. O estatuto social da CONCESSIONÁRIA deverá contemplar cláusula que:

35.2.1. Vede alteração do seu objeto social, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, desde que relacionadas diretamente às atividades objeto deste CONTRATO;

35.2.2. Submeta à prévia autorização da ARSESP os atos descritos na Cláusula 45.1;

35.3. A CONCESSIONÁRIA deverá obedecer a padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, sobretudo quanto às transações com PARTES RELACIONADAS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Legislação Societária Brasileira (Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações) e nas Normas Contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

35.3.1. As informações e demonstrações contábeis e financeiras da CONCESSIONÁRIA deverão ser auditadas por empresa especializada de auditoria independente idônea, de notória especialização, que tenha auditado, nos dois exercícios anteriores, empresas de capital aberto, com ações listadas na B3.

35.3.2. A empresa especializada de auditoria também deverá verificar o cumprimento das previsões relativas às PARTES RELACIONADAS, dispostas nas Cláusulas 35.11 a 35.15, independentemente do regime contábil ou de governança da SPE.

35.4. O capital social nominal subscrito mínimo da CONCESSIONÁRIA será de R\$ 62.000.000,00 (sessenta e dois milhões de reais) na DATA-BASE, até a conclusão das OBRAS DO SAR-PCJ.

35.5. Após a conclusão das OBRAS DO SAR-PCJ e a emissão dos respectivos TERMOS DE ACEITE, a CONCESSIONÁRIA poderá reduzir o seu capital social para, no mínimo, R\$ 13.000.000,00 (treze milhões), desde que o IQS apurado nos quatro TRIMESTRES DE APURAÇÃO imediatamente anteriores à redução tenham sido superiores a 0,9 (nove décimos).

35.5.1. O capital social mínimo previsto na Cláusula 35.5 deverá ser mantido até termo final do CONTRATO DE CONCESSÃO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

35.6. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha reduzido seu capital social abaixo do mínimo estabelecido na Cláusula 35.4 sem anuência prévia da ARSESP, será notificada para fazer novos aportes de capital na CONCESSIONÁRIA, em montante correspondente ao valor necessário para que o capital social atinja referido montante, e ficará sujeita à aplicação da penalidade prevista no ANEXO 06 – PENALIDADES, ficando os acionistas responsáveis pelas obrigações da CONCESSIONÁRIA perante a ARSESP e o PODER CONCEDENTE enquanto tais aportes não tenham sido concluídos, no limite da diferença entre o valor do capital social e o mínimo admitido.

35.6.1. O capital social da CONCESSIONÁRIA poderá ser aumentado a qualquer tempo.

35.7. O exercício social da CONCESSIONÁRIA e o exercício financeiro deste CONTRATO coincidirão com o ano civil.

35.8. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá à legislação brasileira em vigor.

35.9. A dissolução da CONCESSIONÁRIA apenas poderá ocorrer após realizadas todas as atividades na Cláusula.

35.10. Mesmo após a extinção da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá manter a subscrição mínima do capital social a que se refere esta Cláusula, até a sua dissolução, salvo se (i) houver anuência prévia da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, ou (ii) tenha havido anuência anterior para redução de capital abaixo do valor mínimo estabelecido na Cláusula 35.4, hipótese em que a subscrição mínima deverá observar o valor autorizado.

A. Da Política de Transações com Partes Relacionadas

35.11. A CONCESSIONÁRIA deverá, em até 1 (mês) contado da emissão da ORDEM DE INÍCIO, desenvolver, publicar e implantar POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS, observando, no que couber, as melhores práticas recomendadas pelo Código Brasileiro de Governança Corporativa - Companhias Abertas, editado pelo Grupo de Trabalho Interagentes (GT Interagentes), coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), bem como nas disposições do Regulamento do Novo Mercado, ou por aqueles que venham a substituí-los como referência perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e contendo, no mínimo, os seguintes elementos:

- 35.11.1. Critérios que devem ser observados para a realização de transações entre a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, exigindo a observância de condições equitativas, compatíveis com a prática de mercado e equivalentes àquelas que seriam obtidas em uma negociação independente, com parte não relacionada à CONCESSIONÁRIA;
- 35.11.2. Procedimentos para auxiliar a identificação de situações individuais que possam envolver conflitos de interesses e, conseqüentemente, determinar o impedimento de voto com relação a acionistas ou administradores da CONCESSIONÁRIA;
- 35.11.3. Procedimentos e responsáveis pela identificação das PARTES RELACIONADAS e pela classificação de operações como transações com PARTES RELACIONADAS;
- 35.11.4. Indicação das instâncias de aprovação das transações com PARTES RELACIONADAS, a depender do valor envolvido ou de outros critérios de relevância;
- 35.11.5. Exigência de comparação de preços, quando possível, junto a outros agentes de mercado, conforme regras aprovadas pela administração da CONCESSIONÁRIA, como condição à contratação de obras e serviços com PARTES RELACIONADAS, mas sempre em observância ao disposto na Cláusula 35.11.1;
- 35.11.6. Demonstração de que o objeto dos serviços contratados junto a PARTES RELACIONADAS não é objeto de qualquer outra contratação da CONCESSIONÁRIA junto a terceiros;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 35.11.7. Proibição da realização de pagamentos antecipados nos contratos com PARTES RELACIONADAS, exceto no caso de adiantamento de custos de mobilização exigidos em contratações semelhantes no mercado; e
- 35.11.8. Dever da administração da CONCESSIONÁRIA formalizar, em documento escrito a ser arquivado na CONCESSIONÁRIA, as justificativas da seleção de PARTES RELACIONADAS em detrimento das alternativas de mercado.
- 35.12. Não obstante o prazo previsto na Cláusula 35.11 acima, a POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS deverá ser desenvolvida, publicada e implantada previamente a qualquer contratação de PARTE RELACIONADA pela CONCESSIONÁRIA.
- 35.12.1. A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS deverá ser atualizada pela CONCESSIONÁRIA sempre que necessário, observando-se as atualizações nas recomendações de melhores práticas referidas na Cláusula 35.11, e a necessidade de inclusão ou alteração de disposições específicas que visem a conferir maior efetividade à transparência e comutatividade das transações com PARTES RELACIONADAS.
- 35.12.2. A POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS da CONCESSIONÁRIA deverá prever a obrigação da CONCESSIONÁRIA de divulgar, em seu sítio eletrônico, as seguintes informações sobre a contratação realizada:
- i. informações gerais sobre a PARTE RELACIONADA contratada;
 - ii. objeto da contratação;
 - iii. prazo da contratação;
 - iv. condições gerais de pagamento e reajuste dos valores referentes à contratação;
 - v. descrição da negociação da transação com a PARTE RELACIONADA e da decisão acerca da celebração da transação; e
 - vi. justificativa para a contratação com a PARTE RELACIONADA em detrimento das alternativas de mercado.
- 35.13. A divulgação a que se refere a Cláusula 35.12.2 deverá ocorrer no prazo de até 30 (trinta) dias contado da celebração da transação com a PARTE RELACIONADA, e com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis do início da execução das obrigações decorrentes da referida transação.
- 35.14. Adicionalmente aos elementos e obrigações constantes da POLÍTICA DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS a ser desenvolvida, publicada e implantada pela CONCESSIONÁRIA, bem como aos demais deveres constantes deste CONTRATO e ANEXOS, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as seguintes regras:
- 35.14.1. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar à ARSESP, no prazo estabelecido pela Cláusula 35.14, cópia de todos os contratos firmados com PARTES RELACIONADAS.
- 35.14.2. A CONCESSIONÁRIA é responsável por quaisquer irregularidades constatadas no âmbito dos contratos firmados com PARTES RELACIONADAS.
- 35.15. A CONCESSIONÁRIA poderá receber recursos de PARTES RELACIONADAS por meio de contratos de mútuo, observado que as obrigações de pagamento dos montantes cedidos a tal título deverão ser subordinadas ao pagamento de valores devidos à ARSESP e ao PODER CONCEDENTE, nos termos deste CONTRATO, e desde que observadas as condições aplicáveis aos contratos com PARTES RELACIONADAS, conforme POLÍTICA DE

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.

B. Do Programa de Conformidade da Concessionária

35.16. A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo de 06 (seis) meses contados a partir da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, implantar e enviar à ARSESP o PROGRAMA DE CONFORMIDADE, consistente em mecanismos e procedimentos internos com regras de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades, e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, tendo em vista a Lei Federal nº 12.846/2013, o artigo 25, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e os artigos 41 e 42 do Decreto Federal nº 11.129/2022.

35.17. Uma vez implementado o PROGRAMA DE CONFORMIDADE, a CONCESSIONÁRIA deverá, em até 12 (doze) meses a partir da sua implementação, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses mediante anuência da ARSESP, obter a certificação ISO 37001 por instituição acreditada para tais fins pela International Organization for Standardization, ou o “Selo Pró Ética”, emitido pela Controladoria Geral da União, ou outro que vier a substituí-lo.

35.18. Caso a CONCESSIONÁRIA não obtenha, após a superação do prazo previsto na Cláusula 35.17 acima, nenhuma das certificações listadas, deverá realizar auditorias independentes, com periodicidade mínima bianual, a respeito da efetividade do PROGRAMA DE CONFORMIDADE implantado.

35.19. O PROGRAMA DE CONFORMIDADE deverá prever um setor responsável pela aplicação, gerenciamento e fiscalização das atividades nele previstas, o qual deverá ser dotado de autonomia, independência e imparcialidade para coordenar as atividades de controle, devendo também ser dotado de recursos materiais, humanos e financeiros suficientes para o seu regular funcionamento.

35.20. O PROGRAMA DE CONFORMIDADE deverá conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- i. Código de ética e de conduta, representando o comportamento esperado de todos os funcionários e dirigentes da CONCESSIONÁRIA, assim como terceiros que tenham relações com a CONCESSIONÁRIA, tais como fornecedores e prestadores de serviço;
- ii. O objetivo e o escopo do PROGRAMA DE CONFORMIDADE;
- iii. A divisão clara das responsabilidades das pessoas envolvidas na função de conformidade, de modo a evitar possíveis conflitos de interesses com outras áreas da CONCESSIONÁRIA;
- iv. O livre acesso dos responsáveis por atividades relacionadas à função de conformidade às informações necessárias para o exercício de suas atribuições;
- v. Mecanismos para detecção de irregularidades e procedimentos que assegurem a pronta interrupção de irregularidades ou infrações detectadas e a tempestiva remediação dos danos gerados;
- vi. Canais de denúncia de irregularidades de fácil acesso e amplamente divulgados a quaisquer interessados, em especial aos empregados da CONCESSIONÁRIA e aos terceiros que tenham relações com a CONCESSIONÁRIA, e que permitam o recebimento de denúncias anônimas;
- vii. Previsão de regras de confidencialidade para os denunciantes que se identificarem quando do oferecimento da denúncia, assegurando que a identificação do denunciante será mantida em sigilo e sob responsabilidade do setor responsável pelo programa de conformidade, acessível apenas aos setores da CONCESSIONÁRIA que, justificadamente, necessitarem do acesso à informação para a investigação, prevenção ou combate à irregularidade denunciada;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- viii. Canais de comunicação com a alta direção da CONCESSIONÁRIA, incluindo Conselhos, de forma a facilitar o relato dos resultados decorrentes das atividades relacionadas à função de conformidade, de possíveis irregularidades ou falhas identificadas;
- ix. Integração do setor responsável pelo programa de conformidade com outras áreas correlacionadas, tais como departamento jurídico, auditoria interna, ouvidoria, departamento contábil e de recursos humanos;
- x. Segregação do setor responsável pelo PROGRAMA DE CONFORMIDADE em relação ao setor responsável pela auditoria interna;
- xi. Regras de conduta para situações que apresentem significativo risco de ocorrência de condutas ilícitas, fraudes e corrupção, em especial nas situações que envolvam interação com o setor público, ainda que intermediada por terceiros, tais como participação em licitação, execução e fiscalização de contratos administrativos – incluindo reuniões com agentes públicos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do CONTRATO ou pela regulação dos serviços, celebração de acordos ou aditivos contratuais, doações e patrocínios de qualquer espécie, obtenção de autorizações e LICENÇAS AMBIENTAIS, fiscalizações, contratação de ex-agentes públicos, oferecimento de brindes e presentes a agentes públicos etc.;
- xii. Esclarecimentos sobre a existência e a utilização de canais de denúncias e de orientações sobre questões de integridade;
- xiii. Estabelecimento da proibição de retaliação a denunciante de boa-fé e os mecanismos para protegê-los;
- xiv. Dever de treinamento periódico dos empregados a respeito dos objetivos do PROGRAMA DE CONFORMIDADE, o qual poderá ser ministrado pelos empregados da CONCESSIONÁRIA;
- xv. Previsão de medidas disciplinares na hipótese de violação das regras de conformidade e integridade, as quais devem ser proporcionais à violação e ao nível de responsabilidade dos envolvidos;
- xvi. Dever de comprometimento da alta direção da CONCESSIONÁRIA, incluídos Conselhos, na fixação das políticas do PROGRAMA DE CONFORMIDADE;
- xvii. Realização de análise periódica de riscos para realizar adaptações necessárias ao PROGRAMA DE CONFORMIDADE, bem como monitoramento contínuo do PROGRAMA DE CONFORMIDADE, visando ao seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate a condutas ilícitas, fraudes e corrupção;
- xviii. Previsão de controles internos que assegurem a confiabilidade de relatórios e demonstrações, de qualquer tipo, inclusive contábeis;
- xix. Dever do setor responsável pelo PROGRAMA DE CONFORMIDADE de elaborar relatório, com periodicidade mínima anual, contendo o sumário dos resultados das atividades relacionadas à função de conformidade, suas principais conclusões, recomendações e providências tomadas pela administração da CONCESSIONÁRIA;
- xx. Comunicação imediata ao setor responsável pelo PROGRAMA DE CONFORMIDADE quando solicitado por terceiros, ou realizado pela CONCESSIONÁRIA, pagamento de valores por meios não usuais para as circunstâncias do negócio, em especial quando envolver pagamento de

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

valores em espécie, em qualquer moeda, em múltiplas contas, ou em contas em países distintos da operação empresarial do terceiro ou da prestação do serviço;

- xxi. Dever do setor responsável pelo PROGRAMA DE CONFORMIDADE de relatar sistemática e tempestivamente os resultados de suas atividades diretamente ao Conselho de Administração, permitindo sua atuação de forma independente da diretoria da CONCESSIONÁRIA; e
- xxii. Previsão de procedimentos internos visando a garantir a regularidade e probidade na contratação de terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

35.21. O código de ética e de conduta deverá ser escrito de forma clara e concisa, devendo ser de fácil consulta ao público interno e externo, além de conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

- i. Os princípios e os valores adotados pela CONCESSIONÁRIA relacionados a questões de ética e integridade;
- ii. As políticas da CONCESSIONÁRIA para prevenir fraudes e ilícitos, em especial as que regulem o relacionamento entre setor público e privado;
- iii. Previsão de medidas disciplinares para casos de transgressões às normas e às políticas da CONCESSIONÁRIA;
- iv. Vedações expressas da prática das seguintes condutas por parte dos integrantes da CONCESSIONÁRIA;
 - a. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou pessoa equiparada, nacional ou estrangeira, ou a pessoa a ele relacionada;
 - b. oferecer de vantagem indevida;
 - c. praticar qualquer ação ou omissão que possa caracterizar embaraço à ação de autoridades fiscalizadoras;
 - d. receber ou anuir com o recebimento por terceiros de quaisquer valores indevidos para a prática de ato vedado, ou para a omissão na prática de ato exigido, neste CONTRATO ou nos ANEXOS;
 - e. praticar fraudes ou atos lesivos nas relações com o setor público.

35.22. O PROGRAMA DE CONFORMIDADE e os códigos de ética e de conduta deverão ser revistos em periodicidade não superior a 3 (três) anos e, caso necessário, atualizados, para garantir a sua efetividade.

36. DA TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE DA CONCESSIONÁRIA

36.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia anuência da ARSESP para realizar qualquer modificação de sua composição societária que implique TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE acionário direto, nos termos deste CONTRATO e do artigo 27 da Lei Federal nº 8.987/1995, observado, além do regramento abaixo, o conteúdo da Cláusula 45.

- 36.1.1. A anuência prévia exigida na Cláusula 36.1 abrange os atos que impliquem TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE acionário direto da CONCESSIONÁRIA quando o controle indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.
- 36.1.2. Entende-se, para os fins deste CONTRATO, por detentor direto do poder de CONTROLE da

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCESSIONÁRIA, a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob CONTROLE comum, integrante da estrutura acionária direta da CONCESSIONÁRIA, que atenda às condições indicadas nas alíneas do artigo 116 da Lei Federal nº 6.404/1976.

36.2. A hipótese de TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE acionário indireto da CONCESSIONÁRIA não está sujeita a anuência prévia da ARSESP, salvo na hipótese de substituição de empresa componente do controle indireto da CONCESSIONÁRIA que tenha sido responsável pela apresentação de algum dos atestados exigidos no EDITAL para fins de qualificação técnica.

36.2.1. Na hipótese de criação de estrutura societária intermediária entre a ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO e a CONCESSIONÁRIA, será considerada como TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA qualquer alteração do poder de CONTROLE da referida estrutura societária intermediária.

36.3. Para além da hipótese prevista na Cláusula 36.2, não estão sujeitos à anuência prévia da ARSESP os atos de modificação da estrutura acionária da CONCESSIONÁRIA nas hipóteses em que: (a) o BLOCO DE CONTROLE da companhia permaneça com empresas que originalmente detinham participação na CONCESSIONÁRIA, sem a participação de terceiros que, previamente ao ato, não compunham o BLOCO DE CONTROLE da CONCESSIONÁRIA; ou (b) seja alterado o BLOCO DE CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, desde que (i) os novos controladores detivessem, originalmente, participação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) na CONCESSIONÁRIA e (ii) tenham sido concluídos e aprovados pela ARSESP as OBRAS DO SAR-PCJ.

36.4. A TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pela ARSESP quando a transferência não prejudicar, nem tampouco colocar em risco, a execução do CONTRATO.

36.5. Para obter a anuência da ARSESP, nos casos exigidos nesta Cláusula, o pretendente deverá apresentar à ARSESP solicitação de TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE, solicitando anuência à transferência almejada e apresentando, no mínimo, as seguintes informações:

- i. Explicação da operação societária almejada e da estrutura societária proposta para o momento posterior à TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE;
- ii. Documentos relacionados à operação societária almejada, tais como minuta de acordo para implementação da transação, ou caracterização da TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE, minuta de acordo de acionistas, cópia de atas de reunião de sócios ou acionistas da CONCESSIONÁRIA, correspondências, relatórios de auditoria e demonstrações financeiras;
- iii. Justificativa para a realização da mudança de CONTROLE;
- iv. Indicação e qualificação das pessoas que passarão a figurar como CONTROLADORA(S) ou integrar o BLOCO DE CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, apresentando, ainda, a relação dos integrantes da administração da CONCESSIONÁRIA e seus CONTROLADORES;
- v. Demonstração do quadro acionário da CONCESSIONÁRIA após a operação de TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE almejada;
- vi. Demonstração da habilitação das sociedades que passarão a figurar como CONTROLADORAS ou integrarão o BLOCO DE CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, com apresentação de documentos equivalentes aos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que sejam necessárias à continuidade da prestação do SERVIÇO, observadas a compatibilidade dessa exigência com o momento de execução contratual e a proporcionalidade com as obrigações remanescentes da CONCESSIONÁRIA;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- vii. Compromisso expresso daquelas que passarão a figurar como CONTROLADORAS ou integrarão o BLOCO DE CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, indicando que cumprirão integralmente todas as obrigações deste CONTRATO, bem como apoiarão a CONCESSIONÁRIA no que for necessário à plena e integral adimplência das obrigações e ela atribuídas;
- viii. Compromisso de todos os envolvidos de que a operação de TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ficará suspensa até que obtida a aprovação nos órgãos competentes, inclusive o CADE, caso necessário.

36.5.1. Caso, por conta do estágio em que estiver a CONCESSÃO, alguns dos requisitos de capacidade técnica e idoneidade financeira exigidos no EDITAL não sejam mais necessários para a adequada prestação dos serviços, a ARSESP poderá dispensar sua comprovação.

36.6. A TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE para o(s) FINANCIADOR(ES) deverá ser realizada de acordo com o ANEXO 05 – ACORDO TRIPARTITE e observadas as demais disposições pertinentes deste CONTRATO.

36.7. A realização das operações societárias alcançadas por esta Cláusula, sem a obtenção da anuência prévia da ARSESP, importará na aplicação das sanções previstas neste CONTRATO e no ANEXO 06 - PENALIDADES, podendo a ARSESP, adicionalmente à aplicação das penalidades:

- 36.7.1. determinar, quando possível a anuência, que a proponente apresente a documentação pertinente e solucione eventuais pendências, ainda que extemporaneamente;
- 36.7.2. determinar que a CONCESSIONÁRIA retorne estado anterior, mediante atuação da própria CONCESSIONÁRIA, desfazendo a alteração societária ou praticando atos societários que impliquem em retorno do capital acionário à empresa originalmente detentora das ações, ou por ato da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, buscando a anulação da alteração societária, observando-se o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei Federal nº 8.934/1994; e
- 36.7.3. em não sendo possível a superação do vício na alteração da composição acionária da CONCESSIONÁRIA ou de seus controladores, poderá ser decretada a caducidade da concessão, com as consequências previstas neste CONTRATO.

36.8. A transferência do controle da CONCESSIONÁRIA não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores perante a ARSESP e o PODER CONCEDENTE, mantendo-se inalteradas as responsabilidades previstas neste CONTRATO.

37. DA SUBCONTRATAÇÃO

37.1. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços de operação, manutenção e realização dos INVESTIMENTOS necessários no SISTEMA, conforme as disposições deste CONTRATO, dos ANEXOS e da legislação aplicável, além das demais atividades relacionadas às suas obrigações contratuais.

- 37.1.1. A contratação de terceiros não poderá ocorrer em detrimento da qualidade ou segurança dos SERVIÇOS ou resultar na transferência do exercício da posição de CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA permanecer responsável pela gestão da prestação dos SERVIÇOS.
- 37.1.2. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelos SERVIÇOS prestados, mesmo que por terceiros, incluindo, mas não se limitando, para fins de avaliação de desempenho, de

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

danos causados à ARSESP, ao PODER CONCEDENTE, à população ou terceiros, de indenizações, e de sujeição a penalidades decorrentes deste CONTRATO e do ANEXO 06 – PENALIDADES.

37.2. Sempre que solicitado pela ARSESP, a CONCESSIONÁRIA, obrigatoriamente, deverá comprovar a capacidade técnica do terceiro contratado, caso seja efetuada nova subcontratação para execução dos serviços ali descritos.

37.3. Sem prejuízo de outros que venham a ser requeridos pela ARSESP, a CONCESSIONÁRIA deverá informar à ARSESP, a cada 6 (seis) meses, a lista dos contratos firmados com terceiros que envolvam a subcontratação de serviços relacionados às OBRAS DO SAR-PCJ, à prestação dos SERVIÇOS e às RECEITAS ACESSÓRIAS, indicando o nome da empresa contratada, a descrição resumida de seu objeto e o valor do contrato.

37.3.1. A ARSESP poderá, de forma razoável e motivada, requisitar informações adicionais relativas a estes contratos, caso as julgue necessárias à fiscalização da atuação da CONCESSIONÁRIA no âmbito deste CONTRATO.

37.4. O fato de o contrato com terceiros ter sido de conhecimento da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE não poderá ser alegado pela CONCESSIONÁRIA para eximir-se do cumprimento total ou parcial de suas obrigações decorrentes da CONCESSÃO, ou justificar qualquer atraso ou modificação nos custos, nem tampouco alegar eventual responsabilização do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP.

37.5. Os contratos entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelo direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE ou a ARSESP, inclusive em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.

37.6. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do CONTRATO, bem como da contratação de terceiros.

37.7. A CONCESSIONÁRIA, caso tenha se valido, como condição para a celebração do CONTRATO, de atestado em nome de SUBCONTRATADO para a comprovação de capacidade técnico-profissional, de que trata o item 17.5, inciso (v), do EDITAL, deverá contratar o(s) referido(s) SUBCONTRATADO(S) para assumir a responsabilidade técnica pela prestação dos SERVIÇOS.

37.7.1. O SUBCONTRATADO para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional para implantação do SISTEMA deve ter o contrato celebrado como condição para a emissão da ORDEM DE INÍCIO.

37.7.2. O SUBCONTRATADO para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional para operação do SISTEMA deve ter o contrato celebrado com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias do encerramento das OBRAS DO SAR-PCJ.

37.7.3. Para a substituição do(s) SUBCONTRATADO(S) por novo(s) SUBCONTRATADO(S) ou por equipe técnica própria da CONCESSIONÁRIA, a CONCESSIONÁRIA deverá: (i) comprovar a capacidade técnica do(s) novo(s) SUBCONTRATADO(S) ou da sua equipe técnica própria, nos termos da Cláusula 38.2, obtendo a confirmação do PODER CONCEDENTE de que os referidos requisitos de capacidade técnica foram preenchidos; e (ii) apresentar o contrato celebrado com o(s) novo(s) SUBCONTRATADO(S), quando o caso.

37.7.4. O(s) contrato(s) com o(s) SUBCONTRATADO(S) deverá(ão) conter cláusula determinando que, em caso de extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá assumir a posição da CONCESSIONÁRIA no(s) contrato(s) firmado(s).

37.8. É vedada a subconcessão do objeto deste CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

38. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

38.1. Os serviços necessários para a perfeita implantação, operação e manutenção do SISTEMA serão executados sob a responsabilidade técnica dos profissionais capacitados para tanto, incluindo as responsabilidades ética, administrativa e jurídica.

38.2. Para fins de comprovação de responsabilidade técnica dos profissionais, de que trata a Cláusula 38.1, a CONCESSIONÁRIA apresentou, como condição para a celebração do CONTRATO, atestado(s) de capacidade técnico-profissional, emitido(s) em nome de profissional(is) de nível superior a ela vinculada, inclusive através SUBCONTRATADO, emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, ou por órgão de regulação e/ou de fiscalização, comprovando que este(s) já ocupou(aram) cargo(s) executivo(s) sênior(es) equivalente(s) a, no mínimo, Diretor Operacional ou Superintendente Operacional de sociedade empresária responsável pela implantação e operação de sistemas de adução de água, por um período mínimo de 12 (doze) meses consecutivos.

- 38.2.1. É permitida a substituição de responsável técnico, desde que por profissional de qualificação técnica compatível com a atividade, devendo a CONCESSIONÁRIA comunicar ao PODER CONCEDENTE, no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da troca realizada.
- 38.2.2. No caso de comprovação da capacidade técnica por meio de SUBCONTRATADO, deverão ser atendidos os termos e condições da Cláusula 32.7.
- 38.2.3. No caso de comprovação da capacidade técnica por meio de profissional vinculado à CONCESSIONÁRIA, a comprovação do vínculo poderá se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado, contrato de trabalho ou contrato de assistência técnica.
- 38.2.4. Será exigida a presença de responsável técnico que cumpra às exigências previstas na Cláusula 38.1 com relação à implantação de sistema de adução de água até a conclusão das OBRAS DO SAR-PCJ.
- 38.2.5. Será exigida a presença de responsável técnico que cumpra às exigências previstas na Cláusula 38.1 com relação à operação de sistema de adução de água até o termo final da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA.

CAPÍTULO VII – SEGUROS E GARANTIAS

39. REGRAS GERAIS

39.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO e os seguros listados nos PLANOS DE SEGUROS, os quais deverão ser tempestivamente contratados pela CONCESSIONÁRIA como condição para realização das etapas construtivas correspondentes, não poderão conter cláusulas excludentes de responsabilidade, que não as decorrentes de exigência legal ou regulamentar, e deverão indicar a ARSESP e o PODER CONCEDENTE como beneficiários, assegurando a estes a possibilidade de execução dos seguros e das garantias mediante simples comunicação da ARSESP para a seguradora e/ou garantidor, após a conclusão do competente processo administrativo de apuração, em conformidade com a legislação em vigor, na hipótese de sinistro ou de inadimplência da CONCESSIONÁRIA quanto às obrigações contratuais garantidas, especialmente nos casos em que haja atraso, inexecução ou condução inadequada na realização de etapas construtivas, depois de verificados em regular

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

processo administrativo.

- 39.1.1. No âmbito da execução do seguro-garantia, serão observados os termos da apólice, a legislação aplicável e a regulação da SUSEP, incluindo o procedimento de Regulação do Sinistro na forma definida pela Circular SUSEP n.º 662/2021.
- 39.1.2. A Cláusula 39.1 acima não se confunde com a prerrogativa da ARSESP de, nos termos deste CONTRATO, instaurar processo administrativo para acionamento da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

39.2. Para a efetiva contratação ou formalização dos documentos que configuram a estrutura de seguros e garantias para os INVESTIMENTOS a serem realizados, direta ou indiretamente, pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá submeter à ARSESP, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias do início das etapas construtivas correspondentes, toda a documentação que permita à ARSESP anuir, anteriormente ao início das atividades, com a celebração de cada um dos documentos necessários para constituir a estrutura de seguros e garantias indispensáveis ao início de cada um dos INVESTIMENTOS ou operação de serviços e atividades.

39.3. Uma vez aprovados, os seguros e a GARANTIA DE EXECUÇÃO deverão ser contratados e necessariamente renovados e mantidos vigentes, nas condições previamente anuídas pela ARSESP, pelo menos durante todo o período em que a obrigação principal assegurada ou garantida subsistir.

39.4. A eventual inviabilidade ou dificuldade injustificada na execução dos seguros e garantias pela ARSESP, nas hipóteses ensejadoras de execução, poderá acarretar a caducidade da CONCESSÃO, nos termos previstos neste CONTRATO.

40. SEGUROS

40.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, durante todo o PRAZO DA CONCESSÃO, contratar e manter com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, as apólices de seguro necessárias à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, sob pena de caducidade da CONCESSÃO, nos termos da Cláusula 52.

- 40.1.1. O PLANO DE SEGUROS, documento contendo a relação de todos os seguros de contratação obrigatória e dos demais seguros que a CONCESSIONÁRIA pretende, a seu critério, contratar, deverá ser revisado periodicamente, ao menos no âmbito das REVISÕES ORDINÁRIAS, de forma a se compatibilizar com a necessidade de realização de adequações aos INVESTIMENTOS, ou incorporação de novos INVESTIMENTOS ou do INVESTIMENTO CONTINGENTE, que ensejem alteração no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS e observará as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de seguros no Brasil, sendo vedada a imposição de procedimentos adicionais e/ou protelatórios ao pagamento dos valores garantidos.
- 40.1.2. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente cláusula de recomposição automática dos valores segurados, quando do reconhecimento do valor da perda, de forma incondicionada, inclusive para a Seção de Responsabilidades Civil, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada à ARSESP e subscrita pela seguradora.
- 40.1.3. A recomposição automática dos valores segurados de que trata a Cláusula 40.1.2 será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, que deverá contratar e manter as apólices de seguro

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

necessárias à cobertura dos riscos inerentes ao desenvolvimento das obras e prestação de SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO.

- 40.1.4. No caso de inexistência da cobertura e/ou da impossibilidade de recomposição automática e incondicionada dos valores que seriam objeto do seguro e/ou acionamento de cláusula de limite agregado da apólice, conforme apontado no PLANO DE SEGUROS, a ARSESP poderá demandar alternativas para assegurar as obrigações principais assumidas pela CONCESSIONÁRIA, as quais poderão ser estruturadas por meio de instrumento de contrato contendo disposições definidas pela ARSESP ou sugeridas pela CONCESSIONÁRIA e aprovadas pela ARSESP.

40.2. O PLANO DE SEGUROS deve conter a indicação da necessidade de contratação de pelo menos os seguintes seguros, sem a eles se limitar, indicando o prazo estimado para sua contratação, os riscos que serão mitigados pelas respectivas apólices, bem como os limites máximos das indenizações em caso de ocorrência dos sinistros:

- 40.2.1. Seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais cobrindo perda, destruição ou dano em todos ou em qualquer dos BENS DA CONCESSÃO, devendo tal seguro cobrir aquilo que se inclui, normalmente, de acordo com padrões internacionais para empreendimentos desta natureza, nas seguintes modalidades:

- i. danos patrimoniais;
- ii. tumultos, vandalismos, atos dolosos;
- iii. incêndio, raio e explosão de qualquer natureza;
- iv. danos a equipamentos eletrônicos (baixa voltagem);
- v. roubo e furto qualificado (exceto valores);
- vi. danos elétricos;
- vii. vendaval, fumaça;
- viii. danos causados a objetos de vidros;
- ix. acidentes de qualquer natureza;
- x. alagamento, inundação;

- 40.2.2. Seguro de responsabilidade civil:

- i. danos causados a terceiros;
- ii. cobertura adicional para responsabilidade cruzada;
- iii. acidentes de qualquer natureza envolvendo terceiros;
- iv. acidentes de trabalho para os empregados envolvidos, conforme legislação em vigor; e
- v. danos decorrentes de poluição súbita.

- 40.2.3. Seguro de riscos de engenharia do tipo “todos os riscos” que deverão estar vigentes durante todo o período de execução das obras envolvendo a cobertura de quaisquer investimentos, custos e/ou despesas pertinentes às obras civis e à infraestrutura (construção, instalações e montagem, englobando todos os testes de aceitação), bem como:

- i. cobertura básica de riscos de engenharia;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- ii. erros de projetos;
- iii. risco do fabricante;
- iv. despesas extraordinárias;
- v. despesas de desentulho;
- vi. alagamento, inundação;
- vii. período de testes e danos externos causados aos equipamentos utilizados nas obras.

40.3. As coberturas de seguro previstas nesta Cláusula deverão incluir cobertura de danos causados por evento de força maior ou caso fortuito sempre que forem seguráveis.

40.4. Todos os seguros contratados para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.

40.5. Nenhum SERVIÇO ou INVESTIMENTO poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA comprove a contratação dos seguros indicados no PLANO DE SEGUROS, mediante apresentação da apólice, prova de pagamento do prêmio e Certidão de Regularidade Operacional.

- 40.5.1. Conforme o regramento estabelecido neste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à ARSESP, para anuência prévia, as apólices que deverão ser contratadas, para que esta verifique a adequabilidade das coberturas e proceda à análise quanto ao atendimento de todas as condições estabelecidas nesse CONTRATO, para se certificar de que os riscos serão devidamente mitigados e cobertos.

40.6. A ARSESP e o PODER CONCEDENTE deverão figurar como cossegurados/beneficiários, conforme o caso, de todas as apólices de seguros contratadas pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da inclusão dos beneficiários diretos das apólices de seguro, inclusive, os FINANCIADORES, devendo a ARSESP autorizar previamente qualquer modificação, cancelamento, suspensão ou substituição de qualquer seguro contratado pela CONCESSIONÁRIA, para os fins deste CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA se comprometer em manter as mesmas condições previamente autorizadas pela ARSESP, sob pena de caducidade da CONCESSÃO, nos termos desse CONTRATO.

- 40.6.1. As apólices de seguros deverão prever, ainda, a indenização direta à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE nos casos em que sejam responsabilizados em decorrência de sinistro.

40.7. Os valores cobertos pelos seguros indicados no PLANO DE SEGUROS deverão ser suficientes para reposição ou correção dos danos causados em caso de sinistro, à CONCESSIONÁRIA, à ARSESP ou a terceiros.

40.8. As franquias contratadas deverão ser aquelas praticadas pelo mercado segurador brasileiro em negócios desta natureza.

40.9. Na contratação de seguros, a CONCESSIONÁRIA ainda deverá observar o seguinte:

- 40.9.1. Todas as apólices de seguro deverão ter vigência mínima de 12 (doze) meses, à exceção de eventuais obras e/ou serviços de engenharia que tenham prazo de execução menor do que 12 (doze) meses;
- 40.9.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer à ARSESP, até 30 (trinta) dias antes das datas dos respectivos vencimentos, certificados emitidos pela(s) seguradora(s), confirmando que as apólices dos seguros previstos neste CONTRATO foram renovadas, ou que novas apólices foram contratadas, ou, caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela respectiva seguradora

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo com as coberturas e franquias solicitadas por ela, aguardando apenas a autorização da SUSEP para emissão da nova apólice;

- 40.9.3. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da efetiva ocorrência, à CONCESSIONÁRIA e à ARSESP, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquia ou redução de importâncias seguradas, observadas as situações previstas em lei;
- 40.9.4. A CONCESSIONÁRIA é responsável pelo pagamento integral dos prêmios e da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios, já exigíveis de acordo com as condições de pagamento pactuadas, se encontram pagos;
- 40.9.5. Eventuais diferenças entre os valores contratados e as indenizações de sinistros pagas não ensejarão direito a reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e nem elidirão a obrigação da CONCESSIONÁRIA de manter o SERVIÇO adequado;
- 40.9.6. As diferenças mencionadas na Cláusula 40.9.5 também não poderão ser motivo para a não realização de qualquer INVESTIMENTO objeto deste CONTRATO, inclusive o INVESTIMENTO CONTINGENTE e INVESTIMENTOS adicionais que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices; e
- 40.9.7. Ocorrendo a hipótese de sinistros não cobertos pelos seguros contratados, a CONCESSIONÁRIA responderá isoladamente pelos danos e prejuízos que eventualmente causar ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP e/ou a terceiros, correndo às suas expensas, exclusivamente, as indenizações resultantes de tais danos e prejuízos;
- 40.10. A CONCESSIONÁRIA poderá alterar coberturas e franquias, bem como quaisquer condições das apólices contratadas, para adequá-las conforme o desenvolvimento das atividades objeto da CONCESSÃO, sendo necessária, contudo, a prévia aprovação da ARSESP.
- 40.11. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos da CONCESSIONÁRIA.
- 40.12. A seguradora deverá renunciar a todos os direitos de regresso contra o PODER CONCEDENTE e a ARSESP, ainda que cabíveis.
- 40.13. A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissão decorrente da realização dos seguros contratados, inclusive para fins dos riscos assumidos.
- 40.14. No caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE ou a ARSESP, independentemente de sua faculdade de decretar intervenção ou caducidade da CONCESSÃO nos termos deste CONTRATO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE ou a ARSESP, conforme o caso, em 5 (cinco)

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

dias úteis a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação pro rata temporis da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo ressarcimento, sem prejuízo da utilização da GARANTIA DE EXECUÇÃO, para reembolsar os custos com a contratação do referido seguro, bem como da incidência das demais penalidades aplicáveis.

41. GARANTIAS PRESTADAS PELA CONCESSIONÁRIA

41.1. O cumprimento cabal e tempestivo das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA junto à ARSESP e ao PODER CONCEDENTE será garantido nos termos, montantes e condições dispostos nesta Cláusula por meio de GARANTIA DE EXECUÇÃO.

41.2. A CONCESSIONÁRIA prestou, como condição à assinatura deste CONTRATO e deverá manter, em favor da ARSESP e do PODER CONCEDENTE, ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, GARANTIA DE EXECUÇÃO, abrangendo o cumprimento das funções operacionais e de conservação, das funções de ampliação e de pagamento de quaisquer valores devidos à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE.

41.2.1. Os valores mínimos que deverão ser observados para a GARANTIA DE EXECUÇÃO contratada pela CONCESSIONÁRIA corresponderão, durante toda a vigência do CONTRATO, a R\$ 93.945.000,00 (noventa e três milhões e novecentos e quarenta e cinco mil reais) na DATA-BASE, devendo ser tal valor anualmente reajustado considerando-se a variação do IPCA/IBGE no período.

41.2.2. Os montantes indicados na Cláusula 41.2.1 deverão ser atualizados pelo IPCA/IBGE, a partir da DATA-BASE.

41.3. As REVISÕES ORDINÁRIAS e as REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS poderão ensejar a revisão do valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO, para o fim de cobertura dos novos INVESTIMENTOS ou da incorporação do INVESTIMENTO CONTINGENTE.

41.4. O descumprimento das condições estabelecidas nesta Cláusula, ou a não aprovação pela ARSESP da garantia ofertada em substituição, caracterizará a inadimplência da CONCESSIONÁRIA.

41.5. A GARANTIA DE EXECUÇÃO se destina à indenização, ressarcimento de custos e despesas incorridas pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE, face ao eventual inadimplemento das obrigações assumidas pela CONCESSIONÁRIA, devendo ser executada também para pagamento de multas que forem aplicadas à CONCESSIONÁRIA, caso não sejam pagas espontaneamente, ou para pagamento de outros valores por ela devidos à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE, que não forem devidamente adimplidos pela CONCESSIONÁRIA.

41.5.1. A CONCESSIONÁRIA, ainda que tenha sido executada na totalidade a GARANTIA DE EXECUÇÃO, permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento do objeto deste CONTRATO, assim como pelas demais obrigações a ele inerentes, incluindo pagamentos de multas, indenizações e demais penalidades a ela eventualmente aplicadas, que não tenham sido satisfeitas com a execução total ou parcial da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

41.5.2. Não sendo a GARANTIA DE EXECUÇÃO suficiente para cumprir com as obrigações previstas na Cláusula 41.5, responderá a CONCESSIONÁRIA pela diferença.

41.6. Os documentos que efetivamente formalizam a GARANTIA DE EXECUÇÃO deverão ser previamente aprovados pela ARSESP, nos termos deste CONTRATO, assim como quaisquer alterações, substituições, renovações que eventualmente sejam necessárias, devendo a CONCESSIONÁRIA, em qualquer caso, ficar

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

responsável pelos riscos relacionados à não contratação ou à contratação inadequada ou insuficiente da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

41.7. A GARANTIA DE EXECUÇÃO poderá ser ofertada e/ou substituída, mediante prévia e expressa anuência da ARSESP, em uma das seguintes modalidades, nos termos do artigo 96, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 41.7.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 41.7.2. Seguro-garantia;
- 41.7.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
- 41.7.4. Título de capitalização; ou
- 41.7.5. Combinação de duas ou mais das modalidades acima.

41.8. A GARANTIA DE EXECUÇÃO ofertada não poderá conter quaisquer ressalvas que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam suscitar dúvidas quanto à sua exequibilidade, observadas as regulamentações dos órgãos federais de normatização e fiscalização de Seguros no Brasil, se ofertada na modalidade de seguro garantia.

- 41.8.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se apresentada na modalidade de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá conter disposição expressa, pela seguradora e/ou instituição financeira, de que conhece e aceita os termos do CONTRATO.

41.9. As despesas referentes à prestação da GARANTIA DE EXECUÇÃO serão exclusivamente de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

41.10. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA garantir a manutenção e suficiência da GARANTIA DE EXECUÇÃO prestada neste CONTRATO, assim como a responsabilidade por arcar com todos os custos decorrentes de sua contratação.

41.11. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se prestada em moeda corrente nacional, deverá ser depositada em conta corrente de titularidade da ARSESP, a ser indicada a partir de solicitação da CONCESSIONÁRIA, apresentando-se o comprovante de depósito, ou em cheque administrativo de INSTITUIÇÃO FINANCEIRA nacional.

41.12. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se prestada por Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional, deverá ser prestada pelo valor nominal dos títulos, não podendo estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória.

- 41.12.1. Os títulos ofertados deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, com cotação de mercado e acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e ao valor.
- 41.12.2. Somente serão aceitos os seguintes títulos:
 - i. Letras do Tesouro Nacional (LTN);
 - ii. Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFT);
 - iii. Notas do Tesouro Nacional Série B Principal (NTN-B Principal);
 - iv. Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B);

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- v. Notas do Tesouro Nacional Série C (NTN-C);
- vi. Notas do Tesouro Nacional Série F (NTN-F).

41.13. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se apresentada na modalidade de seguro-garantia, será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Licenciamentos e Certidão de Apontamentos expedidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

41.13.1. Quando a modalidade for seguro-garantia, a apólice deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil e deverá estar acompanhada da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época da apresentação, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

41.13.2. A apólice deverá estar de acordo com a Circular SUSEP nº 662/2022, ou outra norma que venha a alterá-la substituí-la, e poderá excluir apenas os riscos elencados a seguir:

- i. riscos anteriores à data de início de vigência expressa na apólice ou originários de outras modalidades de seguro-garantia;
- ii. riscos que estiverem ou que devam estar cobertos por outras apólices de seguro, de outros ramos ou modalidades, emitidas ou não;
- iii. alteração das obrigações contratuais garantidas pela apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador sem a prévia comunicação e expressa anuência da seguradora, desde que tal alteração resulte em agravamento do risco, e, concomitantemente, tenha relação com a ocorrência do sinistro ou resulte de má-fé do segurado;
- iv. atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, ou seus administradores e representantes legais, no âmbito do CONTRATO;
- v. não cumprimento integral, pelo segurado, de obrigações previstas na apólice que reflitam obrigações previstas em lei;
- vi. declarações inexatas ou omissão de má-fé, por parte do segurado, de circunstâncias que configurem agravamento de risco ou que possam influenciar na aceitação do seguro, nos termos do art. 769 do Código Civil;
- vii. agravamento intencional do risco pelo segurado, nos termos do art. 768 do Código Civil.
- viii. casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;
- ix. quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades aplicadas em função da violação de normas anticorrupção dolosamente perpetradas pelo segurado e/ou seus representantes; e
- x. obrigações trabalhistas e previdenciárias, salvo se expressamente contratada respectiva cobertura adicional;

41.13.3. Das condições especiais ou das condições particulares da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 41.540.14 e 41.20 deste CONTRATO, ou, excepcionalmente, vir acompanhada de declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 41.540.14 e 41.20 deste CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 41.13.4. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, quando na modalidade seguro-garantia, deverá abranger (i) todos os fatos ocorridos durante a sua vigência, ainda que o sinistro seja comunicado pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA DE EXECUÇÃO, devendo abranger as hipóteses de cobertura previstas na Circular SUSEP nº 662/2022, ou outra que venha alterá-la ou substituí-la, e (ii) as hipóteses de responsabilização da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros.
- 41.13.5. Para as hipóteses do item ii da Cláusula 41.13.4 acima, caso devidamente justificadas e demonstradas, serão admitidas, excepcionalmente, alterações na abrangência da garantia para atendimento a exigências legais ou regulamentares.
- 41.13.6. Os seguros constantes da Cláusula 40 deverão ser acionados com prioridade pela CONCESSIONÁRIA para reparar os sinistros diretamente cobertos pelo PLANO DE SEGUROS, sendo certo que a GARANTIA DE EXECUÇÃO não será acionada diretamente para satisfazer os danos de tais eventos.
- 41.14. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se apresentada na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por INSTITUIÇÃO FINANCEIRA devidamente constituída e autorizada a operar no Brasil, devendo ser apresentada na sua forma original, estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento, renunciar ao benefício de ordem e ter seu valor expresso em reais.
- 41.14.1. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, se prestada via fiança bancária, deverá ter vigência mínima de 01 (um) ano a contar da contratação, sendo de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA realizar as renovações e atualizações necessárias, devendo comunicar à ARSESP toda renovação e atualização realizada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.
- 41.15. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARSESP documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA DE EXECUÇÃO, com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência do término do prazo de sua vigência.
- 41.16. A GARANTIA DE EXECUÇÃO deverá permanecer plenamente vigente até a celebração do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, podendo ser executada nos termos deste CONTRATO, e somente será liberada após a comprovação de que a CONCESSIONÁRIA adimpliu todo e qualquer valor devido à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE, já líquido e exigível.
- 41.17. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, prestada em qualquer das modalidades previstas na Cláusula 41.7, não poderá conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela CONCESSIONÁRIA, relativamente ao previsto neste CONTRATO, nem conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida, que não as ressalvas ou cláusulas excludentes decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 41.18. Sempre que a GARANTIA DE EXECUÇÃO for executada, total ou parcialmente, a CONCESSIONÁRIA ficará obrigada à recomposição de seu valor integral, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da notificação pela ARSESP, sob pena de aplicação de penalidade.
- 41.19. A renovação, em tempo hábil para garantir sua continuidade, bem como a reposição e o reajuste periódico da GARANTIA DE EXECUÇÃO, deverão ser executados pela CONCESSIONÁRIA, independentemente de prévia notificação da ARSESP.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 41.19.1. Não ocorrendo a reposição, no prazo determinado na Cláusula 41.18, a ARSESP reterá créditos existentes da CONCESSIONÁRIA, no mesmo valor da reposição, até que se restabeleça o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO, não sendo cabível a correção monetária dos créditos retidos, quando oportunamente liberados à CONCESSIONÁRIA, após a reposição da GARANTIA DE EXECUÇÃO, sem prejuízo da aplicação de penalidade à CONCESSIONÁRIA.
- 41.19.2. Persistindo a omissão da CONCESSIONÁRIA em restabelecer o valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO, poderá ser decretada a caducidade do CONTRATO.
- 41.20. Não obstante outras hipóteses previstas neste CONTRATO ou na legislação, a GARANTIA DE EXECUÇÃO poderá ser executada, total ou parcialmente, pelo PODER CONCEDENTE e/ou pela ARSESP, após apuração em regular processo administrativo, nas seguintes circunstâncias:
- 41.20.1. Para adimplemento de valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, não satisfeitos espontaneamente, em razão da inexecução de qualquer INVESTIMENTO previsto neste CONTRATO ou eventuais aditivos assinados por ambas as PARTES, ou de execução de maneira inadequada, em desconformidade com as especificações e prazos estabelecidos, de forma não justificada, recusando-se ou deixando de corrigir as falhas apontadas pela ARSESP, na forma estabelecida neste CONTRATO;
- 41.20.2. Para adimplemento de valores não satisfeitos espontaneamente decorrentes de multas, indenizações ou demais penalidades que lhe sejam aplicadas, na forma deste CONTRATO e nos prazos estabelecidos, referentes às funções de ampliação, operacionais e de conservação;
- 41.20.3. Para adimplemento de valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, não satisfeitos espontaneamente, em razão de descumprimento de suas obrigações contratuais, ou da ausência das providências necessárias para o atingimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO, recusando-se ou deixando de corrigir as falhas apontadas pela ARSESP, na forma estabelecida neste CONTRATO;
- 41.20.4. Para adimplemento do ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO devido pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP e à SP ÁGUAS, não satisfeitos espontaneamente;
- 41.20.5. Para adimplemento de valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, não satisfeitos espontaneamente, nas hipóteses de reversão de bens, se os BENS REVERSÍVEIS não forem entregues à ARSESP, ou a terceiro por ela indicado, em plena funcionalidade técnica e operacional, considerando-se também as especificações deste CONTRATO, inclusive na hipótese de deixar de corrigir as falhas apontadas pela ARSESP, na forma estabelecida neste CONTRATO;
- 41.20.6. Para o ressarcimento de custos e despesas incorridas pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE para colocar o SISTEMA nas condições exigidas pela extinção do CONTRATO;
- 41.20.7. Para adimplemento de valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, inclusive a título de penalidades, não satisfeitos espontaneamente, se a CONCESSIONÁRIA deixar de contratar seguro exigido ou se recusar a fazê-lo, nos termos deste CONTRATO;
- 41.20.8. Para ressarcimento dos valores despendidos se o PODER CONCEDENTE e/ou a ARSESP for(em) responsabilizado(s), indevidamente, por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros;

41.21. Observado o disposto na Cláusula 41.20, acima, ainda que o ressarcimento ou adimplemento devidos pela CONCESSIONÁRIA estejam afetos à esfera ambiental, responsabilidade civil, fiscal, trabalhista, ou penalidade regulatória, será possível o acionamento da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

41.21.1. Na hipótese abordada na Cláusula 41.21, a GARANTIA DE EXECUÇÃO cobrirá a inadimplência contratual da CONCESSIONÁRIA quanto a tais eventos, e não os sinistros diretamente verificados em tais áreas.

41.21.2. Não serão aceitas cláusulas que limitem ou excluam o acionamento da GARANTIA DE EXECUÇÃO para os fins a que ela se destina, observado o disposto na Cláusula 41.13.2.

41.22. Se a GARANTIA DE EXECUÇÃO vigente for na modalidade de seguro-garantia, a ARSESP e o PODER CONCEDENTE poderão, a seu critério, levar ao conhecimento da seguradora a abertura de processo administrativo sancionatório.

41.22.1. Sem prejuízo do disposto acima, o processo administrativo sancionatório ou para cobrança dos ressarcimentos e inadimplementos devidos pela CONCESSIONÁRIA seguirá o rito previsto neste CONTRATO e será conduzido exclusivamente pela ARSESP, incluindo a quantificação das multas e dos prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA, enquanto o processo de execução do sinistro será conduzido exclusivamente pela seguradora, nos termos do procedimento previsto na apólice.

42. FINANCIAMENTO E GARANTIAS AOS FINANCIADORES

A. Do Financiamento

42.1. A CONCESSIONÁRIA é a única e exclusiva responsável pela obtenção dos financiamentos necessários ao normal desenvolvimento dos SERVIÇOS e à plena execução do objeto deste CONTRATO, de modo a cumprir, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste CONTRATO.

42.1.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) contrato(s) de financiamento, ou qualquer atraso no desembolso dos recursos, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste CONTRATO, cujos termos deverão ser de pleno conhecimento dos FINANCIADORES.

42.2. A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP os contratos de financiamento sempre que celebrados, em prazo não superior a 10 (dez) dias de sua assinatura.

42.3. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão, após prévia anuência da ARSESP, outorgar aos FINANCIADORES, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual, pela CONCESSIONÁRIA, dos referidos contratos de financiamento ou deste CONTRATO, observado o disposto no artigo 27-A da Lei Federal nº 8.987/95 e o artigo 5º, §2º, I, da Lei Federal nº 11.079/2004.

42.3.1. Observado o disposto no ACORDO TRIPARTITE, caso assinado, a autorização da ARSESP para a assunção da CONCESSÃO será outorgada mediante a comprovação, por parte do(s) FINANCIADOR(ES), de que atende(m) aos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal aplicáveis.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

B. Do Acordo Tripartite

42.4. Aos FINANCIADORES, representados por si próprios ou por agente fiduciário, constituído com poderes bastantes para desempenhar todas as finalidades contratadas, será facultada a celebração do ACORDO TRIPARTITE, em que figurarão como PARTES também o PODER CONCEDENTE, a ARSESP e a CONCESSIONÁRIA, o qual será regido pelas regras estabelecidas no ANEXO 05 – ACORDO TRIPARTITE.

42.4.1. O regramento estabelecido na minuta que figura como ANEXO 05 – ACORDO TRIPARTITE ao presente CONTRATO será referencial e, se necessário, desde que previamente à sua assinatura, poderá ser adequado para estabelecer procedimento e formalidades mais compatíveis com a lógica e a dinâmica pertinente à relação de financiamento estabelecida entre a CONCESSIONÁRIA e seus FINANCIADORES e GARANTIDORES, mediante prévia anuência do PODER CONCEDENTE e da ARSESP, conforme previsto no ANEXO 05 – ACORDO TRIPARTITE.

42.5. Na eventualidade de o ACORDO TRIPARTITE não ser celebrado, será assegurado aos FINANCIADORES o direito de exercer as prerrogativas previstas no art. 27-A da Lei Federal nº 8.987/95.

C. Do dever de informação aos Financiadores e ao Agente Fiduciário

42.6. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver, instalar e manter, ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO, sistema digital específico para gerenciamento das informações, dados e documentos relacionados às (i) notificações emitidas e penalidades aplicadas pela ARSESP, (ii) resultados dos INDICADORES DE DESEMPENHO; (iii) pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro instaurados; e (iv) saldo de desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO DE CONCESSÃO apurado pela ARSESP por meio de decisão administrativa; bem como respectivos procedimentos ou processos administrativos instaurados sobre referidos temas..

42.6.1. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a alimentação tempestiva do sistema de que trata o caput desta Cláusula com as informações, os dados e documentos relacionados aos procedimentos, autuações e processos administrativos que venham a ser instaurados pela ARTESP, no desempenho de suas atividades de fiscalização, para fins de aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, nos termos do ANEXO 06 – PENALIDADES.

42.6.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá adotar as providências necessárias para assegurar que as informações, dados e documentos disponibilizados no sistema de que trata essa Cláusula reflitam o estágio mais atual dos procedimentos, autuações e processos administrativos de penalização que sejam instaurados pela ARSESP em face da CONCESSIONÁRIA, devendo, para tanto, alimentar o sistema para retratar o andamento de todos os atos e etapas, além de atualizá-lo, pelo menos, a cada ato que seja emanado pela ARTESP, em prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua publicação.

42.6.2. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer as credenciais de login/senha para representantes da ARSESP e do PODER CONCEDENTE, permitindo o acesso às informações e aos documentos, bem como a eventual realização de auditorias, caso seja necessário.

42.6.3. A CONCESSIONÁRIA também deverá fornecer, mediante solicitação nesse sentido, as credenciais de login/senha para representantes dos FINANCIADORES e GARANTIDORES, e, caso a faculdade de celebração do ACORDO TRIPARTITE seja exercida pelos FINANCIADORES, para o agente fiduciário, caso aplicável, de forma a viabilizar o acompanhamento pari passu do andamento dos procedimentos, autuações e processos administrativos de aplicação das penalidades.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 42.6.4. As obrigações de informação aqui estabelecidas não excluem outras que venham a ser previstas no ACORDO TRIPARTITE, caso venha a ser celebrado, que serão exigíveis adicionalmente às previstas neste CONTRATO.
- 42.6.5. As informações constantes da Cláusula 42.6 deverão ser fornecidas aos FINANCIADORES, GARANTIDORES e ao BANCO DEPOSITÁRIO, conforme aplicável, independentemente da celebração do ACORDO TRIPARTITE, quando solicitadas.

D. Das garantias constituídas com base nos direitos emergentes da Concessão Administrativa

42.7. A CONCESSIONÁRIA poderá prestar garantias decorrentes deste CONTRATO aos seus FINANCIADORES, nos termos permitidos pela legislação, desde que a operação de financiamento esteja diretamente relacionada com este CONTRATO, não comprometa a continuidade e a adequação na prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.

- 42.7.1. A CONCESSIONÁRIA poderá oferecer os direitos creditórios detidos perante o PODER CONCEDENTE e a ARSESP em garantia dos financiamentos, operações de crédito, captação de recursos no mercado, operações de dívida ou similares, mediante cessão, inclusive fiduciária, usufruto ou penhor ou alienação fiduciária de ações, títulos, valores mobiliários e seus respectivos rendimentos, relacionados à SPE, desde que a operação de financiamento esteja diretamente relacionada com este CONTRATO:
- 42.7.2. As garantias previstas na Cláusula 42.7.1, e observadas as disposições do ACORDO TRIPARTITE, caso venha a ser assinado, poderão ser prestadas em contratos que tenham natureza acessória ou complementar aos contratos de financiamento, quando destinados a assegurar a financiabilidade da própria CONCESSÃO ou a mitigar riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA, a exemplo de contratos destinados à concessão de garantias reais ou fidejussórias, à captação de recursos financeiros em mercado, à obtenção de seguros ou à proteção da CONCESSIONÁRIA contra a variação de preço de um ativo (hedge).
- 42.7.3. Consideram-se direitos emergentes do CONTRATO todos e quaisquer direitos, receitas e recebíveis da CONCESSÃO, incluindo a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e as RECEITAS ACESSÓRIAS.

42.8. Eventuais pagamentos devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA a título de indenizações e compensações poderão ser pagos diretamente aos FINANCIADORES, observados os termos previstos nos instrumentos de garantia celebrados no âmbito do financiamento e/ou no ACORDO TRIPARTITE, caso venha a ser celebrado.

- 42.8.1. No caso de realização de pagamentos diretos pelo PODER CONCEDENTE aos FINANCIADORES, tais pagamentos operarão quitação das obrigações do PODER CONCEDENTE perante a CONCESSIONÁRIA, pelo montante efetivamente desembolsado aos FINANCIADORES.

42.9. Caso materializada a hipótese do item 6.5 do EDITAL, o(s) FINANCIADOR(ES), por si próprios ou por meio de seu(s) agente(s) fiduciário(s), poderão integrar a relação contratual estabelecida entre o PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA e o BANCO DEPOSITÁRIO, na condição de partes.

- 42.9.1. Caso o(s) FINANCIADOR(ES), por si próprios ou por meio de seu(s) agente(s) fiduciário(s), se utilize(m) dessa faculdade, as partes celebrarão termo de adesão, podendo também celebrar aditivo ao instrumento de administração de contas, a fim de adequar o referido instrumento às normas, políticas e aprovações internas do(s) FINANCIADOR(ES), contanto que tais alterações não

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

impliquem prejuízos aos direitos, às garantias e às faculdades outorgadas ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP por meio do presente CONTRATO e seus ANEXOS.

CAPÍTULO VIII – FISCALIZAÇÃO

43. DO ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO

43.1. A CONCESSIONÁRIA pagará à ARSESP e à SP ÁGUAS o ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO correspondente a 0,5% (meio por cento) da receita bruta da CONCESSIONÁRIA no exercício anterior, dividido igualmente entre a ARSESP e a SP ÁGUAS, em 12 (doze) parcelas de igual valor.

43.1.1. O valor devido a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO será pago até o 10º (décimo) dia de cada mês, diretamente pela CONCESSIONÁRIA.

43.1.2. Inobservados o prazo estipulado na Cláusula 43.1.1, será aplicada, a título de correção monetária e juros de mora, a variação pro rata temporis da taxa SELIC, a partir da consolidação do débito e até a data do efetivo pagamento à CONCESSIONÁRIA.

44. DA FISCALIZAÇÃO EXERCIDA PELA ARSESP E PELA SP ÁGUAS

44.1. A ARSESP exercerá ampla, completa e irrestrita fiscalização do cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de suas obrigações previstas neste CONTRATO, bem como da atuação da CONCESSIONÁRIA, tendo garantido livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais afetos à CONCESSÃO, aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA e à CONCESSÃO, a registros e documentos relacionados aos SERVIÇOS, aos dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos da CONCESSIONÁRIA, podendo solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidades com as obrigações previstas no CONTRATO, em especial quanto à conduta da CONCESSIONÁRIA em relação ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e dos parâmetros de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS.

44.1.1. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar, tempestivamente, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.

44.1.2. A fiscalização realizada pela ARSESP não exclui a competência de outros órgãos e entidades públicas, federais, estaduais e municipais, dentro dos seus respectivos âmbitos de atuação, nos termos da legislação em vigor.

44.2. A SP ÁGUAS exercerá fiscalização do cumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, das obrigações previstas em normativos regulatórios, no âmbito de suas atribuições legais, assim como no cumprimento de obrigações previstas pelo CONTRATO, nos casos em que houver atribuição expressa de competência fiscalizatória da SP ÁGUAS, notadamente na Cláusula 25.3.8 e seguintes.

44.2.1. A fiscalização da SP ÁGUAS poderá subsidiar TERMO DE FISCALIZAÇÃO a ser emitido pela ARSESP, caso o descumprimento regulatório incorra em descumprimento contratual.

44.2.2. A apuração e verificação de descumprimento de normas regulatórias pela SP ÁGUAS ocorrerá na forma prevista em normativo próprio, sem prejuízo da aplicação de penalidades previstas no presente CONTRATO pela ARSESP, nos casos que haja descumprimento contratual.

44.2.3. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar, tempestivamente, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados pela SP ÁGUAS.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

44.2.4. A fiscalização realizada pela SP ÁGUAS não exclui a competência de outros órgãos e entidades públicas, federais, estaduais e municipais, inclusive a ARSESP, dentro dos seus respectivos âmbitos de atuação, nos termos da legislação em vigor.

44.3. A fiscalização da ARSESP ou da SP ÁGUAS anotarà, em termo próprio de registro, as ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas na prestação dos SERVIÇOS e na CONCESSIONÁRIA, ficando a ARSESP responsável por emitir o TERMO DE FISCALIZAÇÃO à CONCESSIONÁRIA para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos neste CONTRATO, especialmente para fins de comunicação ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, para que tais apontamentos sejam considerados na mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.

44.3.1. O processo administrativo sancionatório a ser conduzido pela ARSESP seguirá o rito da Lei Estadual nº 10.177/98, ou outra que venha a alterá-la ou substituí-la.

44.3.2. A regularização das faltas apontadas no TERMO DE FISCALIZAÇÃO não afasta o descumprimento ocorrido e, conseqüentemente, a aplicação da correspondente penalidade.

44.3.3. O processo administrativo conduzido no âmbito do CONTRATO não prejudica eventuais processos administrativos a serem conduzidos pela SP ÁGUAS no âmbito de sua competência regulatória.

44.4. As determinações pertinentes aos SERVIÇOS em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções e/ou descumprimento de normativos setoriais, que vierem a ser emitidas no âmbito da fiscalização, serão imediatamente aplicáveis e vincularão a CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais consequências contratuais previstas e das disposições sobre solução de controvérsias estabelecidas neste CONTRATO.

44.5. No exercício da fiscalização, a ARSESP poderá:

44.5.1. Acompanhar a execução das obras e dos INVESTIMENTOS;

44.5.2. Acompanhar a prestação dos SERVIÇOS, bem como supervisionar a conservação dos BENS REVERSÍVEIS;

44.5.3. Proceder a vistorias para verificação da adequação das instalações e dos equipamentos utilizados pela CONCESSIONÁRIA, determinando, de forma motivada e nos termos deste CONTRATO, as necessárias correções, reparos, remoções ou substituições, às expensas da CONCESSIONÁRIA;

44.5.4. Propor, ao PODER CONCEDENTE, a intervenção na prestação dos SERVIÇOS, quando necessário, de modo a assegurar sua regularidade e o fiel cumprimento deste CONTRATO e das normas legais pertinentes;

44.5.5. Exigir, de forma justificada, a substituição imediata de qualquer empregado que negligencie ou tenha comportamento inadequado durante a execução do objeto do CONTRATO;

44.5.6. Averiguar o andamento ou solução de eventos específicos, a qualquer horário e em qualquer circunstância;

44.5.7. Determinar, de forma justificada, que sejam refeitas atividades e obrigações objeto deste CONTRATO, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não tiverem sido satisfatórias; e

44.5.8. Aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO.

44.6. A ARSESP e a SP ÁGUAS também poderão acompanhar o VERIFICADOR INDEPENDENTE na apuração do

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA.

- 44.6.1. A ARSESP e a SP ÁGUAS poderão acompanhar a prestação dos SERVIÇOS e solicitar esclarecimentos ou sugerir modificações caso entenda haver desconformidade com as obrigações previstas no CONTRATO ou em normativos setoriais, em especial quanto ao cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO e parâmetros de qualidade estabelecidos, hipótese em que tais sugestões serão avaliadas pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE para sua implementação.
- 44.6.2. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, de forma fundamentada, não concordar com as sugestões feitas pela ARSESP e SP ÁGUAS quanto aos INDICADORES DE DESEMPENHO, a controvérsia poderá ser dirimida por meio dos mecanismos de solução de divergências estabelecidos neste CONTRATO e no ANEXO 09 – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS, nos termos previstos no CONTRATO.
- 44.7. Sem prejuízo da incidência de qualquer tipo de penalidade, dos impactos sobre os INDICADORES DE DESEMPENHO e da lavratura do TERMO DE FISCALIZAÇÃO, a CONCESSIONÁRIA está obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo estipulado pela ARSESP ou SP ÁGUAS, os SERVIÇOS pertinentes à CONCESSÃO em que se verifiquem vícios, defeitos e/ou incorreções, além do descumprimento de normativos setoriais.
- 44.7.1. A ARSESP e a SP ÁGUAS poderão exigir que a CONCESSIONÁRIA apresente plano de ação visando a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer serviço prestado de maneira viciada, defeituosa, incorreta e/ou que infrinja normativos setoriais, relacionado com o objeto deste CONTRATO, em prazo a ser estabelecido.
- 44.7.2. Em caso de omissão por parte da CONCESSIONÁRIA no cumprimento das determinações da ARSESP ou SP ÁGUAS, a esta será facultado proceder à correção da situação, para remediar os vícios, defeitos e/ou incorreções identificados, ou realizar as obrigações de INVESTIMENTO não adimplidas, diretamente ou por intermédio de terceiro, inclusive valendo-se da GARANTIA DE EXECUÇÃO, ou de compensação com valores devidos à CONCESSIONÁRIA pelo PODER CONCEDENTE, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA.
- 44.8. Para o adequado exercício da fiscalização e acompanhamento contratual pela ARSESP e SP ÁGUAS, sem prejuízo de qualquer outra obrigação de prestação de informações estabelecida neste CONTRATO, na legislação ou na regulação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:
- 44.8.1. Dar conhecimento à ARSESP e SP ÁGUAS, em até 24 (vinte e quatro) horas caso outro prazo não seja previsto no CONTRATO ou em regulação, de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas neste CONTRATO e/ou que possa constituir causa de intervenção na CONCESSIONÁRIA, de declaração de caducidade da CONCESSÃO ou de rescisão contratual, ou que possa configurar hipótese de vencimento antecipado de financiamento contratado;
- 44.8.1.1. A comunicação de que trata a Cláusula 44.8.1 deverá ser apresentada por escrito, na forma de relatório detalhado sobre tal situação, e no prazo mínimo necessário de antecedência para evitar o comprometimento da CONCESSÃO, incluindo, se for o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superá-la ou saná-la.
- 44.8.2. Encaminhar à ARSESP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do envio ou recebimento, cópia de quaisquer comunicações enviadas a, ou recebidas de FINANCIADORES, a respeito de eventos materialmente relevantes aos SERVIÇOS ou aos financiamentos contratados pela

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCESSIONÁRIA;

- 44.8.3. Apresentar à ARSESP, até 31 de agosto de cada ano, relatório auditado de sua situação contábil, incluindo, dentre outros documentos, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultados, correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho do respectivo ano;
 - 44.8.4. Apresentar à ARSESP, respeitado o disposto na Cláusula 35.3, até 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei Federal nº 6.404/76 e da Lei Federal nº 11.638/07, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, incluindo, dentre outros documentos, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados, a Demonstração de Resultados do Exercício, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, as notas explicativas do Balanço Patrimonial, parecer e Papéis de Trabalho dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal da CONCESSIONÁRIA, se existente, e ainda, caso a CONCESSIONÁRIA seja Companhia Aberta, a Demonstração de Valor Adicionado;
 - 44.8.5. Apresentar à ARSESP, juntamente com os documentos exigidos na Cláusula 35.3, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, as projeções financeiras atualizadas dos SERVIÇOS, entendidas como o conjunto de projeções de todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre encerrado e os resultados projetados até o fim do PRAZO DA CONCESSÃO;
 - 44.8.6. Publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e as normas técnicas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
 - 44.8.7. Apresentar à ARSESP, em até 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento de cada trimestre civil, as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável;
 - 44.8.8. Apresentar, no prazo estabelecido pela ARSESP ou SP ÁGUAS, outras informações adicionais ou complementares, que estes venham a formalmente solicitar;
 - 44.8.9. Atender a todas as determinações da ARSESP e SP ÁGUAS, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.
- 44.9. As demonstrações financeiras referidas na Cláusula 44.8 deverão ser submetidas a empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM, observado o disposto na Cláusula 35.3.1.
- 44.10. A ARSESP e SP ÁGUAS, durante a fiscalização das atividades desempenhadas pela CONCESSIONÁRIA, contará com o apoio do CERTIFICADOR INDEPENDENTE e do VERIFICADOR INDEPENDENTE, nos limites de suas atribuições, conforme definido neste CONTRATO e no ANEXO 07 – DIRETRIZES PARA CONTRATAÇÃO DE VERIFICADOR INDEPENDENTE E CERTIFICADOR INDEPENDENTE.
- 44.10.1. Caso o CERTIFICADOR INDEPENDENTE ou o VERIFICADOR INDEPENDENTE apurem o cometimento de infração por parte da CONCESSIONÁRIA, deverão notificar a ARSESP e SP ÁGUAS, para que esta lavre o correspondente TERMO DE FISCALIZAÇÃO, conforme estipulado nesta Cláusula.

45. DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU DE COMUNICAÇÃO À ARSESP E AO PODER

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCEDENTE

A. Hipóteses que demandam anuência prévia da ARSESP e/ou do Poder Concedente

45.1. Dependem de prévia anuência da ARSESP, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicáveis, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas no ANEXO 06 – PENALIDADES, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO:

- 45.1.1. Alteração do estatuto social da CONCESSIONÁRIA, salvo em caso de modificações de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, ou que promovam o aumento ou redução de seu capital social nos termos autorizados por este CONTRATO, as quais deverão ser objeto de simples comunicação posterior à ARSESP, nos termos da Cláusula 45.9.3;
- 45.1.2. Fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique transferência de CONTROLE da CONCESSIONÁRIA, nas situações previstas na Cláusula 36, exceto nas hipóteses previstas no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado;
- 45.1.3. Na hipótese de o ACORDO TRIPARTITE não ter sido celebrado ou, quando celebrado, nos casos por ele não compreendidos, e desde que possam, em conjunto ou isoladamente, caracterizar modificação do CONTROLE acionário direto, nas situações previstas na Cláusula 36, os seguintes atos:
 - 45.1.3.1. Celebração de acordo de acionistas;
 - 45.1.3.2. Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
 - 45.1.3.3. Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.
- 45.1.4. Alienação do CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA ou sua transferência, operacionalizada pelos FINANCIADORES e/ou GARANTIDORES, para fins de reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA, exceto nas hipóteses previstas no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado;
- 45.1.5. Redução do capital social da CONCESSIONÁRIA, abaixo do mínimo exigido neste CONTRATO;
- 45.1.6. Criação de subsidiárias, inclusive para exploração de atividades que gerem receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados;
- 45.1.7. Contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou na GARANTIA DE EXECUÇÃO contratada pela CONCESSIONÁRIA, mesmo quando a contratação for decorrente do quanto estabelecido em sede do procedimento das REVISÕES ORDINÁRIAS, exceto quando se tratar de ato já previsto no PLANO DE SEGUROS;
- 45.1.8. Contratação de financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, toda e qualquer operação de dívida contratada pela CONCESSIONÁRIA, que tenha, em qualquer dos casos, oferta em garantia dos direitos emergentes da CONCESSÃO ou de ações da CONCESSIONÁRIA;
- 45.1.9. Concessão de empréstimos e financiamentos aos acionistas da CONCESSIONÁRIA, PARTES RELACIONADAS ou a terceiros;
- 45.1.10. Prestação de fiança, aval ou qualquer outra forma de garantia pela CONCESSIONÁRIA em favor de seus acionistas, PARTES RELACIONADAS ou de terceiros; e
- 45.1.11. Excussão de garantia que implique TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE.

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

45.2. Dependem de anuência prévia do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais disposições deste CONTRATO e seus ANEXOS:

45.2.1. Alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS REVERSÍVEIS, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, salvo nas hipóteses dispensadas na forma deste CONTRATO.

45.3. O pedido de anuência prévia deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA com antecedência suficiente para permitir a devida análise e manifestação da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, conforme o caso, em tempo hábil e razoável, não superior ao prazo estabelecido na 45.5, considerando o cuidado com o não comprometimento da(s) operação(ões) intentada(s) pela CONCESSIONÁRIA que dependa(m) de autorização prévia.

45.4. O pedido de anuência prévia a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser acompanhado da documentação pertinente para caracterização e explicação da operação pretendida, bem como de outros documentos que venham a ser eventualmente exigidos pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARSESP, conforme o caso, especialmente aqueles que sejam necessários à comprovação de não comprometimento da continuidade e da qualidade na prestação dos SERVIÇOS.

45.4.1. Caso o pedido de anuência prévia tenha como escopo alguma operação que impacte os BENS REVERSÍVEIS, deverá ser apresentado o compromisso da CONCESSIONÁRIA em realizar, se for o caso, a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior, salvo se houver expressa anuência do PODER CONCEDENTE para a sua não realização.

45.4.2. Quando o pedido de anuência prévia disser respeito à exploração de atividades que gerem RECEITAS ACESSÓRIAS, a documentação deverá ser acompanhada da indicação da fonte e dos valores estimados da RECEITA ACESSÓRIA, por ano ou pelo ato, quando este for pontual.

45.4.3. Para todos os atos indicados nesse CONTRATO como dependentes de anuência prévia da ARSESP ou do PODER CONCEDENTE, observar-se-á o disposto na Cláusula 45.5.

45.5. A ARSESP ou o PODER CONCEDENTE, conforme o caso, terá 90 (noventa) dias contados do recebimento do pedido de anuência prévia apresentado pela CONCESSIONÁRIA para apresentar resposta escrita ao pedido, podendo conceder a anuência, rejeitar o pedido ou formular exigências para concedê-la.

45.5.1. No prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento, a ARSESP, ainda que a matéria se sujeite à anuência do PODER CONCEDENTE, verificará se o pleito de anuência prévia elaborado pela CONCESSIONÁRIA contém todas as informações necessárias para a anuência.

45.5.2. Neste prazo, a ARSESP notificará a CONCESSIONÁRIA sobre a inadmissibilidade do pleito de anuência elaborado se identificar falta de informações necessárias para avaliação, em comunicação motivada.

45.5.3. Caso receba notificação informando a inadmissibilidade, a CONCESSIONÁRIA deverá reapresentar o pleito de anuência no prazo de 5 (cinco) dias, que passará por nova etapa de admissibilidade, nos termos da Cláusula 45.5.1.

45.5.4. A verificação da admissibilidade inicial do pedido não impede a solicitação de novos documentos ou informações que se façam necessários para fins da devida análise do pleito.

45.5.5. A ARSESP e/ou o PODER CONCEDENTE poderão conceder a anuência, rejeitar o pedido ou formular exigências para concedê-la, conferindo prazo compatível para o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

45.6. Na hipótese prevista na Cláusula 45.1.8, o prazo previsto na Cláusula 45.5 será de 60 (sessenta) dias, seguindo o mesmo regramento constante da Cláusula 45.5, considerando o prazo de 15 (quinze) dias para admissibilidade e 45 (quarenta e cinco) dias para avaliação.

45.7. Caso a ARSESP rejeite o pedido ou exija complementações, deverá fazê-lo de maneira fundamentada.

45.8. A ARSESP poderá, por meio de justificativa fundamentada a ser comunicada à CONCESSIONÁRIA, prorrogar os prazos de análise indicados nas Cláusulas 45.5 e 45.6 caso entenda necessário, não ensejando reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA.

B. Operações e situações que devem ser comunicadas à ARSESP

45.9. Dependem de comunicação à ARSESP, em até 15 (quinze) dias depois de consumados, os seguintes atos e operações eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções descritas neste CONTRATO e no ANEXO 06 – PENALIDADES:

- 45.9.1. Alterações na composição acionária direta da CONCESSIONÁRIA que não impliquem a TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA, mas que impliquem transferência de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações com direito a voto na CONCESSIONÁRIA, ou de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto na CONCESSIONÁRIA detidas por um único acionista;
- 45.9.2. Alterações nos acordos de voto aplicáveis às CONTROLADORAS que não impliquem a transferência de CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA;
- 45.9.3. Alteração do estatuto social da CONCESSIONÁRIA, de natureza eminentemente formal e/ou procedimental, ou aumento e/ou redução de seu capital social;
- 45.9.4. Aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, por qualquer órgão ou entidade que tenha competência para tanto, especialmente em caso de inadimplência em relação a obrigações tributárias, previdenciárias, de segurança e medicina do trabalho, ou aplicadas por qualquer órgão com competência para regular e fiscalizar as atividades da CONCESSIONÁRIA, ou, ainda, de caráter ambiental;
- 45.9.5. Requerimento, por parte da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros, de recuperação judicial da CONCESSIONÁRIA, ou de abertura de qualquer outro processo concursal ou de liquidação da CONCESSIONÁRIA;
- 45.9.6. Contratação de financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, ou qualquer outra operação de dívida, contratação de seguros e garantias, que não se enquadrem nas hipóteses das Cláusulas 45.1.7 e 45.1.8;
- 45.9.7. Substituição do responsável técnico da CONCESSIONÁRIA; e
- 45.9.8. SUBCONTRATAÇÃO de SERVIÇOS, devendo, nesse caso, também comunicar ao PODER CONCEDENTE.

45.10. Caso a CONCESSIONÁRIA solicite à ARSESP e/ou ao PODER CONCEDENTE, conforme o caso, anuência prévia para atos que não requeiram anuência prévia, nos termos do CONTRATO, poderá a ARSESP e/ou o PODER CONCEDENTE responder o pedido da CONCESSIONÁRIA informando que se trata de operação que dispensa anuência prévia.

45.11. A ARSESP e o PODER CONCEDENTE, conforme o caso, poderão, observados os limites legais, dispensar previamente, mediante comunicado por escrito, a anuência prévia para casos determinados, desde que cumpridos os requisitos estabelecidos nesta comunicação, subsistindo, nesse caso, o dever de comunicação por parte da

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

CONCESSIONÁRIA.

46. DAS PENALIDADES

46.1. As penalidades aplicáveis no âmbito deste CONTRATO, bem como sua gradação, deverão seguir o regramento estabelecido nesta Cláusula e no ANEXO 06 – PENALIDADES, e sua imposição será efetivada mediante processo administrativo sancionatório, que obedecerá ao rito estabelecido na Lei Estadual nº 10.177/98, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.

46.2. A aplicação das penalidades não se confunde com a aferição dos INDICADORES DE DESEMPENHO e suas consequências.

46.3. O não cumprimento das disposições deste CONTRATO, de seus ANEXOS e do EDITAL, bem como da legislação e/ou regulamentação aplicáveis, configura infração contratual e ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal eventualmente cabíveis, a aplicação das seguintes penalidades contratuais:

- 46.3.1. Advertência;
- 46.3.2. Multa pecuniária;
- 46.3.3. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública direta ou indireta do Estado de São Paulo, por prazo não superior a 3 (três) anos; e
- 46.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

46.4. As penalidades previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato.

CAPÍTULO IX – INTERVENÇÃO

47. INTERVENÇÃO

47.1. A ARSESP poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a qualquer tempo, recomendar a intervenção na CONCESSÃO ao Governador do Estado, para assegurar a regularidade e adequação das obras, a continuidade e adequação da prestação dos SERVIÇOS e/ou o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do artigo 32 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/1995. Dentre as situações que autorizam a intervenção, incluem-se:

- 47.1.1. Cessação ou interrupção, total ou parcial, da execu  o de obra ou da presta  o de SERVIÇOS, por culpa da CONCESSIONÁRIA, em descumprimento aos termos da legisla  o ou regula  o aplicáveis ou deste CONTRATO;
- 47.1.2. Deficiências graves na organiza  o da CONCESSIONÁRIA e no desenvolvimento das atividades objeto deste CONTRATO que comprometam o devido cumprimento das obrigações assumidas no âmbito da CONCESSÃO;
- 47.1.3. Situações nas quais a opera  o do SISTEMA pela CONCESSIONÁRIA ofereça riscos    continuidade da adequada presta  o dos serviços contratados;
- 47.1.4. Situações que ponham em risco o meio ambiente, a segurança de pessoas ou bens, o erário ou a

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

saúde pública;

- 47.1.5. Graves e/ou reiterados descumprimentos das obrigações deste CONTRATO;
- 47.1.6. Não apresentação ou renovação das apólices de seguro necessárias ao pleno e regular desenvolvimento contratual;
- 47.1.7. Atribuição à CONCESSIONÁRIA de IQS inferior a 0,75, mesmo sem comprometimento da situação financeira da CONCESSIONÁRIA, por pelo menos 3 (três) trimestres consecutivos ou 6 (seis) trimestres não consecutivos no período de 2 (dois) anos; e
- 47.1.8. Utilização da infraestrutura da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA, para fins ilícitos.

47.2. A decisão do PODER CONCEDENTE de realizar a intervenção na CONCESSÃO, quando presente uma das situações previstas na Cláusula 47.1, envolve um juízo de conveniência e oportunidade do PODER CONCEDENTE, podendo o PODER CONCEDENTE, em face das peculiaridades da situação, decidir pela aplicação, inclusive de maneira cumulativa, quando admitido, de outras medidas previstas no CONTRATO que, ao seu juízo, melhor atendam ao interesse público, a exemplo da aplicação de penalidades ou da decretação da caducidade da CONCESSÃO, quando admissíveis.

47.3. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a intervenção na CONCESSÃO, a ARSESP deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades incidentes e das disposições contidas no ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado.

- 47.3.1. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério da ARSESP, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, esta poderá propor a decretação da intervenção ao Governador do Estado de São Paulo, que poderá decretá-la, observados os ritos legais.

47.4. A intervenção na CONCESSÃO far-se-á por ato motivado do Governador do Estado de São Paulo, devidamente publicado no DOE/SP, indicando, no mínimo, os motivos da intervenção, a designação do interventor, o prazo, os objetivos e os limites da intervenção.

47.5. A intervenção implica, automaticamente, a transferência compulsória e temporária para o Interventor da administração da CONCESSIONÁRIA.

- 47.5.1. A função do interventor poderá ser exercida por agente dos quadros do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP, pessoa especificamente nomeada, colegiado ou empresas, assumindo a CONCESSIONÁRIA os custos da remuneração.

47.6. Decretada a intervenção, a ARSESP, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo para apuração das respectivas responsabilidades e comprovação das causas ensejadoras da intervenção, assegurando à CONCESSIONÁRIA o direito ao devido processo legal, especialmente, o direito à ampla defesa e ao contraditório.

- 47.6.1. O procedimento administrativo acima referido deverá se encerrar no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de invalidação da intervenção.

47.7. Durante a intervenção, a CONCESSIONÁRIA se obriga a disponibilizar, imediatamente, ao interventor, o SISTEMA, os BENS REVERSÍVEIS, a gestão das contas bancárias da CONCESSIONÁRIA, e tudo que for necessário à plena prestação dos serviços objeto do CONTRATO, ficando o interventor obrigado a observar as restrições às movimentações de conta que eventualmente constem dos contratos de financiamento firmados pela CONCESSIONÁRIA.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

47.8. No período de intervenção, a CONCESSIONÁRIA não fará jus aos valores devidos a título de CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL EFETIVA e à arrecadação das RECEITAS ACESSÓRIAS, que ficarão à disposição do interventor, que deverá empregá-los, observadas as obrigações constantes dos contratos de financiamento e demais contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, para cobertura dos encargos necessários para o normal desenvolvimento das atividades correspondentes ao SERVIÇO, bem como do pagamento dos encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e eventuais valores necessários ao ressarcimento dos custos de administração.

47.9. Eventuais custos adicionais decorrentes da intervenção caberão à CONCESSIONÁRIA, sendo que o PODER CONCEDENTE ou a ARSESP poderão utilizar a GARANTIA DE EXECUÇÃO para obtenção dos recursos faltantes para cobrir as despesas necessárias à continuidade do SERVIÇO em regime de intervenção.

47.9.1. Caso a GARANTIA DE EXECUÇÃO não seja suficiente, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir o PODER CONCEDENTE ou a ARSESP nos prazos fixados.

47.10. Cessada a intervenção, caso não extinta a CONCESSÃO, a administração do SERVIÇO voltará a ser de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, bem como o controle financeiro da CONCESSÃO, sendo-lhe transferido eventual excedente dos valores auferidos ao longo do período de intervenção, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão, retornando à CONCESSIONÁRIA a posse dos bens que tenham sido assumidos pelo interventor, e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal prestação.

47.11. A intervenção não é causa de cessação ou suspensão de qualquer obrigação da CONCESSIONÁRIA perante terceiros, inclusive FINANCIADORES ou GARANTIDORES.

47.12. Se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para a decretação da intervenção, será declarada sua nulidade, devendo o serviço retornar imediatamente à CONCESSIONÁRIA, adotando-se as medidas previstas na Cláusula 47.10, sem prejuízo da prestação de contas por parte do interventor e da indenização eventualmente cabível.

47.13. O PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.

CAPÍTULO X – EXTINÇÃO DO CONTRATO

48. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

48.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- i. Advento do termo final do PRAZO DA CONCESSÃO;
- ii. Encampação;
- iii. Caducidade;
- iv. Rescisão;
- v. Anulação decorrente de vício ou irregularidade não passível de convalidação constatada no procedimento ou no ato de sua outorga;
- vi. Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA, ou recuperação judicial, neste último caso, que prejudique a execução do CONTRATO;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- vii. Caso fortuito e força maior, caso torne inviável a continuidade da CONCESSÃO, nos termos deste Capítulo; e
- viii. Configuração de qualquer das hipóteses de extinção antecipada elencadas na Cláusula 6.7 deste Contrato.

48.2. No caso de extinção da CONCESSÃO, a ARSESP ou o PODER CONCEDENTE poderão, a depender do evento motivador da extinção do CONTRATO e conforme previsões deste Capítulo:

- 48.2.1. Assumir, direta ou indiretamente, a prestação dos SERVIÇOS, no local e no estado em que se encontrarem;
- 48.2.2. Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e valer-se de pessoal empregado na prestação dos SERVIÇOS, necessários à sua continuidade;
- 48.2.3. Aplicar as penalidades cabíveis;
- 48.2.4. Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO e seguros, quando pertinente, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de eventuais prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA; e
- 48.2.5. Observar as disposições constantes do ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado, no que toca aos direitos dos FINANCIADORES na hipótese de extinção da CONCESSÃO.

48.3. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata das atividades objeto do presente CONTRATO e dos BENS REVERSÍVEIS pelo PODER CONCEDENTE, revertendo-se os bens e direitos pertinentes, nos termos da Cláusula 57.

- 48.3.1. Na hipótese prevista na Cláusula 48.3, o PODER CONCEDENTE ou a SUCESSORA poderão manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, observada a legislação vigente.

48.4. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do objeto do CONTRATO, atribuindo à SUCESSORA o ônus do pagamento da indenização decorrente da extinção do CONTRATO, seja diretamente aos FINANCIADORES da antiga CONCESSIONÁRIA, ou diretamente a esta, conforme o caso.

- 48.4.1. O disposto na Cláusula 48.4 não afasta ou prejudica o direito da CONCESSIONÁRIA de adotar medidas de cobrança, a partir do momento em que se tornar exigível a indenização, e até que ocorra o seu pagamento.
- 48.4.2. O disposto na Cláusula 48.4 se aplica, inclusive, à hipótese de encampação, podendo-se atribuir o pagamento da indenização prévia prevista na Cláusula 51.1 à SUCESSORA, a qual assumirá os serviços apenas após o desembolso dos recursos devidos, nos termos da legislação aplicável.

48.5. Durante a vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá autorizar o ingresso na área da CONCESSÃO, pelo PODER CONCEDENTE, pela ARSESP ou terceiros, para realização de estudos ou visitas técnicas que visem à promoção ou prosseguimento de processos licitatórios, observadas, se pertinentes, regras ou procedimentos estabelecidos pela CONCESSIONÁRIA para mitigar quaisquer impactos que tais ingressos possam causar às atividades desenvolvidas na área da CONCESSÃO.

48.6. Finalizado o processo administrativo que levar à materialização de alguma das hipóteses de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter imediatamente o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO à apreciação e aprovação da ARSESP, nos termos da Cláusula 58.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

49. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

49.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do PRAZO DA CONCESSÃO, findando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO e de obrigações pós contratuais atribuídas à CONCESSIONÁRIA, ao PODER CONCEDENTE e à ARSESP.

49.2. Verificando-se o advento do termo final contratual, sem prejuízo de eventual sub-rogação da SUCESSORA nos contratos em curso, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer relações contratuais de que seja parte celebradas com terceiros, não assumindo o PODER CONCEDENTE ou a ARSESP qualquer responsabilidade ou ônus em relação a tais contratações.

49.2.1. O PODER CONCEDENTE e a ARSESP não assumirão, salvo na hipótese do exercício da prerrogativa de sub-rogar-se em contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA, qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.

49.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar as medidas necessárias à facilitação das tratativas entre o PODER CONCEDENTE, a ARSESP ou a SUCESSORA e os terceiros por ela contratados visando a garantir a possibilidade de exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 49.2.1.

49.3. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA cooperar com o PODER CONCEDENTE e com a ARSESP para que não haja qualquer interrupção na prestação dos serviços ou deterioração dos BENS REVERSÍVEIS, com o advento do termo contratual e consequente extinção deste CONTRATO, devendo, por exemplo, cooperar na capacitação, para assunção do SERVIÇO, de servidores do PODER CONCEDENTE, ou outro ente da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA por este indicado, ou de eventual SUCESSORA, colaborando na transição e no que for necessário à continuidade da exploração e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, resguardadas as situações de sigilo empresarial devidamente justificadas e com a concordância da ARSESP.

49.4. Três anos antes da data de término do PRAZO DA CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA submeterá à apreciação e aprovação da ARSESP o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO, nos termos da Cláusula 58.

49.5. Na última REVISÃO ORDINÁRIA que anteceder o término do PRAZO DA CONCESSÃO, as PARTES e a ARSESP deverão antever eventuais INVESTIMENTOS necessários à desmobilização, sendo certo que tais INVESTIMENTOS deverão ser amortizados até o advento do termo final do PRAZO DA CONCESSÃO, conforme Cláusula 57.

49.6. Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a INVESTIMENTOS em BENS REVERSÍVEIS, conforme estabelecido na Cláusula 57, inclusive quanto a INVESTIMENTOS incorporados à CONCESSÃO nas REVISÕES ORDINÁRIAS ou nas REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS, os quais, salvo previsão expressa em sentido contrário em aditivo contratual, deverão ser amortizados dentro do PRAZO DA CONCESSÃO.

49.6.1. Para efeitos da Cláusula 49.6, em havendo previsão expressa em sentido contrário em aditivo contratual, referidos INVESTIMENTOS deverão ser objeto de indenização nos termos abaixo.

50. REGRAMENTO GERAL DE INDENIZAÇÃO

50.1. Nas hipóteses de extinção antecipada deste CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização, nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 8.987/1995, das parcelas dos INVESTIMENTOS realizados e vinculados a

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizadas ou depreciadas, e deverá considerar, para fins de cálculo da indenização, as seguintes premissas metodológicas:

- 50.1.1. O método de amortização utilizado no cálculo será o da linha reta (amortização constante), considerando, em termos percentuais, a data do reconhecimento do BEM REVERSÍVEL e o menor prazo entre (i) o termo final do CONTRATO, ou (ii) a vida útil do respectivo BEM REVERSÍVEL;
- 50.1.2. Poderão ser considerados eventuais valores contabilizados a título de juros e outras despesas financeiras capitalizáveis, observado o limite da taxa SELIC vigente à época do investimento.
- 50.1.3. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de despesas pré- operacionais capitalizáveis, quando incorridos previamente à assinatura do CONTRATO;
- 50.1.4. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de margem de construção;
- 50.1.5. Não serão considerados valores contabilizados em função de adiantamento a fornecedores, por serviços ainda não realizados;
- 50.1.6. Não serão considerados eventuais ágios de aquisição;
- 50.1.7. Somente serão considerados os custos e despesas que tenham sido reconhecidos contabilmente pela própria CONCESSIONÁRIA, não sendo considerados eventuais custos e despesas reconhecidos por acionistas ou PARTES RELACIONADAS da CONCESSIONÁRIA, ainda que em benefício das atividades desenvolvidas no SERVIÇO DELEGADO;
- 50.1.8. Não serão considerados eventuais valores contabilizados a título de ÔNUS DE FISCALIZAÇÃO;
- 50.1.9. Não serão considerados eventuais tributos recuperados ou ainda recuperáveis pela CONCESSIONÁRIA;
- 50.1.10. Custos contabilizados com bens de propriedade de terceiros somente poderão ser considerados se forem qualificáveis como BENS REVERSÍVEIS nos termos deste CONTRATO, e desde que seja assegurada pela CONCESSIONÁRIA a transferência da titularidade destes bens ao PODER CONCEDENTE, livres e desembaraçados de qualquer ônus ou gravame;
- 50.1.11. O valor das parcelas dos INVESTIMENTOS vinculados a BENS REVERSÍVEIS ainda não amortizados ou depreciados será apurado a partir dos ativos intangível e/ou financeiro da CONCESSIONÁRIA, observadas as exclusões dispostas nesta Cláusula 50.1, e tendo como termo final a data da notificação da extinção do CONTRATO à CONCESSIONÁRIA, considerando as regras contábeis, notadamente a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), pronunciamentos e orientações relacionadas e, ainda, respectivas revisões, todos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, devidamente atualizado conforme o IPCA/IBGE do ano contratual do reconhecimento do INVESTIMENTO até o ano contratual do pagamento da indenização;
- 50.1.12. Os custos contabilizados, de acordo com a sistemática da Cláusula 50.1.11, terão como limite máximo:
 - 50.1.12.1. para os INVESTIMENTOS previstos originariamente no CONTRATO, os valores indicados no EVTE, devidamente atualizados conforme o IPCA/IBGE da DATA-BASE original do CONTRATO até o ano contratual do pagamento da indenização;
 - 50.1.12.2. os valores calculados para INVESTIMENTOS adicionais, previstos em aditivo

PROCESSO Nº [.]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [.] /2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

contratual, devidamente atualizados conforme o IPCA/IBGE do ano contratual de referência do preço até o ano contratual do pagamento da indenização; e

50.1.12.3. para demais INVESTIMENTOS em BENS REVERSÍVEIS realizados, quando não houver previsão de INVESTIMENTO similar no EVTE, os valores a serem aprovados pela ARSESP, pela aplicação da metodologia prevista na Cláusula 29.4.2, considerando valores estimáveis à época da realização dos correspondentes INVESTIMENTOS, com as condições de mercado para INVESTIMENTOS de natureza, características, qualidade e especificações técnicas equivalentes aos empregados pela CONCESSIONÁRIA, devidamente atualizados conforme o IPCA/IBGE do ano contratual da data base do valor destes INVESTIMENTOS até o ano contratual do pagamento da indenização.

50.1.13. Se materializada a hipótese do item 6.5 do EDITAL, serão considerados os valores contabilizados pelo recebimento dos RECURSOS VINCULADOS, ainda não amortizados ou depreciados, desde que efetivamente desembolsados pela CONCESSIONÁRIA.

50.1.13.1. Não serão considerados os valores previstos na Cláusula 50.1.13 para as hipóteses de extinção previstas na Cláusula 52 (caducidade), na Cláusula 53."C" (relicitação), na Cláusula 54.5.2 (anulação por fatos imputáveis à CONCESSIONÁRIA) e na Cláusula 55 (falência e extinção da CONCESSIONÁRIA).

50.1.14. O mês final utilizado para aplicação das taxas de depreciação ou amortização utilizadas nos cálculos dos valores dos INVESTIMENTOS não depreciados ou amortizados será o mês de extinção antecipada do CONTRATO.

50.1.15. O valor da indenização, calculado na forma da Cláusula 50.1, não poderá superar o montante que seria devido para os casos de encampação, nos termos da Cláusula 51.

50.2. Os BENS REVERSÍVEIS que tenham sido incorporados ao ativo da CONCESSIONÁRIA por meio de doação ou mediante indenização do PODER CONCEDENTE não comporão o montante indenizável.

50.3. Eventuais custos com a reparação e/ou reconstrução dos BENS REVERSÍVEIS entregues em situação distinta daquela estabelecida neste CONTRATO e seus ANEXOS, aplicando-se, no que couber, às entregas parciais de obras em execução à época da extinção do CONTRATO, serão descontados do montante indenizável.

50.4. O cálculo da indenização realizado na forma estabelecida nesta Cláusula e nas subsequentes, e seu efetivo pagamento em âmbito administrativo, quando aceito pela CONCESSIONÁRIA, corresponderá à quitação completa, geral e irrestrita quanto ao devido pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da extinção da CONCESSÃO, não podendo a CONCESSIONÁRIA exigir, administrativa ou judicialmente, a qualquer título, outras indenizações, inclusive, por lucros cessantes e danos emergentes.

50.4.1. Se os valores de indenização, calculados de acordo com o previsto nesta Cláusula 50 e nas subsequentes, estiverem sujeitos à incidência tributária no momento de seu pagamento, o valor a ser pago deverá ser elevado de modo a assegurar o recebimento, pela CONCESSIONÁRIA, de valor líquido de tributos equivalente ao montante calculado para a indenização, ressalvando-se os valores previstos na Cláusula 51.2.4, cuja eventual incidência tributária deverá ser suportada pela CONCESSIONÁRIA.

50.5. Ao valor da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, calculado a partir da metodologia prevista neste Capítulo, será acrescido ou subtraído o valor relativo ao saldo de desequilíbrios econômico-financeiros, a favor,

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

respectivamente, da CONCESSIONÁRIA ou do PODER CONCEDENTE, que já sejam líquidos e exigíveis após o encerramento do processo administrativo, em decisão da qual não mais caiba recurso em âmbito administrativo, bem como aqueles decorrentes de processo administrativo tiver sido instaurado e estiver em andamento.

50.6. Da indenização devida à CONCESSIONÁRIA, considerado o disposto na Cláusula 50.5, e exceto na hipótese de caducidade, serão descontados, sempre na ordem abaixo e independentemente de anuência da CONCESSIONÁRIA:

- 50.6.1. Os valores eventualmente recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejaram a extinção da CONCESSÃO;
- 50.6.2. O saldo devido aos FINANCIADORES relativo a financiamentos que tenham como escopo principal a captação de recursos para INVESTIMENTOS vinculados a BENS REVERSÍVEIS, acrescido dos juros contratuais pactuados nos respectivos instrumentos contratuais.
 - 50.6.2.1. O valor descrito na Cláusula 50.6.2 será pago pelo PODER CONCEDENTE diretamente aos FINANCIADORES, conforme eventuais garantias ofertadas pela CONCESSIONÁRIA no contrato de financiamento.
- 50.6.3. O valor das multas aplicadas à CONCESSIONÁRIA no âmbito da execução do CONTRATO, em razão de procedimentos transitados em julgado e/ou procedimentos sancionatórios já concluídos, em decisão da qual não caiba mais recurso administrativo; e
- 50.6.4. O valor dos danos materiais comprovadamente causados pela CONCESSIONÁRIA à ARSESP ou ao PODER CONCEDENTE, reconhecidos em decisão não mais sujeita a recurso administrativo.
 - 50.6.4.1. O valor de penalidades cabíveis em razão de infrações em tese praticadas pela CONCESSIONÁRIA, ou de eventuais desequilíbrios econômico-financeiros estimados em favor do PODER CONCEDENTE, em ambos os casos, cujo processo administrativo tiver sido instaurado e estiver em andamento, quando da apuração dos valores de indenização, será retido do valor da indenização até o encerramento do processo administrativo com decisão da qual não caiba mais recurso, sendo este valor atualizado pelo IPCA/IBGE, e pago à CONCESSIONÁRIA no caso de decisão a ela favorável ao final do processo administrativo.
 - 50.6.4.2. Na hipótese de caducidade, as Cláusulas 50.6.3 e 50.6.4 terão prioridade na ordem de descontos, em relação à Cláusula 50.6.2.

50.7. O PODER CONCEDENTE poderá optar, até o limite do valor calculado para a indenização, e após os descontos realizados em atenção à ordem de priorização estabelecida nas Cláusulas 50.6 e 50.6.4.2 por adimplir a parcela da indenização correspondente à Cláusula 50.6.2 mediante sub-rogação, total ou parcial, por si ou por SUCESSORA, dos contratos celebrados pela CONCESSIONÁRIA com FINANCIADORES ou demais credores, desde que com a anuência destes.

50.8. Ao valor da indenização devida em razão da extinção da CONCESSÃO será aplicada, a título de correção monetária e juros de mora, a variação pro rata temporis da taxa SELIC, a partir da consolidação do débito e até a data do efetivo pagamento pelo PODER CONCEDENTE, não sendo acrescidos a este valor quaisquer outros encargos, de natureza moratória ou remuneratória, ainda que venha a ser objeto de disputa em instâncias contratuais ou jurisdicionais

50.9. O regramento geral de indenizações previsto na Cláusula 50.1 não é aplicável à hipótese descrita na Cláusula 51, que seguirá a metodologia nela descrita.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

50.9.1. Para a hipótese descrita na Cláusula 50.9 é aplicável o descrito nas Cláusulas 50.2 a 50.8.

51. ENCAMPAÇÃO

51.1. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, durante a vigência do CONTRATO, promover a sua retomada, por motivo de interesse público devidamente justificado, mediante lei autorizativa específica e prévio pagamento de indenização, nos termos previstos neste CONTRATO.

51.2. Em caso de encampação, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos do artigo 36 da Lei Federal nº 8.987/95, corresponderá aos seguintes valores:

- 51.2.1. Valor dos INVESTIMENTOS realizados em BENS REVERSÍVEIS não amortizados ou depreciados;
- 51.2.2. Os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidos a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento antecipado dos vínculos contratuais, devendo tais valores ser compatíveis com os praticados no mercado, em especial no caso de PARTES RELACIONADAS, observado o previsto na Cláusula 51.4;
- 51.2.3. O montante total devido, pela CONCESSIONÁRIA, a FINANCIADORES e demais credores de instrumentos de dívida, até a data da extinção antecipada da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, incluindo juros e demais encargos já incorridos e ainda não adimplidos, bem como quaisquer encargos previstos nestes contratos que venham a ser devidos pela CONCESSIONÁRIA e que tenham como fato gerador a extinção antecipada do contrato com o FINANCIADOR ou demais credores, observada a Cláusula 51.4;
- 51.2.4. Os lucros cessantes, calculados na forma da Cláusula 51.6.

51.3. Do valor previsto na Cláusula 51.2.1, deverão ser descontados:

- 51.3.1. Quaisquer valores aportados na CONCESSIONÁRIA, mas ainda não empregados em benefício da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, ou de qualquer forma disponíveis à CONCESSIONÁRIA, a exemplo de saldo de recursos em caixa, valores a receber de fornecedores, seguradoras e terceiros em geral, assim como tributos recuperáveis;
- 51.3.2. O valor residual de bens não reversíveis que tenham sido custeados pela CONCESSIONÁRIA e que permaneçam de propriedade da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros após a extinção da CONCESSÃO ADMINISTRATIVA; e
- 51.3.3. Recursos que tenham sido empregados para fins estranhos à CONCESSÃO ADMINISTRATIVA, a exemplo de recursos captados para despesas em benefício de acionistas ou de PARTES RELACIONADAS, ou para distribuição de dividendos.

51.4. A parcela prevista na Cláusula 51.2.1:

- 51.4.1. Observará, para os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidos a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais, os seguintes limites máximos: (a) para encargos trabalhistas, os valores devidos para as hipóteses de demissão sem justa causa e (b) para outros contratos, os danos, perdas, custos, despesas, multas e demais encargos, previstos expressamente no contrato, ou decorrentes de decisão judicial, que sejam razoavelmente incorridos pela CONCESSIONÁRIA como resultado direto da extinção do contrato com o terceiro,

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

e desde que:

- 51.4.1.1. O contrato tenha sido celebrado previamente a qualquer notícia de inadimplemento contratual, por parte do PODER CONCEDENTE, capaz de ensejar a rescisão contratual, ou de manifestação de interesse deste por realizar a encampação dos SERVIÇOS, limitando-se a indenização, na hipótese de celebração em momento posterior, aos valores dos encargos previstos em contrato análogo celebrado anteriormente, se existente;
 - 51.4.1.2. O contrato com o terceiro guarde inequívoca relação com a prestação dos SERVIÇOS ou a realização de obras previstas neste CONTRATO, podendo incluir: (i) quaisquer materiais ou bens em processo de fornecimento ou entrega que não possam ser cancelados sem incorrer em custos relevantes; e (ii) custos de desmobilização ou realocação de equipamentos; e
 - 51.4.1.3. A CONCESSIONÁRIA e o terceiro tenham adotado as medidas razoavelmente a seu alcance para mitigar os danos, perdas, custos, despesas, multas e demais encargos, no que possível diante das circunstâncias e das correspondentes previsões contratuais, limitando-se a indenização, na hipótese de descumprimento ou de cumprimento insatisfatório da obrigação prevista nesta alínea, aos valores que seriam incorridos se adequadamente mitigados os danos e prejuízos envolvidos.
 - 51.4.2. Não poderá incorporar, em nenhuma hipótese, valores correspondentes a lucros cessantes do terceiro, ou verbas de natureza e finalidade análogas; e
 - 51.4.3. Não considerará quaisquer custos com término de contratos nos quais houvesse a possibilidade concreta de rescisão sem custos à CONCESSIONÁRIA, por inadimplemento do terceiro ou outra causa contratual aplicável.
- 51.5. Para os fins da Cláusula 51.2.3, os encargos previstos nos contratos com o FINANCIADORES, incluindo, se o caso, emissões de debêntures ou outros títulos de dívida, que venham a ser devidos pela CONCESSIONÁRIA e tenham como fato gerador a extinção antecipada do contrato de financiamento, observarão como limite os parâmetros compatíveis com o praticado pelo mercado em operações similares no momento da contratação da operação.
- 51.5.1. Não poderão ser incluídos no cálculo de que trata a Cláusula 51.5 quaisquer contratos entre a CONCESSIONÁRIA e seus acionistas, assim como PARTES RELACIONADAS destes, ainda que tenham a natureza de mútuo ou financiamento, os quais serão indenizados na forma prevista na Cláusula 51.6.
- 51.6. Para o cálculo da parcela prevista na Cláusula 51.2.4, será considerado o montante que, somado aos pagamentos já realizados pela CONCESSIONÁRIA aos seus acionistas ou PARTES RELACIONADAS, a qualquer título, considerados os momentos em que realizados cada um destes pagamentos, seja suficiente para garantir, até a data da encampação, à totalidade do capital aportado pela CONCESSIONÁRIA ou por PARTES RELACIONADAS, na forma de equity ou dívida, um retorno equivalente à taxa interna de retorno do fluxo de caixa do acionista prevista no EVTE, de acordo com a seguinte fórmula:

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

$$LC = \sum_{i=1}^n [(A_i - P_i) \times (1 + TIR_a)^{n-i}]$$

ONDE:

LC = lucros cessantes indicados na Cláusula 51.2.4;

A_i = o montante de capital próprio aportado no ano “i”, a título de *equity* ou dívida, atualizado pelo IPCA/IBGE.

P_i = o montante de pagamentos realizados pela CONCESSIONÁRIA aos seus acionistas ou PARTES RELACIONADAS no ano “i”, a qualquer título, incluindo distribuições de dividendos, pagamento de juros sobre capital próprio, recompra de ações, amortizações ou juros, atualizado pelo IPCA/IBGE.

TIR_a = taxa interna de retorno do fluxo de caixa do acionista, considerada no EVTE, de 9,99% (nove vírgula noventa e nove por cento) ao ano, em termos reais.

TIR_a = taxa interna de retorno do fluxo de caixa do acionista, considerada no EVTE, de % ao ano, em termos reais.

n = período em anos entre a data de início da vigência contratual e a data da encampação.

- 51.6.1. Caso a CONCESSIONÁRIA faça a opção prevista na Cláusula 51.6.2, o valor calculado na forma da Cláusula 51.6 será ajustado para compensar eventuais ganhos ou perdas da CONCESSIONÁRIA decorrentes da alteração das condições macroeconômicas entre a data de publicação do EVTE e a data da extinção antecipada do CONTRATO, de modo que o valor final devido a título de lucros cessantes, para os fins da Cláusula 51.6, corresponderá ao obtido a partir da seguinte fórmula:

$$LC_{CM} = LC \times \frac{(1 + TIR_a)^t}{(1 + TD_a)^t}$$

ONDE:

LC_{CM} = indenização por lucros cessantes prevista na Cláusula 51.6, ajustada para compensar a variação nas condições macroeconômicas entre a data da publicação do EVTE e a data da extinção antecipada do CONTRATO;

LC = lucros cessantes, calculados na forma da Cláusula 51.6;

TIR_a = taxa interna de retorno prevista no EVTE para o fluxo de caixa do acionista, em termos reais, utilizada para o cálculo previsto na Cláusula 51.6;

TD_{ai} = taxa de desconto do acionista calculada para a data de extinção antecipada do CONTRATO, equivalente à taxa bruta de juros real de venda das Notas do Tesouro Nacional — Série B (NTN-B), ex-ante a dedução do Imposto de Renda, com vencimento compatível com o término do CONTRATO, caso não houvesse a extinção antecipada, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, considerando a média das cotações disponíveis nos 12 (doze) meses

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

anteriores à data do pagamento da indenização, somada a um spread de 2,07 pp., de forma composta, de acordo com a seguinte fórmula:

$$TD_{aj} = taxa\ médiaNTNB + spread$$

t = período em anos entre a data da extinção antecipada do CONTRATO e a data estabelecida para o encerramento da vigência do CONTRATO, não fosse sua extinção antecipada.

- 51.6.2. O ajuste de que trata a Cláusula 51.6.1 apenas incidirá no cálculo dos lucros cessantes caso a CONCESSIONÁRIA manifeste expressamente a sua vontade de incorporar os efeitos decorrentes da alteração das condições macroeconômicas entre a data de publicação do EVTE e a data da extinção antecipada do CONTRATO, devendo o PODER CONCEDENTE lhe oferecer a oportunidade de escolha quando da assinatura do CONTRATO.
- 51.6.3. Caso a oportunidade de escolha mencionada na Cláusula 51.6.2 não seja oferecida pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA poderá solicitar o exercício da sua faculdade de escolha mediante requerimento escrito a ser apresentado em até 30 (trinta) dias da DATA DE ASSINATURA, após o que se operará decadência e não haverá aplicação do ajuste previsto na Cláusula 51.6.1 ao cálculo da remuneração do capital próprio.
- 51.6.4. Caso o cálculo a que alude a Cláusula 51.6 resulte em valor negativo, o valor será desconsiderado, não sendo devido à CONCESSIONÁRIA qualquer valor em razão da Cláusula 51.2.4.

51.7. A indenização devida em decorrência da encampação está limitada aos valores estabelecidos nesta Cláusula 51, não sendo devidos quaisquer outros valores a título de indenizações, lucros cessantes para além daqueles previstos nesta Cláusula 51 e/ou danos emergentes.

51.8. A indenização deverá ser desembolsada até o exato momento da retomada da CONCESSÃO e como condição para que seja retomada.

52. CADUCIDADE

52.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO, ou dos deveres impostos em lei ou regulamento, acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, após manifestação prévia da ARSESP, e observadas as disposições deste CONTRATO, a declaração de caducidade da CONCESSÃO, que será precedida de competente processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, especialmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, depois de esgotadas as possibilidades de solução previstas neste CONTRATO, sem prejuízo da aplicação de sanções contratuais.

52.2. A decisão do PODER CONCEDENTE de decretar a caducidade da CONCESSÃO, quando presente uma ou mais das situações previstas nesta Cláusula 52, envolve um juízo de conveniência e oportunidade por parte do PODER CONCEDENTE, que poderá, em face das peculiaridades da situação, decidir pela aplicação de outras medidas previstas no CONTRATO que, ao seu juízo, melhor atendam ao interesse público, a exemplo da aplicação de penalidades ou da decretação de intervenção na CONCESSÃO, quando admissíveis.

52.3. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser declarada nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela Lei Federal nº 8.987/1995, com suas alterações, e sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO:

- 52.3.1. Perda ou comprometimento das condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais, necessárias à prestação adequada do serviço concedido e à realização dos INVESTIMENTOS, ou

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

de eventuais INVESTIMENTOS adicionais ou do INVESTIMENTO CONTINGENTE;

- 52.3.2. Descumprimento das cláusulas contratuais, disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO, que comprometam a continuidade dos SERVIÇOS ou a segurança de empregados ou terceiros;
- 52.3.3. Paralisação, superior a 30 (trinta) dias, da prestação dos SERVIÇOS por culpa ou dolo da CONCESSIONÁRIA, ou nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tenha concorrido para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior, conforme previsão neste CONTRATO;
- 52.3.4. Não atendimento da CONCESSIONÁRIA à intimação da ARSESP para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 52.3.5. Descumprimento da obrigação de proceder à reposição do montante integral da GARANTIA DE EXECUÇÃO, na hipótese de cancelamento ou rescisão da carta de fiança bancária ou da apólice de seguro-garantia e/ou não renovação destas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias de seu vencimento, nos termos da Cláusula 41;
- 52.3.6. Não manutenção ou renovação da integralidade da GARANTIA DE EXECUÇÃO e SEGUROS exigidos e eventual inviabilidade ou dificuldade injustificada na execução dos seguros e GARANTIA DE EXECUÇÃO pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE, nas hipóteses ensejadoras de execução;
- 52.3.7. Atribuição à CONCESSIONÁRIA de IQS inferior a 0,75, mesmo sem comprometimento da situação financeira da CONCESSIONÁRIA, por pelo menos 3 (três) trimestres consecutivos ou 6 (seis) trimestres não consecutivos no período de 2 (dois) anos;
- 52.3.8. Atribuição de valor 0 (zero) a qualquer INDICADOR DE DESEMPENHO, por pelo menos 3 (três) trimestres consecutivos ou 6 (seis) trimestres não consecutivos no período de 2 (dois) anos;
- 52.3.9. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE direto da CONCESSIONÁRIA sem anuência prévia, nas situações descritas na Cláusula 36, salvo no caso de assunção do CONTROLE pelos FINANCIADORES, nos termos deste CONTRATO;
- 52.3.10. Transferência da própria CONCESSÃO sem prévia e expressa anuência da ARSESP, salvo na hipótese prevista no ACORDO TRIPARTITE, caso seja assinado;
- 52.3.11. Não atendimento à intimação da ARSESP, SP ÁGUAS e/ou do PODER CONCEDENTE para regularizar a prestação dos SERVIÇOS, observados os prazos estabelecidos, conforme o caso;
- 52.3.12. Ocorrência de desvio do objeto social da CONCESSIONÁRIA;
- 52.3.13. Ocorrência de reiterada oposição ao exercício de fiscalização, não acatamento das determinações do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP, reincidência ou desobediência às normas de operação, caso as demais penalidades previstas neste CONTRATO se mostrem ineficazes;
- 52.3.14. Incidência de autuações administrativas que ensejem a aplicação de multas contratuais que somem, em seu valor agregado, 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO, considerando-se para tanto as multas não mais passíveis de recurso na esfera administrativa e que não tenham sido adimplidas;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 52.3.15. Ajuizamento do processo de execução de eventual condenação ao pagamento de danos causados pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, não seguráveis ou cujo valor supere a cobertura pelos seguros, com montante agregado que corresponda a 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO;
- 52.3.16. Soma dos valores previstos nas Cláusulas 52.3.14 e 52.3.15 que supere 5% (cinco por cento) do VALOR ESTIMADO DO CONTRATO;
- 52.3.17. Atraso, imputável à CONCESSIONÁRIA, superior a 360 (trezentos e sessenta) dias em relação ao prazo previsto no ANEXO 02 – CADERNO DE ENCARGOS para conclusão das OBRAS DO SAR-PCJ;
- 52.3.18. Outras situações gravíssimas, devidamente justificadas em procedimento específico a ser instaurado pelo PODER CONCEDENTE e após decorrido prazo adequado para saneamento da ocorrência, desde logo dando-se ciência à CONCESSIONÁRIA de que o não cumprimento poderá ensejar a caducidade.
- 52.4. Quando o descumprimento contratual da CONCESSIONÁRIA caracterizar infração de natureza contínua ou mora da CONCESSIONÁRIA no cumprimento de obrigação contratual, o fato de a ARSESP aplicar, ou ter aplicado, alguma das penalidades previstas neste CONTRATO e no ANEXO 06 – PENALIDADES, não afasta a possibilidade de decretação da caducidade da CONCESSÃO, quando este CONTRATO assim o permitir, caso a CONCESSIONÁRIA, a despeito da(s) penalidade(s) aplicada(s), persista em situação de infração contratual.
- 52.5. A declaração de caducidade da CONCESSÃO deverá ser precedida de verificação de inadimplemento legal, contratual ou regulamentar pela CONCESSIONÁRIA, em regular processo administrativo no âmbito do qual será assegurado à CONCESSIONÁRIA o devido processo legal, especialmente o direito à ampla defesa e ao contraditório, bem como a observância das disposições pertinentes do ACORDO TRIPARTITE, caso celebrado.
- 52.5.1. A instauração do processo administrativo para verificação do inadimplemento e decretação da caducidade será precedida de comunicação à CONCESSIONÁRIA, na qual deverão ser apontados, detalhadamente, os descumprimentos legais, contratuais e regulamentares cometidos, concedendo-lhe prazo não inferior a 30 (trinta) dias para sanar as irregularidades apontadas.
- 52.5.2. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério da ARSESP, demonstrem a efetiva capacidade de saná-las, esta proporá a decretação da caducidade da CONCESSÃO.
- 52.5.3. Instaurado o processo administrativo e comprovado o inadimplemento, a caducidade da CONCESSÃO será declarada pelo Governador do Estado de São Paulo, independentemente do pagamento de indenização prévia, cujo valor será apurado no curso do referido processo administrativo ou em processo administrativo apartado.
- 52.6. A declaração da caducidade da CONCESSÃO implicará a imissão imediata, pelo PODER CONCEDENTE, na posse de todos os bens e na responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por toda e qualquer espécie de ônus, multas, penalidades, indenizações, encargos ou compromissos com terceiros, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.
- 52.7. A caducidade da CONCESSÃO autorizará o PODER CONCEDENTE a:
- 52.7.1. Assumir a execução do objeto do CONTRATO, no local e no estado em que se encontrar;
- 52.7.2. Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução do SERVIÇO, desde que necessários à sua continuidade;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

52.7.3. Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo PODER CONCEDENTE e/ou pela ARSESP, e adimplemento de quaisquer valores a eles devidos;

52.7.4. Reter eventuais créditos da CONCESSIONÁRIA decorrentes do CONTRATO, nos casos em que a GARANTIA DE EXECUÇÃO não se mostrar suficiente para ressarcir o PODER CONCEDENTE e a ARSESP, e até o limite dos prejuízos causados.

52.7.4.1. Os créditos retidos na forma da Cláusula 52.7.4, que eventualmente excedam o necessário ao pagamento dos valores devidos à ARSESP e/ou ao PODER CONCEDENTE serão liberados à CONCESSIONÁRIA quando do cálculo e pagamento da indenização devida.

52.8. A declaração de caducidade da CONCESSÃO não exime a CONCESSIONÁRIA do pagamento do ressarcimento dos prejuízos que esta tenha causado ao PODER CONCEDENTE, à ARSESP ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.

52.9. Declarada a caducidade da CONCESSÃO e paga a respectiva indenização eventualmente devida, não resultará ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA, inclusive débitos trabalhistas e previdenciários.

52.10. Em caso de transferência do CONTRATO realizada nos moldes do ACORDO TRIPARTITE, o PODER CONCEDENTE e a ARSESP se comprometerão a ratificar a vigência do CONTRATO em face do cessionário, sem prejuízo da manutenção do direito do PODER CONCEDENTE ou da ARSESP de pleitear a satisfação integral perante a CONCESSIONÁRIA cedente de todos os seus direitos por violações legais ou contratuais de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por atos anteriores à data da cessão do CONTRATO.

52.11. A indenização devida pelo PODER CONCEDENTE em decorrência da caducidade está limitada aos valores cobrados na forma estabelecida nesta Cláusula 52 e na Cláusula 50, não sendo devidos quaisquer outros valores a título de indenizações, lucros cessantes e/ou danos emergentes.

53. RESCISÃO

A. Resilição amigável

53.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido amigavelmente pelas PARTES, observando-se os termos do artigo 26 da Lei Estadual nº 7.835/1992.

53.1.1. A indenização, na hipótese de resilição amigável, deverá ser definida em comum acordo entre as PARTES, e não poderá superar, em nenhuma hipótese, o montante que seria devido para os casos de encampação, nos termos da Cláusula 51.

B. Resilição unilateral

53.2. Poderão dar ensejo à resilição unilateral, independentemente de acordo entre as PARTES no momento da extinção, e por iniciativa de qualquer das PARTES, as hipóteses descritas na Cláusula 6.7.

53.3. Para cada uma das hipóteses previstas na Cláusula 6.7, as indenizações devidas serão calculadas levando-se em consideração os seguintes elementos:

53.3.1. Para o caso de extinção do CONTRATO decorrente da materialização do evento previsto na Cláusula 6.7.1, a CONCESSIONÁRIA fará jus aos valores contabilizados a título de despesas não

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

recuperáveis realizadas após a assinatura do CONTRATO, bem como ao valor dos RECURSOS VINCULADOS disponível na CONTA DOS RECURSOS VINCULADOS, se materializada a hipótese do item 6.5 do EDITAL;

- 53.3.2. Para o caso de extinção do CONTRATO decorrente da materialização do evento previsto na Cláusula 6.7.1, a indenização será calculada de acordo com o mesmo regramento e a fórmula estabelecida contratualmente para os casos de caducidade, nos termos da Cláusula 52;
- 53.3.3. Para o caso de extinção do CONTRATO decorrente da materialização do evento previsto na Cláusula 6.7.3, a indenização será calculada de acordo com o regramento disposto na Cláusula 50, com base no momento imediatamente anterior à ocorrência do evento de caso fortuito ou força maior, acrescida dos montantes previstos na Cláusula 51.2.1 não sendo devidos os lucros cessantes previstos na Cláusula 51.2.4.
- 53.3.4. Para o caso de extinção do CONTRATO, decorrente da materialização do evento previsto na Cláusula 6.7.4, a indenização será calculada de acordo com a Cláusula 51.

C. Relicitação

53.4. Este CONTRATO poderá ser rescindido após procedimento de relicitação, na forma prevista no artigo 8º da Lei Estadual nº 16.933/2019, a qual dependerá de acordo entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, em procedimento que garanta a continuidade da prestação do SERVIÇO até a conclusão de novo processo licitatório para a assunção das atividades por SUCESSORA.

53.5. A CONCESSIONÁRIA não possui qualquer direito a ver instaurado, deflagrado, conduzido ou concluído processo de relicitação, devendo o PODER CONCEDENTE, na forma do artigo 9º, § 1º, da Lei Estadual nº 16.933/2019, exercer o juízo quanto à necessidade, pertinência e razoabilidade de instauração e condução do procedimento, face às alternativas de continuidade do CONTRATO, ou de extinção por outra das razões previstas na Cláusula 48.

53.6. Requerida, pela CONCESSIONÁRIA, a qualificação do CONTRATO para fins de relicitação, com a demonstração de desatendimento recorrente ou permanente de disposições contratuais ou de incapacidade de adimplir obrigações contratuais ou financeiras assumidas, o PODER CONCEDENTE somente analisará o pedido se vier acompanhado dos documentos previstos no artigo 9º, § 2º, da Lei Estadual nº 16.933/2019.

53.7. Qualificado o CONTRATO para fins de relicitação, e caso se decida pela adoção do procedimento, o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA deverão celebrar termo aditivo ao CONTRATO, cujo conteúdo observará, para além do disposto no artigo 10 da Lei Estadual nº 16.933/2019, outros elementos julgados relevantes pelo PODER CONCEDENTE para assegurar a continuidade da prestação do SERVIÇO.

53.8. A indenização será equivalente à prevista para a hipótese de caducidade, calculada na forma da Cláusula 52.

D. Rescisão via processo arbitral

53.9. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo PODER CONCEDENTE ou pela ARSESP, mediante procedimento arbitral movido especialmente para esse fim.

53.10. A CONCESSIONÁRIA deverá, previamente à instauração de processo arbitral, notificar a ARSESP de sua intenção de rescindir o CONTRATO, no caso de descumprimento das normas contratuais pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE, expondo os motivos pelos quais pretende instaurar processo arbitral para esse fim, nos termos previstos na legislação e nas normas regulamentares pertinentes da ARSESP.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

53.10.1. Na hipótese da Cláusula 53.10 acima, a CONCESSIONÁRIA conferirá prazo não inferior a 30 (trinta) dias para que o descumprimento contratual seja superado, em âmbito administrativo.

53.11. Os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até decisão arbitral da qual não caiba mais qualquer recurso, decretando a rescisão contratual.

53.12. No caso de rescisão do CONTRATO por decisão arbitral, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA será equivalente àquela exigível na hipótese de encampação, e será calculada da mesma forma, nos termos da Cláusula 51.

54. ANULAÇÃO

54.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade não passível de convalidação no processo licitatório, na formalização do CONTRATO ou em cláusula essencial que comprometa a prestação de serviço, por meio do devido procedimento administrativo, iniciado a partir da notificação enviada de uma PARTE à outra, ou pela ARSESP a ambas as PARTES, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

54.2. Constatada nulidade, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do CONTRATO somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, dos aspectos previstos no art. 147 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

54.3. A declaração de nulidade operará retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

54.4. Se a ilegalidade mencionada na Cláusula 54.1 acima não decorrer de ato praticado pela CONCESSIONÁRIA, ou por seus acionistas, atuais ou pretéritos, e for possível a sua convalidação com o aproveitamento dos atos realizados, as PARTES e a ARSESP deverão adotar as medidas necessárias para viabilizar a manutenção do CONTRATO.

54.5. Na hipótese de extinção da CONCESSÃO por anulação:

54.5.1. Se a anulação não decorrer de fato imputável à CONCESSIONÁRIA ou a seus acionistas, atuais ou pretéritos, tampouco de fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, a indenização será equivalente à calculada para a hipótese de extinção antecipada do CONTRATO por caso fortuito ou força maior, na forma da Cláusula 56;

54.5.2. Se a anulação decorrer de fato imputável à CONCESSIONÁRIA ou a seus acionistas, atuais ou pretéritos, a indenização será equivalente à calculada para a hipótese de extinção antecipada do CONTRATO por caducidade, na forma da Cláusula 52;

54.5.3. Se a anulação decorrer de fato imputável ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, a indenização será equivalente à calculada para a hipótese de extinção antecipada do CONTRATO por encampação, na forma da Cláusula 51.

55. DA FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

55.1. A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA: (i) tenha sua falência decretada por sentença transitada em julgado; (ii) ou tenha sua recuperação judicial concedida, desde que esta prejudique a execução deste CONTRATO.

55.2. Decretada a falência ou concedida a recuperação judicial, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

todos os BENS REVERSÍVEIS e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.

55.3. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA por decretação de falência, ou concessão de recuperação judicial, que, neste último caso, prejudique a execução do CONTRATO, ou, ainda, na hipótese de dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis, conforme previsto na Cláusula 52.

55.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONCESSIONÁRIA extinta entre seus acionistas antes do pagamento de todas as obrigações com o PODER CONCEDENTE e com a ARSESP, ou sem a emissão de TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO pela ARSESP.

55.5. As disposições desta Cláusula 55 não prejudicarão a incidência ou o cumprimento das obrigações estabelecidas em favor dos FINANCIADORES no ACORDO TRIPARTITE, se vier a ser celebrado.

56. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

56.1. Considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO.

56.2. Consideram-se eventos de força maior ou caso fortuito, exemplificativamente:

- 56.2.1. Guerras nacionais ou internacionais que afetem diretamente a execução contratual;
- 56.2.2. Atos de terrorismo;
- 56.2.3. Contaminação nuclear, química ou biológica, incluídas as epidemias ou pandemias, conforme assim declaradas pelas autoridades nacionais de saúde ou pela Organização Mundial de Saúde, e que produzam efeitos relevantes sobre a área abrangida pela CONCESSÃO ou sobre as atividades da CONCESSIONÁRIA, salvo, em todas as hipóteses, se decorrentes de atos da CONCESSIONÁRIA;
- 56.2.4. Embargo comercial de nação estrangeira que produza efeitos relevantes sobre a área abrangida pela CONCESSÃO ou sobre as atividades da CONCESSIONÁRIA;
- 56.2.5. Eventos naturais, como ciclones, fortes chuvas, terremotos, furacões ou inundações, quando seus impactos não puderem ser evitados por medidas preventivas razoavelmente exigíveis da CONCESSIONÁRIA;

56.3. Não será passível de penalização o descumprimento de obrigações contratuais, inclusive aquelas relativas ao atingimento de marcos temporais, comprovadamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior, nos termos deste CONTRATO e dos ANEXOS.

56.4. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar a ARSESP da ocorrência do evento, em até 48 (quarenta e oito) horas.

56.5. Um evento caracterizado como caso fortuito ou de força maior não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores indenizáveis por apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado, observada a matriz de riscos estabelecida por este CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

56.6. Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, cujas consequências não forem seguráveis no Brasil, nos termos da Cláusula 56.5 acima, ou cujos efeitos irreparáveis se estendam por mais de 90 (noventa) dias, ou por período definido de comum acordo entre as PARTES, quando da verificação de que os efeitos possam comprometer de forma irreversível a exploração da CONCESSÃO, qualquer das PARTES poderá se valer da faculdade prevista na Cláusula 6.7.3.

56.6.1. Na hipótese de extinção da CONCESSÃO por ocorrência de evento caracterizado como caso fortuito ou força maior, a indenização devida à CONCESSIONÁRIA será apurada de acordo com o regramento disposto na Cláusula 53.3.3.

56.7. Em caso de ocorrência de evento de força maior ou caso fortuito, salvo se a ARSESP der outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível, e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo à ARSESP e ao PODER CONCEDENTE da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.

56.8. Na hipótese de comprovada ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que tenha havido a extinção da CONCESSÃO nos termos da Cláusula 6.7.3, serão suspensos os reflexos financeiros dos IQS que tenham sido impactados pela ocorrência, até a normalização da situação e cessação de seus efeitos.

56.9. As PARTES e a ARSESP se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.

CAPÍTULO XI – DA REVERSÃO

57. DA REVERSÃO DE ATIVOS

57.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, direitos e privilégios vinculados à CONCESSÃO, que tenham sido transferidos ou disponibilizados, nos termos deste CONTRATO, à CONCESSIONÁRIA, ou por esta construídos, implantados ou adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades.

57.1.1. Em caso de transferência do SISTEMA à SUCESSORA, eventuais BENS REVERSÍVEIS que não sejam transferidos à SUCESSORA deverão ter sua desmobilização e retirada compatibilizada, observando-se orientação da ARSESP, a fim de que se preserve a continuidade dos serviços e as condições de conforto e segurança a terceiros e empregados.

57.2. Exceto no caso de indenização cabível em função da extinção antecipada do CONTRATO, a reversão será gratuita, não havendo qualquer valor residual ou cobrança devida em favor da CONCESSIONÁRIA.

57.3. Independentemente da hipótese de extinção do CONTRATO, a reversão será automática por ocasião da extinção da CONCESSÃO, devendo os BENS REVERSÍVEIS ser revertidos em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres e desembaraçados de quaisquer ônus, encargos, tributos, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena operação do serviço concedido.

57.3.1. Eventual custo com estes INVESTIMENTOS deverá ser amortizado e depreciado antes do término da vigência do CONTRATO, não tendo a CONCESSIONÁRIA direito a indenização a respeito, salvo nas hipóteses de extinção antecipada do CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

57.3.2. Todas as informações sobre os BENS REVERSÍVEIS, incluindo descrição, estado de conservação e vida útil remanescente, deverão constar do INVENTÁRIO a ser mantido pela CONCESSIONÁRIA ao longo de toda a CONCESSÃO e entregue, ao final, à ARSESP.

57.3.3. No caso de desconformidade entre o INVENTÁRIO e a efetiva situação dos BENS REVERSÍVEIS, deverá a CONCESSIONÁRIA, se tal diferença estiver em detrimento ao PODER CONCEDENTE ou à ARSESP, tomar todas as medidas cabíveis, inclusive com a aquisição de novos bens ou realização de obras, para que entregue os BENS REVERSÍVEIS nas mesmas condições do INVENTÁRIO.

57.4. Caso a reversão dos bens não ocorra nas condições estabelecidas, a CONCESSIONÁRIA indenizará o PODER CONCEDENTE, devendo a indenização ser calculada nos termos da legislação aplicável, abrangendo todos os danos emergentes, inclusive custos de reparação ou reposição, e os lucros cessantes que decorram direta e imediatamente do CONTRATO, sem prejuízo das sanções cabíveis e execução de eventuais seguros e da GARANTIA DE EXECUÇÃO.

57.5. Durante o procedimento de extinção da CONCESSÃO e de transição contratual, a ARSESP procederá à vistoria dos bens a serem revertidos, da qual participará um representante da CONCESSIONÁRIA e o VERIFICADOR INDEPENDENTE, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens.

58. DA DESMOBILIZAÇÃO

58.1. Com 03 (três) anos de antecedência ao termo contratual, ou imediatamente, no caso de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá submeter à aprovação da ARSESP o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO do SISTEMA, que deverá prever o procedimento pelo qual será realizada a desmobilização e devida reversão dos BENS REVERSÍVEIS, sem que ocorra qualquer interrupção na prestação dos serviços.

58.2. Deverão estar previstos no PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO do SISTEMA, no mínimo:

58.2.1. Forma de reversão dos BENS REVERSÍVEIS;

58.2.2. Estado de conservação e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado;

58.2.3. Estado de depreciação dos BENS REVERSÍVEIS;

58.2.4. Medidas de manutenção, reparações e substituições, a serem realizadas até o termo final do CONTRATO, a fim de assegurar condições adequadas para a reversão dos bens;

58.2.5. Forma de substituição dos funcionários da CONCESSIONÁRIA pelos servidores do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e/ou da SUCESSORA; e

58.2.6. Período e forma de capacitação dos servidores do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e/ou da SUCESSORA que venha a operar o SISTEMA.

58.3. O PODER CONCEDENTE e a ARSESP poderão realizar as vistorias que julgarem necessárias à plena execução de suas atividades, de forma a garantir a transição contratual sem qualquer prejuízo à continuidade dos SERVIÇOS, além de acompanhar a execução de laudos e relatórios técnicos.

58.4. Quando faltar 1 (um) ano para o término do prazo de vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA deverá treinar o pessoal indicado pela ARSESP, bem como repassar a documentação técnica, administrativa e as orientações operacionais relativas ao SISTEMA, que ainda não tiverem sido entregues, observado o disposto na

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

Cláusula 59.

58.5. A CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte ao final da vigência da CONCESSÃO, não assumindo o PODER CONCEDENTE, a ARSESP ou a SUCESSORA qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos mesmos, e não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA, exceto se o contrário tiver sido pactuado, nos termos autorizados por este CONTRATO.

58.6. Enquanto não expedido o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO não será liberada a GARANTIA DE EXECUÇÃO.

58.7. Eventuais indenizações devidas à CONCESSIONÁRIA quando da extinção da CONCESSÃO não impedirão a retomada da CONCESSÃO, observado, no caso de encampação, o disposto na Cláusula 51.

58.8. O recebimento definitivo do SISTEMA não exclui a responsabilidade civil e a ético- profissional decorrente da prestação do serviço objeto deste CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei.

58.9. Com o PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO do SISTEMA, a transição e reversão deverão ocorrer sem percalços ou imprevistos e a operação do SISTEMA não deve ficar prejudicada.

58.10. A omissão da CONCESSIONÁRIA na apresentação do PLANO DE DESMOBILIZAÇÃO será considerada infração grave, ensejando aplicação à CONCESSIONÁRIA das penalidades cabíveis.

58.11. A CONCESSIONÁRIA, desde 6 (seis) meses antes do advento do termo final do PRAZO DA CONCESSÃO, ou a partir da data em que iniciado qualquer processo voltado à extinção antecipada da CONCESSÃO, operada por outra causa, não poderá realizar dissolução, partilha do patrimônio, ou distribuir valores a qualquer título entre os seus acionistas, salvo as distribuições que decorram de obrigação legal, antes que a ARSESP, por meio do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, ateste que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos, e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de penalidades, indenização, ou qualquer outro título.

59. DA TRANSIÇÃO

59.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a boa operacionalização da transição do sistema ao PODER CONCEDENTE ou à SUCESSORA:

- 59.1.1. Adotar as medidas necessárias para transferência de titularidade das LICENÇAS AMBIENTAIS e das demais obrigações ambientais da CONCESSIONÁRIA;
- 59.1.2. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- 59.1.3. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
- 59.1.4. Disponibilizar demais informações sobre a operação do SISTEMA;
- 59.1.5. Cooperar com a SUCESSORA, com a ARSESP e/ou com o PODER CONCEDENTE para a transmissão adequada dos conhecimentos e informações;
- 59.1.6. Permitir o acompanhamento da operação do SISTEMA e das atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela ARSESP, pelo PODER CONCEDENTE e/ou pela SUCESSORA;
- 59.1.7. Promover o treinamento do pessoal do PODER CONCEDENTE e/ou da ARSESP e/ou da SUCESSORA relativamente à operação do SISTEMA;

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

- 59.1.8. Colaborar com a ARSESP, com o PODER CONCEDENTE ou com a SUCESSORA na elaboração de eventuais relatórios requeridos para o processo de transição;
- 59.1.9. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pelo PODER CONCEDENTE ou pela SUCESSORA;
- 59.1.10. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho do PODER CONCEDENTE, da ARSESP e/ou da SUCESSORA, nesse período;
- 59.1.11. Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários; e
- 59.1.12. Interagir com o PODER CONCEDENTE, a ARSESP, a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação do SISTEMA.
- 59.1.13. De acordo com os prazos e condições estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE, permitir que terceiros realizem pesquisas de campo no SISTEMA quando se aproximar o término do PRAZO DA CONCESSÃO, para fins de realização de estudos para a promoção de novos procedimentos licitatórios, realização de novas obras, de visitas técnicas, ou outros fins de interesse público.

CAPÍTULO XII – DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

60. DA SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS

60.1. A resolução de controvérsias decorrentes do presente CONTRATO observará o regramento estabelecido no ANEXO 09 – SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS.

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES FINAIS

61. DISPOSIÇÕES FINAIS

61.1. Sobre todos os assuntos estabelecidos neste CONTRATO, bem como decisões proferidas pela ARSESP ou pelo PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA terá direito à observância do devido processo administrativo, nos termos da Lei estadual nº 10.177/1998.

61.2. Este CONTRATO vincula as PARTES, a ARSESP e seus sucessores em todos os seus aspectos.

61.3. Alterações eventualmente promovidas no presente CONTRATO somente serão válidas caso celebradas e assinadas por ambas as PARTES, com interveniência e anuência da ARSESP, através de Termos Aditivos e Modificativos contratuais, ressalvada a possibilidade de modificação unilateral do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE, nos termos da legislação aplicável e deste CONTRATO.

61.4. Se a ARSESP ou qualquer das PARTES permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas ou condições do CONTRATO e de seus ANEXOS, tal fato não poderá liberar, desonerar, ou de qualquer modo afetar ou prejudicar a validade e eficácia das mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

- 61.4.1. A renúncia de uma PARTE ou da ARSESP quanto a qualquer direito não será válida caso não seja manifestada por escrito e deverá ser interpretada restritivamente, não permitindo sua extensão a qualquer outro direito ou obrigação estabelecido neste CONTRATO.
- 61.4.2. A nulidade ou invalidade de qualquer Cláusula deste CONTRATO não obstará a validade e a produção dos efeitos de nenhuma outra Cláusula deste mesmo CONTRATO.

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

61.5. Todas as comunicações relativas a este CONTRATO deverão ser encaminhadas por escrito, nos endereços físicos ou, preferencialmente, eletrônicos, e em nome das pessoas abaixo indicadas:

Para a CONCESSIONÁRIA: [●]

Para a ARSESP: [●]

Para a SP ÁGUAS: [●]

Para o PODER CONCEDENTE: [●]

Para a CPP: [●]

61.6. As PARTES e a ARSESP poderão modificar os dados acima indicados mediante simples comunicação por escrito aos demais.

61.7. As notificações e comunicações serão consideradas devidamente recebidas na data (i) constante do aviso de recebimento; (ii) de entrega do ofício judicial ou extrajudicial; (iii) do comprovante de entrega de fac-símile; ou (iv) do comprovante de entrega por serviço de courier internacionalmente conhecido; (v) do comprovante de entrega de e-mail com aviso de recebimento para o endereço indicado na Cláusula 61.5; ou (vi) de protocolo na ARSESP, no PODER CONCEDENTE ou no endereço da CONCESSIONÁRIA indicado na Cláusula 61.5.

61.8. Todos os documentos relacionados ao presente CONTRATO e à CONCESSÃO deverão ser redigidos em língua portuguesa do Brasil, ou para ela traduzidos, mediante tradução juramentada, em se tratando de documentos estrangeiros.

61.8.1. Em caso de qualquer conflito ou inconsistência, aplicar-se-á a regra prevista no item 9.34 e seguintes do EDITAL.

61.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste CONTRATO excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, computando-se os dias corridos, salvo disposição em contrário.

61.9.1. Quando os prazos se encerrarem em finais de semana, feriados ou dias em que não houver expediente na ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA do Estado de São Paulo, o prazo será automaticamente postergado para o primeiro dia útil subsequente.

61.10. A ARSESP designará unidade técnica responsável pela fiscalização e acompanhamento do presente CONTRATO, indicando seu gestor.

E por estarem assim justas e contratadas, as PARTES e a ARSESP assinam o presente CONTRATO em via única eletrônica no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/SP, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Paulo, [●].

PELO PODER CONCEDENTE:

SECRETARIA DE PARCERIAS EM INVESTIMENTOS

PROCESSO Nº [●]
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº SPI- [●]/2026
PPP SEGURANÇA HÍDRICA SAR-PCJ

PELA CONCESSIONÁRIA/CONTRATADA:

[●]

PELO INTERVENIENTE ANUENTE:

AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO – ARSESP

COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS – CPP